

Universidade Católica de Santos

Manoel Pereira de Souza

**“NOSSA PÁTRIA, NOSSA BANDEIRA, NOSSO CHEFE”:
AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS NAS ESCOLAS
DE SANTOS DURANTE O ESTADO NOVO
(1937-1945)**

**Santos
2013**

Universidade Católica de Santos

Manoel Pereira de Souza

**“NOSSA PÁTRIA, NOSSA BANDEIRA, NOSSO CHEFE”:
AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS NAS ESCOLAS
DE SANTOS DURANTE O ESTADO NOVO
(1937-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Franco Pereira

**Santos
2013**

Dados Internacionais de catalogação
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos - UNISANTOS
SibiU

S729n SOUZA, Manoel Pereira de
“Nossa Pátria, nossa Bandeira, nosso Chefe”: As comemorações
cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo (1937-1945)
/ Manoel Pereira de Souza – Santos:
[s.n.] 2013.
188 f. ; 30 cm. (Dissertação de Mestrado – Universidade Católica
de Santos, Programa em Educação)

I. Souza, Manoel Pereira de. Nome. II. “Nossa Pátria, nossa
Bandeira, nosso Chefe”: As comemorações cívicas nas escolas de
Santos durante o Estado Novo (1937-1945).

CDU37(043.3)

Agradecimentos

À Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Franco Pereira, pelo carinho e dedicação a mim dispensados nos últimos cinco anos de aprendizagem e convivência, desde meu primeiro dia de aula no Curso de Licenciatura em História da Universidade Católica de Santos - Unisantos, em março de 2008;

à Prof.^a Dr.^a Ariane Franco Lopes da Silva, ao Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira, à Prof.^a Dr.^a Maria Amélia Santoro Franco, à Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Rodrigues Martins e à Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Barbosa Abdalla, por sua inestimável contribuição a esta pesquisa e sua afetuosa dedicação dispensada nas aulas, laboratórios de pesquisa e leituras orientadas do Programa de Mestrado *stricto sensu* em Educação da Unisantos;

aos Professores Fábio Barbosa, Flávio Gratão, Pe. Francisco Pelonha, José de Oliveira Silva e Luiz Gonzaga Lourenço, companheiros de classe na Linha de Pesquisa 2, e demais colegas do Mestrado em Educação, pelo grande aprendizado que me proporcionaram ao compartilhar suas experiências, frustrações e sucessos;

ao Professor Mestre Paulo Fernando Campbell Franco, coordenador do Curso de Licenciatura em História da Unisantos, por manter sempre aberta uma porta aos alunos egressos do curso e incentivar a continuidade de nossa formação;

a Marcelo Mathias e toda a equipe do Arquivo Iconográfico da Fundação Arquivo e Memória de Santos pelo carinho com que me acolheram e pelo grande aprendizado a mim proporcionado durante o estágio que lá realizei;

às equipes da Hemeroteca Municipal, do Instituto Histórico e Geográfico de Santos e da Biblioteca da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos por sua simpatia e atenção;

por fim, agradeço à minha orientadora na pesquisa do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História, Professora Yza Fava de Oliveira, a quem dedico este trabalho, por sua colaboração, confiança, carinho, generosidade, sabedoria e pelo exemplo magnífico de sua história de vida.

Fortes e unidos, os brasileiros do Estado Novo
são guiados pela grande trindade nacional:
nossa Pátria, nossa Bandeira, nosso Chefe.

O Brasil novo para a criança brasileira, D. I. P, 1941.

Resumo

SOUZA, Manoel Pereira de. *“Nossa pátria, nossa bandeira, nosso chefe”: As comemorações cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo (1937-1945)*. 2013. 188f. Dissertação de Mestrado em Educação. Unisantos.

Esta dissertação é resultado de um trabalho de pesquisa sobre as comemorações cívico-escolares na cidade de Santos durante o regime do Estado Novo. São examinadas as mudanças introduzidas no calendário cívico nacional como forma de demarcar o início de uma nova temporalidade cívica no país. Por meio de programas comemorativos publicados nos jornais santistas *A Tribuna* e *O Diário* e de relatórios da Delegacia Regional de Ensino, é investigado o modo como a cultura cívica do regime, expressa no complexo cerimonial organizado na Capital Federal, foi reproduzida nas escolas de Santos. São destacadas as comemorações do Dia da Pátria e do Dia da Bandeira e a significância atribuída às duas efemérides é investigada por meio de manuais de instrução cívica, livros de poesia e discursos do Presidente Vargas e de outras autoridades.

Palavras-chave: autoritarismo, educação cívica, Estado Novo, festas escolares.

Abstract

SOUZA, Manoel Pereira de. *“Our homeland, our flag, our leader”: Civic celebrations in the schools of Santos during the Estado Novo regime (1937-1945)*. 2013. 188f. Masters' dissertation. Unisantos.

This dissertation is the result of a research on the civic festivities in the schools of the city of Santos, São Paulo State, during the Estado Novo regime. It examines the changes introduced in the nation's civic calendar as a way to demarcate the beginning of a new civic temporality in Brazil. Through the commemorative programs published in the local newspapers *A Tribuna* e *O Diário*, it investigates the way the regime's civic culture, expressed in the ceremonial complex organized in the nation's Capital, was reproduced in the schools of Santos. It focuses in the celebrations of Brazil's Independence Day, known as Homeland Day, and National Flag's Day. The significance attributed to these civic holydays is investigated through civic education textbooks, children's poetry books and speeches given by Vargas and other authorities of the regime.

Key-words: authoritarianism, civic education, *Estado Novo*, school festivities.

Lista de abreviaturas e siglas

6.º GACosM	-	6.º Grupamento de Artilharia de Costa Motorizado
AIB	-	Ação Integralista Brasileira
CCBEU	-	Centro Cultural Brasil / Estados Unidos
CPDOC	-	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DEIP	-	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIP	-	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNP	-	Departamento Nacional de Propaganda
FAB	-	Força Aérea Brasileira
FAMS	-	Fundação Arquivo e Memória de Santos
FEB	-	Força Expedicionária Brasileira
FGV	-	Fundação Getúlio Vargas
IHGS	-	Instituto Histórico e Geográfico de Santos
LBA	-	Legião Brasileira de Assistência
MoMA	-	<i>Museum of Modern Art</i>
OCIAA	-	<i>Office of the Coordinator of Inter-American Affairs</i> (Escritório do Coordenador dos Assuntos Interamericanos)
OFAG	-	Organização Feminina Auxiliar de Guerra
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
SFC	-	Santos Futebol Clube
SEMTA	-	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SHECS	-	Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos

Lista de ilustrações

Figura 1 - Apresentação orfeônica durante as comemorações da Hora da Independência de 1943 na Capital Federal.	33
Figura 2 - Aluno do Colégio Santista saúda o prefeito em solenidade nas escadarias do Paço Municipal (1939).	34
Figura 3 - Desfile da Juventude na Capital Federal durante as comemorações da Semana da Pátria de 1944.	36
Figura 4 - O gerente-geral de <i>A Tribuna</i> Giusfredo Santini em visita ao diretor do DIP na Capital Federal (1944).	39
Figura 5 - Batalhão do Colégio Santista dirige-se a São Vicente para prestar homenagem ao prefeito municipal da cidade vizinha (1939).	40
Figura 6 - Alunos do Colégio Santista aguardam a passagem do cortejo presidencial na Avenida Vicente de Carvalho durante visita de Vargas a Santos (1938).	44
Figura 7 - Concerto Orfeônico realizado no Santos F. C. em comemoração ao Cinquentenário da República (1939).	46
Figura 8 - Aluna apresenta-se durante solenidade cívico-patriótica na Escola Portuguesa em comemoração ao Cinquentenário da República (1939).	47
Figura 9 - Apresentação do orfeão do Ginásio do Estado em sarau lítero-musical em comemoração ao Cinquentenário da República (1939).	48
Figura 10 - Desfile de colegiais no campo do Santos F. C. em comemoração ao 1.º Decênio do Governo Getúlio Vargas (1940).	49
Figura 11 - Alunos do Instituto D. ^a Escolástica Rosa exibem modelos construídos para concurso de aeromodelismo promovido pelo OCIAA (1944).	56
Figura 12 - Escolares santistas durante sessão de filmes educativos promovida pelo CCBEU no Teatro Coliseu (1943).	59
Figura 13 - Escolares junto a uma das pirâmides de metais formadas na cidade (1942).	63
Figura 14 - Estudantes santistas exibem bandeiras da Campanha da Borracha (1943).	65
Figura 15 - Alunos reunidos na Praça Mauá para cerimônia de encerramento da Campanha da Borracha Usada (1943).	67
Figura 16 - “A nação disciplinada e tenaz há de realizar os seus altos objetivos de progresso [...]” Álbum <i>A juventude e o Estado Novo</i> (s/d).	77
Figura 17 - Compilações <i>O Dia da Bandeira</i> e <i>O Dia da Pátria</i> de Francisco Gomes.	79

Figura 18 - Alunas do G. E. Dr. Cesário Bastos durante cerimônia em homenagem ao Dia da Bandeira de 1937.	84
Figura 19 - Alunas do Liceu São Paulo desfilam em homenagem ao Dia da Bandeira de 1938.	88
Figura 20 - Cerimônia de hasteamento durante comemoração do Dia da Bandeira na escola de Comércio José Bonifácio em 1939.....	90
Figura 21 - Alunos do Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos durante hasteamento do Dia da Bandeira em 1940.	91
Figura 22 - “Havemos de engrandecer o Brasil, para sermos dignos da herança que nos legaram nossos antepassados.” Álbum <i>A juventude e o Estado Novo</i> (s/d).....	99
Figura 23 - Vargas recebe a visita de colegas enquanto convalesce do acidente automobilístico que sofreu em 1.º de maio de 1942.	105
Figura 24 - “É preciso plasmar na cera virgem que é a alma da criança, a alma da própria Pátria.” <i>Getulio Vargas, o amigo das crianças</i> (1940)	107
Figura 25 - Presidente Vargas recebe as homenagens do “mundo infantil” durante desfile em comemoração ao 5.º Aniversário do Estado Novo (1942).....	108
Figura 26 - Batalhão do Colégio Santista durante sessão cívica em frente à sede da Alfândega em comemoração ao Dia da Pátria de 1938.....	110
Figura 27 - Alunas assistem à solenidade no auditório do Ginásio do Estado em comemoração ao Dia da Pátria de 1939.....	115
Figura 28 - Imagens de sessão cívica no Ginásio Santista em comemoração ao Dia da Pátria de 1940.....	116
Figura 29 - Imagens de audição da orquestra do Ginásio Santista durante as comemorações do 7 de Setembro de 1940.....	117
Figura 30 - Maestro Luis Gomes Cruz e componentes do Orfeão do Colégio Coração de Maria durante programa cívico nos estúdios da Rádio Atlântica (1940).	118
Figura 31 - Batalhão do Colégio Santista desfila durante a 1.ª Parada da Juventude em Santos, realizada em 1941.....	125
Figura 32 - Alunas do Colégio Coração de Maria desfilam na 1.ª Parada da Juventude em Santos, realizada em 1941.....	126
Figura 33 - Missa campal pelo reestabelecimento da saúde do Presidente Vargas celebrada a pedido da Juventude Brasileira (1942).....	129
Figura 34 - Alunos do Ginásio do Carmo tomam parte do Desfile da Juventude de 1943.....	130

Figura 35 - Aspecto do Desfile da Juventude durante as comemorações da Semana da Pátria de 1944.....	131
Figura 36 - Aspecto do “desfile da juventude escolar” durante as comemorações da Semana da Pátria de 1945.	133

Lista de quadros sinóticos

Quadro 1 - Os feriados nacionais e seu significado.....	29
Quadro 2 - Escolas participantes da Campanha da Borracha em Santos (1943).....	66
Quadro 3 - Colocação das escolas na Campanha da Borracha (1943)	69
Quadro 4 - Programas em comemoração ao Dia da Bandeira de 1937.....	85
Quadro 5 - Programas em comemoração ao Dia da Bandeira de 1938.....	88
Quadro 6 - Programas em comemoração ao Dia da Bandeira de 1939.....	89
Quadro 7 - Programas em comemoração ao Dia da Bandeira de 1940.....	92
Quadro 8 - Programas em comemoração ao Dia da Bandeira de 1942.....	93
Quadro 9 - Programas em comemoração ao Dia da Pátria de 1938.....	111
Quadro 10 - Programas em comemoração ao Dia da Pátria de 1939.....	113
Quadro 11 - Programas em comemoração à Semana da Pátria de 1940.....	119
Quadro 12 - Programas em comemoração à Semana da Pátria de 1941.....	119
Quadro 13 - Programas em comemoração à Semana da Pátria de 1942.....	120
Quadro 14 - Programas em comemoração à Semana da Pátria de 1943.....	120
Quadro 15 - Programas em comemoração à Semana da Pátria de 1944.....	121
Quadro 16 - Esquema de organização da formatura da Juventude de 1941	127
Quadro 17 - Instituições participantes da formatura da Juventude de 1941	128

Lista de instituições e acervos pesquisados

Acervo Folha (Folha da Manhã)

Arquivo da Escola Estadual Canadá

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Arquivo Iconográfico da Fundação Arquivo e Memória de Santos

Biblioteca da Presidência da República (virtual)

Biblioteca da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos

Biblioteca da Universidade Católica de Santos

Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santos

Biblioteca Municipal de Santos

Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

Hemeroteca A Tribuna

Hemeroteca Municipal de Santos

Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação - LIAME

Sumário

Introdução	14
-------------------------	-----------

Capítulo 1

O calendário cívico do Estado Novo em Santos

1.1 Demarcando o início de um “novo Brasil”	25
1.2 As comemorações cívico-escolares em Santos.....	37
1.2.1 As comemorações cívico-escolares nos anos da guerra (1942-1945)	50
1.2.2 A população escolar e o esforço de guerra	61

Capítulo 2

O culto à bandeira

2.1 A bandeira e seu simbolismo.....	71
2.2 As comemorações do Dia da Bandeira em Santos.....	83

Capítulo 3

O culto à pátria

3.1 A construção de novas representações de “pátria” e “juventude”	95
3.2 As comemorações do Sete de Setembro em Santos.....	109
3.3 Os desfiles do Dia da Juventude em Santos	122

Considerações	135
----------------------------	------------

Referências e obras consultadas

Fontes primárias	140
Fontes secundárias	151

Apêndices	156
------------------------	------------

Anexos.....	162
--------------------	------------

Introdução

Desde os primórdios da República, a formação cívica da juventude brasileira era uma preocupação presente no discurso de intelectuais e autoridades políticas do país; esta, porém, assumiria um papel central no projeto de governo do Estado Novo (1937-1945). A Carta Outorgada à nação em 1937 já dispunha sobre o tema, tornando a educação cívica obrigatória em todas as escolas primárias, normais e secundárias e prevendo a fundação de instituições destinadas a promover “a disciplina moral e o adestramento físico” de maneira a preparar a juventude “ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação” (Art. 132).

O calendário cívico nacional sofreu alterações e ganhou grande destaque em uma tentativa de demarcar o início de uma nova era de estabilidade política e desenvolvimento econômico e social no país. A Capital Federal foi palco de grandes eventos cívicos direcionados à juventude, dotados de forte carga pedagógica, que visavam reforçar a autoridade do Estado e a imagem mítica de Getúlio Vargas, chefe da nação. O centralismo burocrático e o controle rígido imposto aos meios de comunicação, a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), garantiram que o exemplo das celebrações no Rio de Janeiro fosse seguido, em escalas distintas, nas capitais dos estados e demais municípios da União. A cidade de Santos não ficou imune ao “surto” de fervor cívico que tomou conta do país e suas instituições de ensino celebraram o novo calendário cívico nacional seguindo instruções da Delegacia Regional de Ensino.

Se a literatura sobre o Estado Novo é abundante, há ainda lacunas em relação ao projeto de formação cívica e mobilização da juventude sob a tutela do Estado. Estudos regionais, como o aqui apresentado, podem contribuir à historiografia do período investigando a cultura cívica do regime longe do

centro político da nação, onde era produzida. Os educadores brasileiros de então trilhavam uma linha tênue entre formação de cidadania e doutrinação ideológico. Todavia, é ainda comum encontrar, nos dias de hoje, quem defenda um retorno às práticas cívicas do passado com o intuito de “resgatar” valores supostamente perdidos pela juventude nacional.

Em 2011, a Comissão de Educação e Cultura do Congresso Nacional aprovou um projeto de lei (PL-1481-2011) que obriga as escolas públicas e privadas de ensinos fundamental e médio a realizar hasteamento solene da bandeira, ao som do Hino Nacional, ao menos uma vez por semana. A proposta aguarda análise pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Tramita ainda o Projeto de Lei 7333/2006, que pretende tornar obrigatória a impressão da letra do Hino à Bandeira em todos os cadernos escolares. Entre outras propostas sobre o culto cívico analisadas pelo Poder Legislativo nacional nos últimos anos, encontra-se a exigência legal de que civis coloquem a mão direita sobre o lado esquerdo do peito durante a execução do Hino Nacional e a do ensino de “noções de civismo” nas aulas de Educação Física (PL-4562/1998 e PL-567/1995).

As propostas acima citadas sugerem que seus defensores, quiçá tomados por um nostalgismo ingênuo, acreditam na eficácia de práticas cívicas associadas ao patriotismo exacerbado, característico das ditaduras brasileiras do século passado, na formação dos jovens de hoje. Mas seriam estas práticas adequadas ao Brasil do século XXI? Para que possamos compreender o papel da escola na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, creio ser necessário ter claros os valores que queremos transmitir e o tipo de cidadania que desejamos formar. Para que isto seja possível, é fundamental, antes, compreender as práticas de formação cívica e o conceito de “cidadão ideal” segundo as elites políticas e intelectuais de nosso passado autoritário.

O presente estudo pretende contribuir ao debate da questão, investigando as comemorações cívico-escolares realizadas em Santos durante a vigência do Estado Novo e contextualizando-as no âmbito das práticas e políticas educacionais do período. Ele é, na realidade, o prolongamento de uma pesquisa iniciada como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em

História da Universidade Católica de Santos no ano 2009, que resultou em uma monografia intitulada *Soldados da Retaguarda: a formação de um front interno em Santos durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945)*¹, abordando o tema da mobilização civil e a ruptura que o conflito acarretou à vida cotidiana da cidade. Sua continuidade, agora no campo da Educação, foi motivada pela constatação do destaque dado às comemorações cívico-escolares promovidas pelo Estado Novo na imprensa local.

Por meio da pesquisa documental, este estudo tem por objetivo elencar as efemérides cívicas do período, descrever as formas como eram comemoradas na cidade e entender a significância a elas atribuída no discurso autorizado. Em outras palavras, ele investiga as festas cívico-escolares, tentando entender “o que” era comemorado, “como” era comemorado e “por que” era comemorado. São investigadas as práticas disciplinares e as intenções políticas por trás do projeto de formação cívica da juventude do regime autoritário. A pesquisa não tem como objetivo, todavia, apurar os resultados obtidos pelo projeto político-educacional do regime, legando a árdua tarefa a estudos futuros.

Adotando procedimentos da pesquisa documental histórica, foram avaliadas diferentes fontes documentais disponíveis e fez-se a opção pela utilização do jornal como fonte principal, dado o notório caráter público das comemorações cívico-escolares e o rígido controle exercido sobre a imprensa pela máquina de propaganda estatal, fatores que garantiam a descrição minuciosa das comemorações cívicas a nível nacional, estadual e local nos periódicos santistas. As principais efemérides comemoradas na vigência do regime foram elencadas com base em Maurício Parada (2009) e, em seguida, foram consultadas edições dos jornais abrangendo um período mínimo de 10 dias anteriores e 10 dias posteriores a cada efeméride, buscando assim encontrar registros de instruções, preparativos e reportagens das comemorações em questão.

¹ Premiada no 1.º Concurso Garimpo Cultural, a monografia foi publicada na forma de livro pela Fundação Arquivo e Memória de Santos em agosto de 2012.

Na Hemeroteca Municipal Roldão Mendes Rosa, foram pesquisadas edições do jornal *A Tribuna*, relativas às principais efemérides do calendário cívico entre o Dia da Bandeira de 1937, na semana seguinte à instauração do Estado Nacional, e a Semana da Pátria de 1945, comemorada enquanto o regime autoritário ruía. Em consideração a possíveis diferenças na cobertura das comemorações cívicas pela imprensa, foram também pesquisados, na Biblioteca da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos, exemplares do extinto jornal *O Diário*, que dividia com *A Tribuna* o *status* de publicação jornalística de maior circulação na região durante as décadas de 1930 e 1940; além de edições do jornal paulistano *Folha da Manhã*, que dedicava uma coluna a notícias de Santos e cujo arquivo digitalizado se encontra disponível para consulta na rede mundial de computadores.

Nos periódicos, foi encontrado farto material documental descrevendo diferentes tipos de comemoração cívica entre a população escolar local: de grandes eventos que reuniram milhares de estudantes nas ruas da cidade a discretas celebrações no espaço físico das escolas. No entanto, os jornais do período constituem uma fonte documental limitada, já que se encontravam sob censura e a serviço da máquina de propaganda do regime autoritário. Visando ampliar o escopo da pesquisa, recorreu-se então a outros tipos de documento.

Nos sites governamentais Portal da Câmara dos Deputados e Planalto.gov.br, foram encontrados documentos oficiais que permitiram uma análise da legislação relativa ao projeto de formação cívica da juventude: decretos-lei dispondo sobre a organização Juventude Brasileira, o regimento interno da Direção Nacional dessa organização e a Carta Outorgada de 1937. Vários discursos do Presidente Vargas sobre o tema da educação – rica fonte sobre a ideologia expressa do regime – foram localizados no site Biblioteca Virtual da Presidência da República.

Uma busca no Arquivo Público do Estado de São Paulo encontrou relatórios anuais da Delegacia Regional de Ensino de Santos referentes aos anos de 1938, 1939, 1940 e 1943, documentos que apresentam prestação de contas a respeito das festas cívico-escolares no distrito, indicando que as

comemorações seguiam instruções específicas de instâncias superiores e eram objeto de cobrança pelas mesmas.

A investigação em arquivos recorreu, também, ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, onde se encontra farto material iconográfico relativo ao Movimento Juventude Brasileira, além de documentos sobre a formação cívica da juventude nos fundos de arquivos pessoais do Presidente Vargas e do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Infelizmente, durante boa parte do período em que foi realizada esta pesquisa, a consulta a documentos originais do acervo esteve suspensa em função da realização de uma obra no terreno adjacente à sede da FGV, limitando o acesso à documentação. De especial interesse para este estudo, foram as instruções para as comemorações do Dia da Juventude de 1940, 1944 e 1945 na Capital Federal e publicações do DIP direcionadas à população escolar.

Como a maior parte da documentação disponível diz respeito às grandes comemorações públicas, a pesquisa voltou-se à literatura da época para investigar o teor das lições de civismo e das comemorações de datas cívicas dentro das escolas. Foi possível, assim, constatar que grande parte dos livros didáticos utilizados no ensino de História e de Educação Moral e Cívica datava das primeiras décadas do século XX, escritos por autores já falecidos à época.

Foi realizado, então, um levantamento em manuais de instrução cívica da chamada República Velha (1889-1930) sobre os diferentes significados atribuídos aos termos “pátria”, “patriotismo” e “bandeira”, em busca de um entendimento sobre o processo de construção das representações² que se tornariam hegemônicas na Era Vargas.

Dois livros extremamente valiosos à pesquisa são creditados a Francisco Gomes e intitulam-se *O Dia da Bandeira* e *O Dia da Pátria*, editados em 1941 e 1942 respectivamente. As obras são, na verdade, compilações de

² Adotando o conceito de representação social de Chartier, como acepção do real historicamente construída, produzida e partilhada por determinado grupo social ou indivíduo, que define identidades e norteia práticas e discursos. Segundo o autor, quando perturbada pela fraqueza da imaginação, a representação pode transformar-se em uma “máquina de fabricar respeito e submissão” (1991, p. 185/186).

textos em verso, prosa e na forma de diálogos e monólogos, destinados especificamente a recitações e encenações nas comemorações das duas principais datas do calendário cívico-escolar estadonovista, e nos permitem investigar a forma e o conteúdo das apresentações de alunos, uma constante nos programas de festas escolares do período.

Entre a literatura produzida pelo DIP, destaca-se o álbum *A Juventude no Estado Novo*, contendo trechos de discursos do Presidente Vargas e ilustrações de cunho patriótico, provavelmente a publicação mais emblemática do gênero, que sintetiza o projeto de formação cívica do regime; e livros sobre o presidente direcionados ao público infantil, como *Getulio Vargas, o amigo das crianças* (1940) e *Getulio Vargas para crianças* (1942)³.

A literatura do período ofereceu uma melhor compreensão do jogo de representações em relação a “infância” e “juventude” na Era Vargas. Sua análise teve como referência o estudo de Marisa Lajolo sobre representações sociais de infância no Brasil, segundo o qual a literatura se apresenta ao pesquisador como um espelho que reflete o jogo de representações que constitui o imaginário coletivo.

Enquanto formadora de imagens, a literatura mergulha no imaginário coletivo e simultaneamente o fecunda, construindo e desconstruindo perfis de crianças que parecem combinar bem com as imagens de infância formuladas e postas em circulação a partir de outras esferas, sejam estas científicas, políticas, econômicas ou artísticas. (LAJOLO, 1997, p. 228)

Dessa forma, compôs-se o diverso *corpus* documental primário da pesquisa: os jornais *A Tribuna*, *O Diário* e *Folha da Manhã*, sua fonte principal; relatórios anuais da Delegacia Regional de Ensino de Santos; a legislação relativa ao projeto de formação cívica da juventude; discursos pronunciados pelo Presidente Vargas; ensaios políticos; manuais de instrução cívica e livros de poesia infanto-juvenis; além do farto material iconográfico encontrado em livros, jornais, revistas e anuários escolares.

³ Como as citações neste trabalho abrangem um período no qual o sistema ortográfico brasileiro passou por quatro reformas, optei por apresentá-las segundo as regras atuais, facilitando, assim, a leitura do texto e sua revisão. Os títulos de livros e artigos de jornal, no entanto, foram mantidos em sua ortografia original.

Entre os principais autores que forneceram subsídios à análise das fontes, destaca-se Maurício Parada, cuja tese de doutorado em História Social⁴, intitulada *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*, tem como tema central o papel do calendário cívico nacional no esforço de ressignificação da nacionalidade empreendido pelo regime autoritário. Segundo o autor, o novo regime buscou consolidar-se e legitimar-se por meio de uma política cultural de massa que tentava criar uma nova memória coletiva sobre a nação. Essa nova memória, por sua vez, criaria um sentido de pertencimento que uniria diferentes estratos da sociedade em torno do novo projeto de nação. Como esta pesquisa tem o jornal como fonte primária principal, o texto foi também fundamental à análise sobre o papel dos meios de comunicação como agentes a serviço desse esforço de ressignificação da nacionalidade.

Esta pesquisa dialoga diretamente com os estudos do historiador, pois sua investigação tem como foco o Desfile da Mocidade e da Raça e a Hora da Independência, eventos cívicos que marcavam as comemorações da Semana da Pátria no Rio de Janeiro, como parte central de uma rede de cerimônias na qual a Capital Federal seria um “centro exemplar” para todos os estados e municípios do país. Também influenciou este estudo a forma como o autor se apropria de conceitos de Foucault relativos à disciplina e ao poder, este compreendido como diluído em uma rede de relações sociais cotidianas.

A contribuição de Maria Helena Capelato também foi fundamental a este estudo. Em sua tese de livre-docência em História da América, publicada em forma de livro com o título *Multidões em cena - Propaganda política no varguismo e no peronismo*, a autora compara a máquina de propaganda de ambos os regimes e rebate comparações simplistas entre os regimes sul-americanos e o fascismo europeu. De especial interesse a esta pesquisa, foi a análise apresentada no texto sobre o papel dos símbolos pátrios no esforço de legitimação empreendido pelo Estado Novo (2008, p. 52). Segundo a autora, a

⁴ Defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, em 2003.

sacralização destes símbolos garantia maior força às representações visuais do regime⁵

Multidões em cena norteou a análise do farto material iconográfico reunido no decorrer da pesquisa. A máquina de propaganda do Estado Novo privilegiou a divulgação de imagens fotográficas, uma preferência por representações mais objetivas da realidade que, segundo Capelato, denota o caráter positivista da cultura política nacional. A divulgação de imagens do cerimonial cívico constituiu um dos elementos-chave da propaganda estatal, impondo novas formas de identidade e construindo um novo imaginário coletivo.

Também influenciou este estudo a forma como Capelato se apropria do conceito de representação social desenvolvido por Chartier, analisando as lutas simbólicas e políticas e as tentativas de padronização e uniformização da sociedade que caracterizaram o Estado Novo. Em seu texto *O mundo como representação*, o historiador francês destaca que:

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade. (1991, pp. 183/184)

No campo da História da Educação, vale destacar a contribuição de Circe Bittencourt, cuja dissertação de Mestrado em História Social, intitulada *Pátria, Civilização e Trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*, investiga o papel do ensino da história na construção da identidade nacional. No período, segundo a autora, a escola pública tornava-se mais acessível e local de socialização de alunos provenientes de diferentes setores sociais. A mudança tornava mais complexa a tarefa dos educadores e

⁵ Fundamentada na análise sobre as matrizes religiosas do discurso político apresentada por Alcir Lenharo em *a Sacralização da política* (1986), texto considerado um marco no estudo das representações sociais no Brasil.

justificava a preocupação em organizar atividades cívicas que reforçassem a coesão nacional em torno de um passado único. “As tradições nacionais não poderiam, dentro deste contexto, ser tratadas apenas pelos livros didáticos acompanhados das preleções dos professores em sala de aula. As festas e comemorações, discursos e juramentos tornaram-se partes integrantes e inerentes da educação escolar” (p. 167).

A autora traz à discussão do tema o conceito de tradições inventadas de Hobsbawn (2012), uma útil ferramenta na análise das comemorações cívico-escolares do Estado Novo. Bittencourt contribui também à análise ao investigar o caráter ritual das festas cívicas e o personalismo historiográfico que referendava imagens do passado e legitimava as tradições inventadas. O ensino da História da Pátria deveria criar, no que a autora chama de “escolas populares”, a imagem de “um passado único capaz de esclarecer quem eram as autoridades que no presente e no passado eram responsáveis pelo destino da nação” (p. 200). O conteúdo nacionalista do ensino

[...] servia com maior força para fundamentar a “organização do trabalho” na consecução de um projeto capitalista moderno e que deveria, pela escola, não formar técnicos, mas criar valores de trabalho historicamente manipulados no sentido de se criar a imagem do trabalhador como agente construtor “da riqueza da nação” apenas e, não como elemento explorado pelo capital e portador de direitos, que necessitavam ser conquistados. (BITTENCOURT, 1990, p. 201)

Após a catalogação e análise da documentação levantada, foram estabelecidos três eixos temáticos a serem desenvolvidos em capítulos distintos na dissertação: o calendário cívico do Estado Novo e suas comemorações nas escolas santistas; o culto à bandeira e as comemorações do 19 de Novembro em Santos e, por fim, o culto à pátria e as formaturas da Juventude Brasileira durante a Semana da Pátria em Santos.

O primeiro capítulo examina as mudanças no calendário cívico-escolar nacional, levadas a cabo após a instauração do Estado Novo brasileiro, com a exclusão de datas associadas ao regime liberal e a inclusão de novas efemérides. É também investigado o papel da escola e do complexo cerimonial do regime e da formação cívica dos jovens no novo projeto de nação. São

elencadas as principais efemérides cívicas do período e é investigado o modo como estas eram comemoradas nas instituições de ensino de Santos. São discutidos o papel da imprensa local na divulgação dos programas comemorativos das escolas e o controle exercido pela Delegacia Regional de Ensino sobre a forma e o conteúdo das comemorações cívico-escolares.

É também investigada a influência nas comemorações cívico-escolares da entrada do país na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942, quando se intensificou o processo de militarização da educação, que já ocorria desde 1937. As comemorações de efemérides militares ganharam destaque e o processo de americanização da cultura, marca do período, acrescentou ao calendário cívico-escolar o Dia do Pan-Americanismo e a data nacional dos Estados Unidos da América. Os escolares foram também convocados a contribuir ao esforço de guerra e são, neste capítulo, descritas as campanhas que mobilizaram as instituições de ensino locais.

O culto à bandeira, símbolo supremo da nacionalidade, presente e central em todas as cerimônias cívico-escolares é o tema do segundo capítulo. A significância atribuída à efeméride é aqui investigada por meio de manuais de instrução cívica, livros de poesias e referências ao Pavilhão Nacional no discurso autorizado. A cerimônia de queima das bandeiras estaduais, realizada poucos dias após a instauração do Estado Nacional, e seu caráter simbólico são aqui analisados, assim como os programas escolares em comemoração ao 19 de Novembro nas escolas de Santos.

O capítulo 3 busca a compreensão do processo de construção das representações hegemônicas em relação a “pátria” e “juventude” no período do Estado Novo investigando manuais de instrução cívica das primeiras décadas do século XX. Por meio dos programas publicados na imprensa, são investigadas as comemorações da data nacional nas escolas santistas, realizadas no próprio dia 7 de Setembro, e o Desfile da Juventude, que passou a integrar as comemorações da Semana da Pátria após a fundação da organização Juventude Brasileira, em 1940. É apresentado, então, um breve relato sobre a conturbada trajetória do movimento de juventude, desde suas

origens - como projeto de organização paramilitar inspirada em movimentos similares europeus - até sua extinção logo após a deposição de Getúlio Vargas.

Capítulo 1

O calendário cívico do Estado Novo em Santos

1.1 Demarcando o início de um “novo Brasil”

O período entreguerras foi marcado, no cenário político mundial, por uma crise do liberalismo, considerado, por muitos, incapaz de solucionar os prementes problemas sociais do novo século, e pelo surgimento de novas correntes políticas alternativas antiliberais e antidemocráticas. No Brasil, os efeitos da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, expuseram a debilidade da república oligárquica sustentada pela economia cafeeira e precipitaram a ruptura do modelo político e econômico vigente. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, marca o início de um período de autoritarismo modernizador, no qual o Estado interveio de modo crescente na economia e na sociedade, e de uma política de massas destinada a “aliviar” as tensões sociais no país.

O espectro da Revolução Russa (1917), que assombrava as elites políticas e culturais brasileiras, fortalecia correntes autoritárias que não consideravam o povo brasileiro preparado para o exercício da democracia. Nos turbulentos anos à frente de um governo provisório, Vargas resistiu à Revolução Constitucionalista paulista (1932) e ao Levante Comunista de 1935. Fortalecido em ambas as ocasiões, passaria a utilizar a suposta ameaça de ideais regionalistas e de ideologias políticas consideradas “radicais” como argumento por sua manutenção no poder. “No Brasil, esforçamo-nos por solidificar o edifício de nossas instituições, sem nos escravizarmos à rigidez de esquemas doutrinários que violentam e deformam a natureza humana”, afirmou Vargas em discurso nas comemorações do Dia da Independência de 1939 (*Folha da Manhã*, 8 set. 1939, p. 2). A instauração do Estado Nacional, em novembro de 1937, daria a ele plenos poderes para a implantação de um projeto autoritário de nação.

Alvo de grande interesse por parte dos historiadores brasileiros, o período tem se mostrado polêmico, como ressalta Capelato. Alguns estudos valorizam os aspectos positivos do varguismo, especialmente as conquistas sociais que marcaram o período, enquanto outros mostram-se mais preocupados em questionar a natureza autoritária do regime (2003, p. 112). Os avanços sociais alcançados na Era Vargas são inegáveis, todavia, o foco desta pesquisa encontra-se nas práticas de formação cívica da juventude desenvolvidas na vigência do Estado Nacional e sua função dentro do projeto autoritário de nação.

Para Capelato, o governo instaurado por meio de um golpe de estado, sem qualquer participação popular, passaria a buscar “o apoio de setores mais amplos da sociedade através da propaganda, veiculada pelos meios de comunicação” (2003, p. 110). Desde o início da década de 1930, estes foram objeto da censura governamental. O Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1931-1934), o Departamento Oficial de Propaganda (1934-1938) e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP, 1938-1939) funcionaram subordinados ao Gabinete do Presidente da República. Sua abrangência, no entanto, era limitada. Em dezembro de 1939, após o início da Segunda Guerra Mundial, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com funções e poderes bem mais abrangentes que seus antecessores. Inspirado nas práticas do Ministério da Informação e Propaganda alemão, o órgão trabalhou incansavelmente na censura aos meios de comunicação e às manifestações culturais, na difusão dos ideais do regime e na construção da imagem mítica do líder da nação.

Era atribuição do DIP, além da censura aos meios de comunicação, a intervenção direta na produção cultural nacional. O órgão, contava com setores de radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa e organizava manifestações cívicas, exposições, concertos e conferências voltados à difusão do ideário estadonovista. A abrangência do esforço empreendido pelo órgão fornecia os instrumentos necessários à construção e implementação de um projeto político-ideológico que se afirmasse como socialmente dominante (GOMES, 1982, p. 110).

Desde 1934, Vargas defendia a criação de um sistema articulado de “educação mental, moral e higiênica” que utilizasse o rádio, o cinema e os esportes como suporte à política estatal e homogeneizasse a cultura em nome da unidade nacional (VELLOSO, 2003, p. 157). Para este fim, criou o programa radiofônico *A hora do Brasil* e estatizou a Rádio Nacional que, em 1942, passou a transmitir em ondas curtas dando uma dimensão nacional à sua programação. Vargas, “[...] mestre da comunicação social, fez do rádio seu polo de contato com as massas de ouvintes, unificando o país pelas ondas do ar” (SEVCENKO, 2006, p. 573). Em 1939, o DIP começou a produzir o *Cine Jornal Brasileiro*, série de noticiários de curta-metragem exibida obrigatoriamente em todas as salas de cinema do país, divulgando as realizações de Vargas e do Estado Novo.

Em *O redescobrimento do Brasil* (1982), Ângela Castro Gomes afirma que o regime instaurado em 1937 procurou articular uma política ideológica que assinalasse seu caráter inovador e legitimasse seu formato político institucional perante todos os atores políticos relevantes do cenário nacional. Com este objetivo, mobilizou diversos recursos que asseguraram a produção e a divulgação do conjunto de ideias que fundamentavam seu projeto político. A elaboração e a comunicação dessa ideologia política legitimadora teriam como objetivo controlar o comportamento político dos atores dominados e assegurar a coesão interna nos grupos dominantes (p. 109).

O novo regime buscava a legitimação por meio de uma política cultural de massa capaz de criar uma nova memória coletiva sobre a nação e consolidar um sentido de pertencimento que unisse diferentes estratos da sociedade em torno do novo projeto de nação. O calendário cívico nacional, segundo Parada (2009), foi uma peça-chave desse esforço de ressignificação da nacionalidade, pois no “vazio de significados” gerado pela suspensão do cotidiano “novas formas de ordenamento social podem ser encenadas, partilhadas e tornarem-se significativas para a maior parte da população” (p. 22).

A partir de meados da década de 1930, o calendário cívico nacional sofreu mudanças significativas e os feriados nacionais associados ao

liberalismo da república oligárquica foram abolidos. Até então, no dia 24 de fevereiro era celebrada a promulgação da primeira Constituição da República, data que marcava, segundo o *Breviário Cívico* de Coelho Netto, o dia da entrada do país “no concerto das Nações, como o dia do batismo marca para o catecúmeno o da sua inscrição no rol da Cristandade” (1921, p. 126). Para Araújo Castro, a data era consagrada à “lei básica da República, uma das mais liberais e mais sábias de quantas se conhecem de povos civilizados” (CASTRO, 1925, p. 186).

O 14 de julho, data da Queda da Bastilha, era comemorado, até então, “por sua benéfica influência em favor da liberdade” (CASTRO, *idem*). Celebração da independência dos povos americanos, a data seria, segundo Coelho Netto, “festiva em todas as democracias como a do Natal é sagrada em todo o mundo cristão” (1921, p. 136). Outras efemérides cívicas tradicionais, como as que marcam os descobrimentos do Brasil e da América, continuaram a ser celebradas, porém sem o destaque que antes recebiam.

A cartilha infantil *O Brasil é bom*, produzida pelo Departamento Nacional de Propaganda⁶ em 1938, justifica a redução no número de feriados nacionais, “dias sagrados para todos os países”, da seguinte forma: “Os feriados foram reduzidos a sete, para que aos brasileiros sobre mais tempo útil, para o trabalho, para as atividades de cada um. Mas os sete feriados que restam no nosso calendário patriótico bastam para simbolizar tudo quanto devemos prezar e exaltar” (DNP, 1938).

Entre os sete feriados nacionais, quatro são datas comemorativas universais e apenas três estão relacionados à história da nação (*vide* Quadro 1). Segundo justificativa apresentada na cartilha, isso ocorreria, entre outros motivos, “porque são numerosas e equivalentes, entre si, as datas que recordam grandes feitos heroicos brasileiros, como as batalhas em que se empenhou o nosso Exército e a nossa Marinha, as datas que assinalam grandes acontecimentos, como o descobrimento do Brasil, a abolição da escravidão e tantas outras”. A estipulação do calendário citado não impediu,

⁶ Órgão similar que antecedeu o Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939.

no entanto, que outras datas cívicas fossem decretadas feriado em caráter especial, muitas vezes pelos estados e municípios, obedecendo a determinação federal, nem que outras “numerosas e equivalentes” efemérides cívicas de caráter nacional fossem comemoradas solenemente nas escolas. “Os dias de festa nacional são, em geral, feriados, há, porém, alguns que não são, mas se comemoram todos os anos” (FREITAS, 1942, p. 139).

Quadro 1

OS FERIADOS NACIONAIS E SEU SIGNIFICADO	
1.º de Janeiro Dia da Fraternidade Universal	– “serve para mostrar aos meninos que todos os povos devem ser amigos, que todos os homens devem se ajudar mutuamente, como irmãos”.
21 de Abril Dia de Tiradentes	“[...] encarna o sentido de liberdade, o desejo de independência que inspirou os feitos gloriosos de heróis da Pátria [...]”.
1.º de Maio Dia do Trabalho	“[...] consagrado à exaltação do dever e da dignidade do trabalho, pois, como sabe o menino, o trabalho é um dever social e só o trabalho pode promover a grandeza e a prosperidade de um povo”.
7 de Setembro Dia da Pátria	“[...] consagrado à comemoração da proclamação da independência [...] fato esse que é recordado na estrofe inicial do Hino Nacional Brasileiro, que todos os meninos, homens e mulheres do Brasil devem saber de cor”.
2 de Novembro Dia de Finados	“Nesse dia, reverenciamos a memória dos nossos ancestrais, relembando suas vidas e o que eles fizeram de bom e de útil, para que possamos também ser úteis à sociedade e honrar o Brasil como souberam eles honrar”.
15 de Novembro Proclamação da República	Quando foram introduzidos no Brasil “a forma presidencial de governo e o sistema representativo, a que o Estado Novo, instituído com a Constituição de 10 de Novembro, deu nova e mais sólida estrutura, adaptando-a melhormente às realidades do meio brasileiro”.
25 de Dezembro Natal	“[...] dedicado à comemoração da unidade espiritual dos povos cristãos”.

Fonte: *O BRASIL É BOM*, DNP, 1938.

Nota: Elaborado pelo autor.

O feriado de Tiradentes, em 21 de abril, era a primeira data consagrada à “nacionalidade” no calendário cívico; sua proximidade com a do aniversário de Vargas, no dia 19, criou situações curiosas. Mesmo não sendo feriado, o natalício do presidente suplantou, entre os anos de 1940 e 1944, o dia do Mártir da Independência em celebrações, homenagens e espaço nos meios de

comunicação. O vínculo, de certo modo, servia ao esforço de construção da imagem mítica do presidente como verdadeiro “vulto vivo” da história. Foi possível constatar, no decorrer da pesquisa, que o personalismo historiográfico marcava a comemoração de praticamente todas as datas cívicas nacionais, sempre associadas a “grandes mortos” do passado nacional.

As comemorações cívicas dos grandes vultos e das datas da pátria constituem uma verdadeira escola popular de civismo – porque é pelo conhecimento desses vultos e dessas datas que mais se arraiga o sentimento patriótico e se desenvolvem os laços de solidariedade entre os cidadãos. (FREITAS, 1942, p. 139).

O feriado mais associado à figura de Vargas, no entanto, seria o 1.º de Maio, Dia do Trabalho. A celebração da data reunia milhares de trabalhadores no Estádio Vasco da Gama, na Capital Federal, a quem Vargas se dirigia em discursos transmitidos por rádio a toda a nação.

O 7 de Setembro continuou sendo a data máxima da nacionalidade, mas passou a integrar a série de festejos da Semana da Pátria, que incluíam, a partir de 1940, o Dia da Juventude. No mês de novembro, eram celebradas 4 datas cívicas: o dia 3 (Revolução de 1930), o dia 10 (fundação do Estado Novo), o dia 15 (Proclamação da República) e o dia 19 (Bandeira). Estas receberiam ênfase variável durante a vigência do regime; o maior destaque, porém, era geralmente reservado ao 10 de Novembro, data celebrada como grande “marco evolutivo” da nação.

O novo calendário pode ser analisado como uma ação que pretendeu fixar um significado para a comunidade nacional, um significado que deveria ser guardado na memória coletiva e vivenciado através de intensas ações físicas nas cerimônias públicas. De fato, o calendário enquadrou e idealizou uma consciência cívica na qual as datas do passado e do presente eram comemoradas como se estivessem ligadas ao mesmo registro histórico temporal, associando, por exemplo, a independência à promulgação da constituição de 1937. Relacionando o 7 de Setembro, o 15 de Novembro e o 10 de Novembro, o calendário naturalizou o golpe de 1937 como um momento no desenvolvimento da história nacional. (PARADA, 2009, p. 27).

As mudanças no calendário cívico nacional tinham por objetivo demarcar o fim da instabilidade política dos primeiros anos da Era Vargas e o início de uma nova ordem social e política no país. Considerada o “futuro do país” e,

portanto, essencial à continuidade das mudanças promovidas pelo regime, a juventude passou a ser utilizada como recurso político. A massa escolar nacional tomou parte em quase todas as comemorações de datas cívicas nacionais⁷. O regime tentava utilizar as escolas como centros de “irradiação de civismo”, de onde o exemplo de disciplina e patriotismo dos alunos, expresso nas comemorações das datas nacionais, “contagiaria” outros setores da sociedade.

Em *Educando corpos e criando a nação*, Maurício Parada conclui que o processo de ressignificação dos conceitos de nação e cidadania articulado pelo regime era sustentado por três agentes que formavam um “*continuum* discursivo”: as comemorações do calendário cívico nacional; as práticas cívicas do cotidiano escolar (rituais cívicos cotidianos, aulas de Canto Orfeônico e Educação Física) que preparavam os alunos para as festas cívicas; e os meios de comunicação a serviço da propaganda estatal, que atestavam a importância das comemorações cívico-escolares e reproduziam o discurso oficial que as justificava (p. 37). As práticas cívicas cotidianas da escola, de caráter banal, seriam, portanto extensão e complemento das cerimônias públicas e de sua exaltação nos meios de comunicação, de caráter monumental.

A definição de uma temporalidade cívica, a construção de ícones nacionais, o uso da propaganda e dos meios de comunicação delimitaram, daí para frente, algumas das fronteiras de uma nova cultura política brasileira. Neste processo de ocupação pacificadora do domínio público, um dos recursos mais poderosos foi o planejamento e a manutenção de um calendário cívico comemorado através de monumentais cerimônias públicas, nas quais eram encenados os valores cívicos desejados pelo projeto civilizatório do novo governo. (PARADA, 2009, p. 10)

O regime formaria uma rede de cerimônias, centrais e periféricas, no qual a Capital Federal seria um centro exemplar para todos os estados e municípios do país. As cerimônias juvenis foram cruciais nesse processo de capilarização⁸ da cultura cívica, em especial o Desfile da Mocidade e da Raça

⁷A pesquisa hemerográfica indica que a participação de escolares nas solenidades em comemoração ao Dia do Trabalho e efemérides militares era ocasional.

⁸ Parada utiliza aqui o conceito desenvolvido por Foucault (2010) de capilarização do poder em uma rede de relações entre os sujeitos.

e a Hora da Independência, eventos que marcavam as comemorações da Semana da Pátria no Rio de Janeiro.

Desde sua origem, a escola republicana preocupava-se com a formação cívica dos alunos, transmitindo os valores republicanos e cultivando o sentimento de pátria. Ela era amplamente representada como o lugar onde as crianças deveriam aprender as primeiras letras e a amar o Brasil, como ilustra o extrato apresentado abaixo do coro *Uruá (A casa, a escola, o Brasil)*, publicado em *Teatro Escolar*, compilação de pequenos textos dramáticos para apresentações escolares, aprovada pela Instrução Pública do Estado de São Paulo:

- 1.º grupo - *Quirirú, onde tu vais?*
- 2.º grupo - *Vou à escola do tatú!*
- 1.º grupo - *Que fazer?*
- 2.º grupo - *Aprender. A, E, I, O, U!*
- 1.º grupo - *Aprender?*
- 2.º grupo - *A querer. A querer o Brasil –*
- 1.º grupo - *... o Brasil!*

(BARROS, 1942, p. 11)

Com a instauração do Estado Novo, todavia, a escola recebe a incumbência de passar a formar a juventude nacional dentro da doutrina do novo regime, preparando os escolares “ao cumprimento de seus deveres para a com a economia e a defesa da Nação”⁹. Monte Arrais justifica a nova diretriz no ensaio político *O Estado Novo e suas diretrizes*:

Nesta expressão está o pensamento oficial do Estado e por ela se vê a necessidade de um movimento de incorporação da mocidade ao plano do regime, de modo a dar às gerações a consciência de sua missão na sociedade e desenvolver os meios de integrá-la no espírito do Estado para que se torne a defensora dos princípios sobre os quais se formou. (ARRAIS, 1938, p. 106)

Em Janeiro de 1938, num discurso pronunciado no Palácio do Governo do Rio do Sul, Vargas reafirma a política, atacando “a exterioridade do livre

⁹ Referência ao já citado Artigo 132 da Constituição de 1937.

didatismo” e defendendo a educação dentro da doutrina do regime recém-instaurado:

Eu vos direi, agora, que, para a consolidação desta obra, precisamos contar com a educação da juventude e com a mocidade que surge das escolas primárias e elementares, dos ginásios e escolas superiores. E, para isso, todos precisam ser educados dentro da doutrina do Estado Novo. Desapareceu e tem de desaparecer a exterioridade do livre didatismo. Agora, precisa ser estabelecida a doutrina do Estado, que é a que tem por objetivo o engrandecimento da Pátria. [...] É nela [juventude] que deposito a minha confiança; é para ela que eu apelo, porque é uma força capaz de consolidar o Estado Novo. (VARGAS, 2004, pp. 82/83)

Segundo os idealizadores e defensores do novo projeto de nação, para que este se consolidasse, era necessária a formação de uma nova mentalidade nacional e de uma nova pedagogia capaz de incutir nas novas gerações o “espírito do Brasil novo”. “Hoje não se admite a educação fora dos interesses do Estado. Ela é instrumento seu. Tem de servir aos seus objetivos”, afirma Humberto Grande em *A pedagogia do Estado Novo* (1941, p. 8). Segundo o autor, essa nova pedagogia da “disciplina” e da “autoridade” tinha como objetivo formar uma mentalidade construtiva no espírito juvenil, de acordo com os interesses nacionais (p. 9).



Figura 1 - Apresentação orfeônica durante as comemorações da Hora da Independência de 1943 na Capital Federal.

Fonte: *Vida Doméstica*, out. 1943, p. 36.

Em discurso sobre a escola e a ação dos professores, pronunciado por ocasião da formatura de professoras no Instituto de Educação do Distrito Federal em dezembro de 1943, Vargas explicita o caráter utilitarista da educação estadonovista: “Alguns milhões de crianças – argila plástica nas mãos hábeis dos educadores - irão dar outros tantos milhões de soldados, trabalhadores, donas de casa, mestres, funcionários, técnicos – aquilo de que a Nação carece para desenvolver-se e progredir” (p. 186). A educação representava, portanto, menos um direito do cidadão da *res publica* do que um dever de servir a pátria preparando-se para o trabalho, gerador de seu progresso material.



Figura 2 - Aluno do Colégio Santista saúda o prefeito, diante de autoridades políticas, militares e eclesiásticas, em solenidade nas escadarias do Paço Municipal.
Fonte: *Ecos*, 1939, s/n.

Parada teoriza que os rituais diários realizados nas escolas, compostos por práticas cotidianas de dever cívico, como jurar a bandeira ou cantar hinos patrióticos, associados ao consumo de informações produzidas pelo Estado sobre si mesmo – na imprensa escrita, no rádio e em cinejornais – permitiram a naturalização do regime estadonovista e de suas lideranças políticas como instância mediadora de relações entre povo e nação (2009, p. 93).

O papel da imprensa nesse processo de pacificação das massas é defendido por Bernardino Victoy Costa em *Vargas, a mocidade e a Pátria*, publicado em 1945 e reeditado pelo Departamento de Imprensa Nacional em 1951:

Parece-nos que, desempenhando papel de alta valia no processo de formação da mentalidade da massa, como instrumento de divulgação, meio de instrução e arma de crítica ou de aplauso aos atos do poder público, deve figurar no mecanismo do Estado como técnica de ligação entre este e as massas populares. Governo e povo, sendo duas expressões distintas de uma só realidade que é o Estado, completam-se e o seu entendimento recíproco faz-se por meio da imprensa. (COSTA, 1951. p. 31)

Não bastava, portanto, educar a juventude dentro da doutrina do Estado Novo, era necessário expor o novo escolar brasileiro como modelo a ser seguido por outros atores sociais do período. “A escola preparava os corpos juvenis para sua exibição frente à comunidade nacional, os corpos dos jovens desfilantes deixavam sua materialidade física para se tornarem abstrações que representavam os valores cívicos do novo regime” (PARADA, 2007, p. 36).

Aliados ao cerimonial cívico e às narrações da mídia, os rituais diários constituíram um complexo pacificador que atuava no sentido de capilarizar as formas de autocontenção individuais. O aprendizado da disciplina corporal, do asseio e do silêncio foi apresentado nessas cerimônias, ao mesmo tempo, como procedimento civilizado e cívico de uma raça em formação (Idem, p. 51).

Em uma análise baseada nos conceitos em relação à disciplina desenvolvidos por Foucault em *Vigiar e Punir*, as práticas cívico-escolares do período podem ser entendidas como rituais de sujeição à autoridade do Estado e à relação docilidade-utilidade¹⁰ estabelecida com educadores e escolares que reproduziam o discurso autorizado que as justificava. Os espetáculos cívicos produziam o que o autor chamou de “quadros vivos” em que a hierarquização do espaço transformava multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas (FOUCAULT, 2010, p. 143).

¹⁰ Adotando o conceito de Foucault, para quem: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (2010, p. 132).



Figura 3 - Desfile da Juventude na Capital Federal durante as comemorações da Semana da Pátria de 1944.

Fonte: *Vida Doméstica*, out. 1944, pp. 50/51.

Nesse contexto, as comemorações cívico-escolares tornaram-se objeto de rígido controle estatal. Além de obrigatórias em todas as instituições de ensino, elas passaram a ter forma e conteúdo ditados por instruções elaboradas pelo Ministério da Educação e Saúde e transmitidas e fiscalizadas localmente pelas delegacias regionais de ensino.

“Realizaram-se, em todos os estabelecimentos, segundo as praxes e as determinações do Governo, comemorações e solenidades escolares”, escreveu o Delegado Regional de Ensino Luiz Damasco Penna ao diretor geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo em seu relatório anual referente ao exercício de 1939. O delegado faria editar instruções para as comemorações cívico-escolares nos periódicos locais, que editariam também os programas comemorativos fornecidos por diversas instituições de ensino santistas.

1.2 As comemorações cívico-escolares em Santos

Dois meses após as comemorações do primeiro aniversário da fundação do Estado Novo, Santos celebrou o primeiro centenário de sua elevação à condição de cidade. A data marca um momento de transição: a expansão urbana do município, nascido junto ao porto, já havia então preenchido as últimas áreas desocupadas entre o porto e as praias. Se a região central, chamada simplesmente de “cidade” pela população, ainda era o coração da vida econômica, política e social local, a construção de sete quilômetros de jardins e a efervescência econômica e cultural do bairro do Gonzaga atraíam cada vez mais turistas e moradores à orla da praia (ANDRADE, 1995, p. 99). O processo de verticalização da cidade, no entanto, só teria início após a inauguração das duas pistas do Sistema Rodoviário Anchieta, em 1947 e em 1953, e a subsequente expansão do turismo e da atividade portuária na região.

A cidade vivia em função de seu porto, cuja movimentação era acompanhada pela população por meio da imprensa local. Durante as décadas de 1930 e 1940, as duas publicações jornalísticas de maior circulação na região eram os jornais *O Diário* e *A Tribuna*.

Fundado pelo Centro dos Comissários de Café de Santos em janeiro de 1936, *O Diário* foi comprado, em 1937, pelos Diários Associados, passando a integrar o império jornalístico de Assis Chateaubriand que, à época, já contava com diversas publicações impressas e emissoras de rádio. A aquisição mudou o perfil do periódico, inicialmente focado nas atividades comerciais do porto, que passou a tratar de temas gerais. A sacada de sua sede, localizada no início da Rua do Comércio, n.º 9, junto à Praça Ruy Barbosa, foi palco de várias manifestações cívicas e de discursos inflamados de personalidades locais. O jornal alcançou grande popularidade nas décadas de 1940 e 1950 e foi concorrente do tradicional *A Tribuna* até o encerramento de suas atividades em 1967.

O jornal *A Tribuna* nasceu na forma de um semanário intitulado *Tribuna do Povo* em 26 de março de 1894, criado pelo maranhense Olímpio Lima. Em uma época em que diversas publicações tiveram vida efêmera, o periódico

firmou-se no conceito público como veículo de reivindicações populares em uma cidade em que o desenvolvimento acelerado da atividade portuária causava graves problemas de infraestrutura e agravava mazelas sociais. Em 1900, após uma malograda tentativa de vender o jornal, que já passara a circular diariamente, fatalmente enfermo, Lima relançou-o rebatizado *A Tribuna*.

Em 1909, o jornal foi arrematado em hasta pública por Manuel Nascimento Júnior, que investiu em sua modernização e alçou-o ao posto de principal periódico da região. Ao falecer, em 1959, passou a direção a Giusfredo Santini, seu genro e gerente-geral do jornal, cujos descendentes administram a publicação até os dias de hoje (RODRIGUES, 1969, p. 39). Em mais de um século de existência, *A Tribuna* enfrentou a concorrência de outros periódicos que chegaram a desfrutar de prestígio similar, como o jornal *Cidade de Santos* (1968-1987), mas que foram incapazes de alcançar sua longevidade¹¹.

Uma análise comparativa entre os dois periódicos, limitada a edições selecionadas do período estudado, sugere que, apesar de apresentar um projeto gráfico mais arrojado, *O Diário* pouco diferia de *A Tribuna* em termos de conteúdo e abordagem. O rígido controle exercido pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) aos veículos de comunicação impedia qualquer tipo de crítica à autoridade instituída e desestimulava a informação desinteressada.

No período estudado (1937-1945), a Segunda Guerra Mundial, assim como a crise diplomática que a precedeu, dominou o noticiário internacional e, costumeiramente, forneceu as principais manchetes do dia aos jornais locais. Sob censura e na ausência de partidos políticos e cargos legislativos, seu noticiário político nacional costumava se restringir a textos redigidos nas repartições do DIP e à reprodução textual de instruções, decretos, discursos e

¹¹ Hoje, o Sistema A Tribuna de Comunicação é um grupo de empresas composto pela TV Tribuna Santos, pelos jornais diários *A Tribuna* e *Expresso Popular*, pelo periódico de anúncios *Primeiramão* regional e pela rádio Tribuna FM.

telegramas congratulatórios trocados entre diferentes órgãos e autoridades. Notícias locais raramente ocupavam a primeira página.

Nas datas cívicas nacionais, no entanto, as matérias sobre as respectivas comemorações sempre ocupavam a primeira página dos jornais, muitas vezes estendendo-se a páginas posteriores e/ou à contracapa. O maior destaque era sempre dedicado às grandes comemorações na Capital Federal, protagonizadas por Vargas e seus Ministros de Estado, seguidas pelas comemorações na capital estadual e, finalmente, pelas festividades locais. No espaço dedicado às comemorações locais, eram descritas as solenidades oficiais no município, protagonizadas pelo prefeito e outras autoridades municipais, e, em seguida, eram publicados os programas das comemorações nas instituições de ensino da cidade¹².



Figura 4 - O gerente-geral de *A Tribuna* Giusfredo Santini (direita) e o jornalista Ivo Arruda em visita ao diretor do DIP, Cap. Amílcar Dutra de Meneses (esquerda), na Capital Federal. Fonte: *A Tribuna*, 22 abr. 1944, contracapa.

Às vésperas das efemérides, eram descritos os preparativos e o programa a ser seguido pelas principais autoridades na data em questão. Na data festiva, eram republicados os programas comemorativos, acompanhados de artigos ou crônicas, ressaltando a importância da efeméride, e, frequentemente, de retratos oficiais do Presidente Vargas. Ocasionalmente, a

¹² O programa do Liceu Brasil em comemoração ao Dia da Bandeira de 1941 constitui o Anexo 1.

Prefeitura Municipal fazia publicar na primeira página convites à participação em eventos cívicos por ela promovidos¹³. Imagens das comemorações apareciam na edição posterior à data da efeméride juntamente com um relato resumido sobre as mesmas.



Figura 5 - Batalhão do Colégio Santista dirige-se a São Vicente para prestar homenagem ao prefeito municipal da cidade vizinha, ex-aluno do ginásio.

Fonte: *Ecos*, 1939, s/n.

Se o regionalismo era desestimulado e as efemérides sem caráter nacional recebiam pouco destaque¹⁴, os aniversários de mandato de interventores federais (que governavam os estados) e prefeitos municipais sempre obtinham grande espaço nos jornais, geralmente ocupando toda a primeira página, que destacavam suas “grandes realizações” e as “inúmeras homenagens” a eles prestadas. Invariavelmente, parte da população escolar era convocada a participar de tais eventos.

Segundo a professora e historiadora Yza Fava de Oliveira, as comemorações escolares ocorriam impreterivelmente na data da efeméride, mesmo que esta caísse em um fim de semana ou que fosse decretada feriado nacional; nesse caso, os alunos eram convocados a comparecer no horário determinado para a comemoração e dispensados após o seu término. Convidados por determinação da Delegacia Regional de Ensino, os pais costumavam acompanhar os filhos e assistir às cerimônias cívicas. Sua

¹³ Convite publicado pela Prefeitura Municipal e pela Delegacia Regional de Ensino para o desfile do Dia da Juventude de 1943 constitui o Anexo 2.

¹⁴ As datas de fundação dos municípios constituem exceção.

presença era considerada fundamental, para que o “fervor patriótico” das festividades contagiasse outros segmentos da sociedade além da população escolar. O tema foi objeto de “carinhosa atenção” pela Delegacia Regional de Ensino, segundo o Relatório referente ao ano letivo de 1939¹⁵:

Uma praxe se vai generalizando aqui, cujo estudo julgamos interessante; por isso temos consentido nela. E é que vai sendo comum o reunirem-se três e mais escolas isoladas próximas para a realização de festas escolares, sobretudo nas grandes datas nacionais. De princípio pensávamos em que o deslocamento de algumas escolas, do seu bairro, privaria a população local da festa escolar. Depois, como nos informaram os inspetores, verificamos que isso não se dava. Foi comum que os pais dos alunos os acompanhassem, fazendo assim, da festa escolar, uma festa sua. [...] Depois, considere-se que as festas, principalmente nas escolas isoladas, nunca atraíram assistência. E, como vamos fazendo, há, em dado bairro, festa de verdade, pois ali se reúne público mais numeroso e interessado; começam, é certo, se interessando pelos filhos, a quem devem acompanhar e a cujas representações devem assistir; acabarão se interessando pela escola e pelo fato histórico e cívico. (LUIZ DAMASCO PENNA. 1940, p. 35)

Os jornais relatam as comemorações nos grupos escolares municipais e estaduais e nas mais prestigiosas instituições de ensino particulares. O texto acima nos indica, no entanto, que as comemorações ocorriam também nas escolas isoladas e em bairros periféricos. A prática descrita da realização de festas conjuntas por escolas isoladas nas grandes datas nacionais denota a intenção, por parte das autoridades, em dar um caráter “grandioso” e “espetacular” aos eventos cívico-escolares, intenção que levaria as comemorações para além dos muros das escolas e culminaria na organização de grandes desfiles, durante a Semana da Pátria, reunindo a população escolar do município.

Parada (2007) identifica 3 formas básicas de evento cívico no conjunto cerimonial produzido pelo regime: a) os eventos diários, como hasteamento da bandeira, canto de hinos, consumo de informações fornecidas pelo DIP; b) os eventos anuais, que compunham o calendário cívico nacional; e c) os eventos extraordinários, como inaugurações de obras públicas e recepções a autoridades (p. 44). Dois eventos deste último tipo marcaram as

¹⁵ Extrato do relatório que trata das comemorações cívicas constitui o Anexo 3.

comemorações cívico-escolares na cidade de Santos no ano de 1938, segundo o relatório anual da Delegacia Regional de Ensino:

Realizaram-se, em todos os estabelecimentos, segundo as praxes e as determinações do Governo, comemorações e solenidades escolares. Destacaram-se a efetuada no dia 6 de abril, centenário de José Bonifácio, em que um coro de 1.200 alunos dos grupos escolares estaduais de Santos desenvolveu apreciado programa junto ao monumento dos Andradas, [...] e a grande formatura de 12.000 escolares, de vários graus de ensino, maiores de 10 anos, levada a efeito no dia 26 de julho em homenagem ao Senhor Presidente da República. (Luiz Damasco Penna. 1940, p. 68)

Em 6 de abril de 1938, o centenário do falecimento de José Bonifácio de Andrada e Silva foi marcado por grandes eventos cívicos na cidade, “berço” do Patriarca da Independência. Santos prestou “ao maior dos seus filhos” as devidas homenagens com a participação de “todas as classes sociais”, segundo o jornal *Folha da Manhã*. O programa oficial iniciou-se com uma missa cantada com grande orquestra na Catedral, celebrada pelo Bispo Diocesano D. Paulo de Tarso Campos. Professores e alunos de diversas faculdades da capital paulista compareceram a uma sessão cívica, presidida pelo Prefeito Municipal Cyro Carneiro, no Teatro Coliseu (7 abr. 1938, terceira seção, capa).

No Pantheon dos Andradas, realizou-se a formatura dos alunos das escolas municipais e de algumas escolas particulares. Dr. Ulysses Paranhos – médico, pesquisador, escritor e membro da Academia Paulista de Letras – foi o orador oficial do evento, aceitando um convite do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Acompanhados da Banda do Corpo de Bombeiros municipal, os escolares reunidos em frente ao Pantheon cantaram os hinos Nacional e da Independência. Os alunos dos grupos escolares estaduais tomaram parte no evento realizado junto ao Monumento aos Andradas, no bairro do Gonzaga, mencionado no relatório da Delegacia Regional de Ensino referente ao ano de 1938, enquanto outros participaram de solenidades realizadas nas próprias escolas.

Todos os nossos estabelecimentos de ensino, associando-se ao programa oficial, prestaram homenagem à memória do grande vulto da história do Brasil, tendo sido realizadas solenidades nas sedes das escolas locais, vicentinas e do Guarujá. [...] Na parte da manhã, os colegiais acompanhados de seus professores visitaram o Pantheon

dos Andradas, onde depositaram coroas. A estátua dos irmãos Andradas, na Praça da Independência, localizada no Gonzaga, também foi visitada pelos alunos de nossas escolas. (FOLHA DA MANHÃ, 7 abr. 1938, terceira seção, capa)

Em julho de 1938, Vargas encerrou uma excursão de seis dias ao Estado de São Paulo com uma breve passagem pela cidade de Santos¹⁶. Na visita de pouco mais de uma hora, sua primeira “na qualidade de chefe supremo da nacionalidade”, a população santista prestou-lhe “as homenagens de sua solidariedade aos princípios do Estado Novo”, segundo manchete do jornal *A Tribuna*. O presidente, acompanhado de sua esposa Darcy, de sua filha Alzira e do Interventor Federal no Estado Adhemar de Barros, desembarcou na Estação Ferroviária Sorocabana, inaugurou a pedra fundamental de uma vila operária no bairro do Embaré e foi recebido pelo prefeito no Paço Municipal, antes de seguir para o aeroporto de Praia Grande, de onde embarcou em uma aeronave militar para o Rio de Janeiro. Escolares, membros de entidades de classe e a população em geral foram convocados a preencher toda a extensão do longo trajeto a ser percorrido pela comitiva e saudar o chefe da nação. Uma visita à Alfândega foi cancelada, frustrando aqueles que aguardavam o presidente na Praça da República.

À concentração dos representantes de todas as classes do trabalho, seguia-se a dos escolares, em número superior a 10.000 crianças, de ambos os sexos, que empunhavam bandeirolas com as cores brasileiras. À passagem do presidente Getúlio Vargas pela Avenida Vicente de Carvalho, os elementos trabalhistas e escolares promoveram-lhe ruidosa manifestação, no que foram secundados pela grande massa popular que se estendia ao longo daquela artéria e, de resto, por onde transitou o automóvel presidencial. O chefe da nação, sempre sorridente, agradecia com gestos simpáticos. (A TRIBUNA, 27 jul. 1938, p. 6)

As diferentes e pouco confiáveis estimativas do número de escolares participantes aqui apresentadas importam menos do que o sentido de grandiosidade que pretendiam conferir ao evento. Estudantes e trabalhadores, convocados por suas respectivas instituições de ensino e entidades de classe, no papel de virtuais figurantes do evento cívico “espetacularizado”, tinham

¹⁶ Convocação à população para saudar Vargas durante sua breve visita a Santos, publicada na primeira página do jornal *A Tribuna*, constitui o Anexo 4.

como função atrair atenção para o evento, conferir-lhe importância e contagiar a massa popular com seu “entusiasmo” cívico ensaiado cotidianamente.

A data foi decretada feriado municipal para que a população pudesse comparecer ao evento e ser “contagiada”. Segundo Parada (2009), o feriado representa uma suspensão do cotidiano que intensifica a comemoração, “pois é nesse vazio de significados que novas formas de ordenamento social podem ser encenadas, partilhadas e tornarem-se significativas para a maior parte da população” (p. 22). A decretação de feriado ou ponto facultativo em tais efemérides foi uma prática comum no período, já que os “espetáculos” cívicos perderiam seu sentido sem uma “plateia” numerosa. “Nesses dias, o comércio não funciona, os bancos não se abrem e todo o povo dedica seu pensamento e seu tempo às comemorações cívicas” (DNP, 1938).

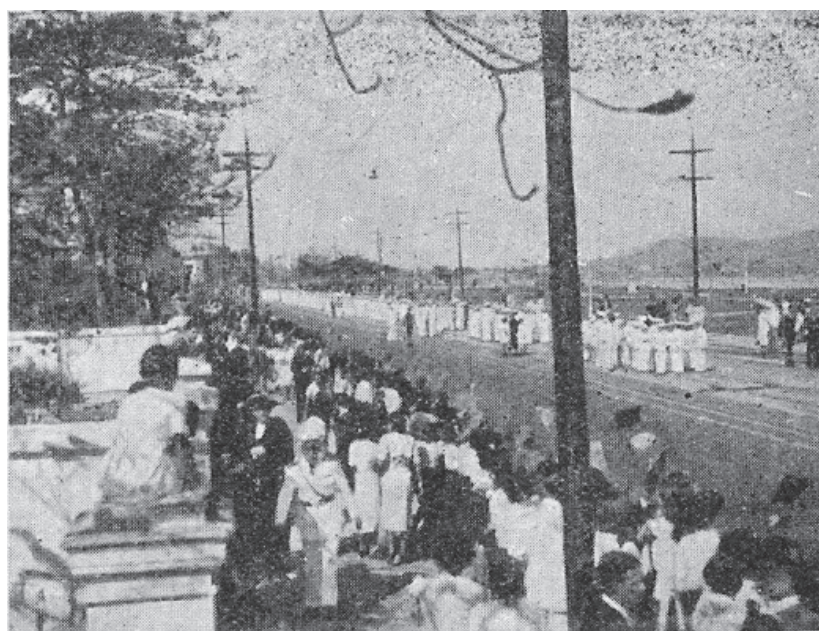


Figura 6 - Alunos do Colégio Santista aguardam a passagem do cortejo presidencial na Avenida Vicente de Carvalho durante visita de Vargas a Santos.
Fonte: *Ecos*, 1938, s/n.

Os discursos proferidos na breve solenidade realizada no Paço Municipal ajudam a entender a significância atribuída à efeméride por diferentes instâncias de autoridade instituídas. O Prefeito Municipal Cyro Carneiro, recém-nomeado pelo Interventor Adhemar de Barros, assim justificou a recepção oferecida ao presidente: “[...] nós, os santistas, queremos dar a certeza e a segurança de que V. Ex.^a poderá, como deseja, contar conosco, a

custa de qualquer sacrifício, para servirmos sem restrições à grandeza e à prosperidade do Brasil.” Em sua resposta, Vargas afirmou: “A demonstração extraordinária que acabo de receber da população de Santos, o primeiro porto comercial da República e a terra histórica dos Andradas, tem para mim a impressão de apoteose, dada a forma como fui recebido em todo o Estado de São Paulo” (A TRIBUNA, 27 jul. 1938, p. 6). Vargas, que havia sido alvo de um *putsch* integralista dois meses antes, tentava consolidar o regime recém-instaurado, buscando o apoio das massas populares e dissipando ressentimentos no estado “revoltoso”.

O Levante Integralista, ocorrido em 11 de maio de 1938, ofuscou as comemorações programadas para o Cinquentenário da Abolição, que se transformaram em demonstrações de apoio ao regime estadonovista. Assim como o Centenário da Morte de José Bonifácio de Andrada e Silva, a data foi “condignamente comemorada” nas escolas de Santos.

A maleabilidade foi uma das principais características do calendário cívico do Estado Novo e esta é mais evidente na ênfase variável dedicada às efemérides do mês de novembro. Ainda com o intuito de “espetacularizar” as comemorações cívicas, eventos anuais tornaram-se “extraordinários” em anos específicos. Em 1937, no mês da instauração do Estado Nacional, as comemorações do Dia da Bandeira, por razões que serão discutidas no capítulo a seguir, tomaram proporções inéditas até então e nunca mais igualadas, relegando as comemorações da Proclamação da República, no dia 15, a um distante segundo plano.

Em 1938, a ênfase foi reservada às comemorações do primeiro aniversário do Estado Novo, no dia 10 de novembro. Segundo decreto assinado pelo Ministro Francisco Campos e pelo Presidente Vargas, a data deveria “ser comemorada de maneira excepcional e nela exaltados a significação desse fato histórico e os princípios constitucionais que definem o novo regime instituído no Brasil” (A TRIBUNA, 06 nov. 1938, contracapa).

O Centro dos Estudantes de Santos, entidade fundada em 1932 e que concentrava “as atividades sociais da classe acadêmica santista”, promoveu

uma série de eventos comemorativos. Entre eles, uma missa de ação de graças pela “grandeza e prosperidade do Brasil” celebrada pelo Monsenhor Luis Gonzaga Rizzo, vigário geral do bispado, na Igreja do Rosário, então sede da Catedral. Na hora do levantamento da hóstia, a banda de música do Instituto D.^a Escolástica Rosa, cedida por seu diretor, Prof. Pedro Crescenti, executou o Hino Nacional (*A TRIBUNA*, 10 nov. 1938, contracapa). Após a solenidade “cívico-religiosa”, foram feitas várias preleções sobre o significado da data. A comissão promotora do evento fez, por meio da imprensa, um apelo aos diretores dos colégios locais para que acompanhassem seus alunos, devidamente uniformizados, à referida solenidade (*A TRIBUNA*, 09 nov. 1938, contracapa). O programa preparado pelo Centro dos Estudantes encerrava-se com uma “vesperal dançante” na sede do Clube Saldanha da Gama. Seguindo a praxe, diversas instituições de ensino publicaram na imprensa local o programa das comemorações realizadas em suas instalações.



Figura 7 - Concerto Orfeônico realizado no Santos F. C. em comemoração ao Cinquentenário da República; ao centro, discursa o Prefeito Cyro Carneiro.
Fonte: *A Tribuna*, 21 nov. 1939, contracapa.

Em 1939, o grande destaque no calendário cívico do mês de novembro foi reservado às comemorações do Cinquentenário da Proclamação da República. O mau tempo na região, no entanto, levou ao adiamento do principal evento programado para a comemoração da efeméride para o dia 19, dando “um cunho de excepcional realce”, segundo *A Tribuna*, às comemorações do Dia da Bandeira.

A comemoração do Cinquentenário da Proclamação da República [foi] efetuada em toda a região e com especial brilhantismo nesta cidade, onde foi considerada festa oficial da prefeitura, tendo mesmo merecido a honra de ter como orador Sua Excelência o Senhor Doutor Prefeito Municipal. [...] Não quero nem posso deixar de fazer

referência à extrema dedicação e conhecida maestria com que o Professor Fabiano Lozano preparou e levou a efeito a brilhantíssima audição orfeônica – um dos maiores conjuntos corais escolares que se terão exibido no Estado, pois reunia 2.200 executantes –, devendo iguais referências ao Sr. Atagí Hermínio de Melo Doin, inspetor do Departamento de Educação Física nessa cidade, que preparou a demonstração de Educação Física, infelizmente transferida devido ao mau tempo. (Luiz Damasco Penna. 1940, p. 36)

A concentração cívico-escolar mencionada acima, promovida pela Delegacia Regional de Ensino em conjunto com a Prefeitura Municipal, teve lugar no estádio Urbano Caldeira, sede do Santos F. C., e foi descrita como “um espetáculo soberbo, um acontecimento de extraordinária ressonância que a todos empolgou pela perfeita organização que se lhe ofereceu e pelo seu impecável desenvolvimento” (*A TRIBUNA*, 21 nov. 1939, contracapa).



Figura 8 - Aluna apresenta-se durante solenidade cívico-patriótica na Escola Portuguesa em comemoração ao Cinquentenário da República.
Fonte: *A Tribuna*, 16 nov. 1939, contracapa.

O corpo coral era constituído por alunos dos seguintes estabelecimentos de ensino: Ginásio do Estado, Instituto D.^a Escolástica Rosa, Escola José Bonifácio, Colégio São José, e dos grupos escolares Cesário Bastos, Barnabé, Visconde de São Leopoldo, Azevedo Junior, Dino Bueno, Auxiliadora da Instrução, Bartolomeu de Gusmão, Braz Cubas, Olavo Bilac, Vila Macuco, Lourdes Ortiz e Avenida. Após a execução de cada hino ou canção, o Prof. Paulo Gomes Cardim, da escola Normal São José, apresentava “ilustrações literárias” ao microfone.



Figura 9 - Apresentação do orfeão do Ginásio do Estado em sarau lítero-musical no salão-estúdio da Rádio Atlântica, em comemoração ao Cinquentenário da República.
Fonte: *A Tribuna*, 16 nov. 1939, p. 5.

A efeméride cívica extraordinária exigia formas extraordinárias de comemoração. Além das já tradicionais solenidades cívico-escolares levadas a cabo nas escolas e do concerto orfeônico no S. F. C., foi desenvolvido, por determinação do Departamento de Ensino estadual¹⁷, uma programação especial nas duas emissoras de rádio locais, Rádio Atlântica e Rádio Clube de Santos, nas quais se apresentaram alunos e professores de várias escolas secundárias do município.

Como foi recomendado pelo Departamento, os estabelecimentos de ensino secundário da cidade, em plena harmonia de vistas com a delegacia, desenvolveram nas duas emissoras locais, Rádio Clube de Santos e Sociedade Rádio Atlântica, um programa, que preencheu toda uma semana, de palestras, a cargo de alunos e professores, sobre a importância do fato histórico que se comemorava. O Ginásio do Estado deu ainda na noite de 19 de Novembro um espetáculo radiofônico nos estúdios do Rádio Clube de Santos, constante de conferência, declamação e escolhido programa orfeônico. (Luiz Damasco Penna. 1940, p. 36)

Assim como os jornais, as emissoras de rádio divulgavam as comemorações cívicas e reproduziam o discurso oficial que as justificava, tornando-se agentes no processo de ressignificação dos conceitos de nação e cidadania descrito por Maurício Parada. “Aos meios de comunicação competia

¹⁷ Um quadro da organização da administração escolar no Estado de São Paulo constitui o Anexo 5.

narrar e reproduzir esta experiência, registrando-a e estendendo-a para além do tempo real de sua realização” (2007, p. 52).



Figura 10 - Desfile de colegiais em festa cívico-física no campo do Santos F. C. em comemoração ao 1.º Decênio do Governo Getúlio Vargas.
Fonte: *O Diário*, 12 nov. 1940, contracapa.

Em 1940, o principal evento do mês de novembro foi a comemoração do 10.º Aniversário da Revolução de 1930, ou do “1.º Decênio do Governo Getúlio Vargas”, como anunciou *O Diário*, sugerindo que poderia vir a haver um segundo, um terceiro etc. O principal evento comemorativo programado para a data foi uma “festa cívico-física” realizada no campo do Santos F. C., na qual tomaram parte vários colégios inscritos e a guarda da Juventude Brasileira¹⁸, que, carregando o Pavilhão Nacional, liderou “uma longa fileira de jovens de ambos os sexos”. Alunas do Ginásio do Estado executaram números de ginástica rítmica ao som de valsas vienenses antes do início da competição de ginástica entre as escolas presentes. Após a apresentação do orfeão, foram entregues troféus aos colégios mais bem colocados na competição: Ginásio do Estado, Liceu Feminino Santista e Ginásio Tarquínio Silva. A banda do Corpo Municipal de Bombeiros “abrilhantou” a festa, que teve como orador oficial o Prof. Júlio de Guimarães Sampaio, do Ginásio do Estado (*O DIÁRIO*, 12 nov. 1940, contracapa).

¹⁸ O Movimento Juventude Brasileira é um dos temas tratados no *Capítulo 3 - O culto à pátria*.

A ênfase nas comemorações extraordinárias, no entanto, não impedia que as efemérides anuais fossem comemoradas nas escolas, mesmo que de forma mais modesta. Nas tradicionais sessões cívicas, era prática comum a leitura de poesias¹⁹ ou composições relativas à efeméride, premiadas em concursos realizados entre os alunos de dada instituição.

1.2.1 As comemorações cívico-escolares nos anos da guerra (1942-1945)

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942, constitui um divisor de águas no regime do Estado Novo. Durante o período de neutralidade, Vargas manteve um “jogo duplo” alternando aproximações ora com os Aliados, ora com as nações do Eixo. A ambiguidade de Vargas em relação à guerra estava relacionada à política interna brasileira e refletia diferentes correntes políticas que compunham sua base de sustentação. Entre seus colaboradores mais próximos havia tanto germanófilos, como Filinto Müller (Chefe de Polícia do Distrito Federal), Góes Monteiro (Chefe do Estado-Maior do Exército), Eurico Gaspar Dutra (Ministro do Exército) e Francisco Campos (Ministro da Justiça); quanto liberais simpáticos à causa aliada, como os Ministros Oswaldo Aranha (Relações Exteriores) e Arthur de Souza Costa (Fazenda).

A aproximação com os Estados Unidos teve início na VII Conferência Pan-Americana, realizada em Lima em dezembro de 1938, mas esta seria posta à prova, após um discurso polêmico de Vargas em 11 de junho de 1940. A bordo do couraçado *Minas Gerais* para a comemoração do aniversário da Batalha do Riachuelo, o presidente proferiu um discurso interpretado por muitos como uma aproximação com os totalitarismos europeus. Após atacar o liberalismo, Vargas enalteceu as “nações fortes que se impõem pela organização baseada no sentimento de Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade”. É possível que o presidente acreditasse, naquele momento, em uma possível vitória dos países do Eixo; afinal, apenas três dias após o discurso, tropas alemãs marcharam sob o Arco do Triunfo em Paris. Mais provavelmente, Vargas estaria tentando pressionar os Estados Unidos, já

¹⁹ A poesia *Dia de Festa*, de Murillo Araújo, constitui o Anexo 6.

que as negociações com o país para o fornecimento de material bélico e para a implantação de uma indústria siderúrgica no Brasil enfrentavam, então, um impasse.

Em dezembro de 1941, no entanto, o ataque japonês a Pearl Harbor e a subsequente entrada dos Estados Unidos na guerra puseram fim ao jogo duplo de Vargas. Em janeiro de 1942, sob pressão dos Estados Unidos, o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, o Japão e a Itália.

O torpedeamento de navios mercantes brasileiros, nos meses que se seguiram, gerou grande revolta entre a população, especialmente na classe média. Em apenas três dias do mês de agosto, 610 pessoas morreram em consequência do torpedeamento de embarcações brasileiras, entre tripulantes e passageiros (FAUSTO, 2006, p. 104). A indignação levou a grandes manifestações populares nas principais cidades do país e Santos não foi exceção. A revolta uniu setores distintos da sociedade brasileira, desde conservadores antifascistas até comunistas, e levou o governo brasileiro a declarar, em 22 de agosto de 1942, estado de beligerância entre o Brasil e os regimes totalitários da Alemanha e da Itália. O Brasil estava oficialmente em guerra.

Para Capelato (2003), o período entre 1937 e 1942 caracterizou-se pelas mudanças estruturais mais significativas e pela tentativa de legitimação do Estado Novo brasileiro (p. 113). A partir de 1942, no entanto, o discurso aliado em favor da democracia expôs, cada vez mais, as contradições do regime internamente autoritário e contribuiu, a partir de 1943, ao fortalecimento da oposição e à propagação de manifestações de resistência no país. O movimento de juventude e o Departamento de Imprensa e Propaganda, especialmente, ambos nitidamente inspirados em modelos nazifascistas, tornaram-se motivo de embaraço para o Governo Federal e sofreram mudanças. A necessidade de mobilização para a formação de um *front* interno no país, no entanto, imporia novas diretrizes à educação cívica da juventude e à máquina de propaganda estatal.

A instauração do estado de guerra tornava necessária a constituição de um *front* interno em território brasileiro. Para tanto, a sociedade civil deveria organizar-se em um sistema de apoio às Forças Armadas do país. A principal batalha em que o Brasil se engajaria, todavia, seria a “batalha da produção”, que deveria ser travada fornecendo produtos considerados estratégicos às nações aliadas. No discurso oficial, o trabalho tornar-se-ia questão de segurança nacional, então ameaçada por qualquer fator que abalasse o grau de coesão interna. A ordem social por meio da militarização da sociedade civil representava um alinhamento com as políticas do regime de Vargas e com o esforço de guerra aliado.

Nesse novo contexto de transição, as comemorações do 5.º aniversário da instituição do Estado Novo, em novembro de 1942, suprimam a necessidade, por parte dos poderes instituídos, de reafirmar a crença na liderança de Vargas e na ideologia do regime.

O regime instituído pela Carta Constitucional de 10 de Novembro de 1937, imperativo das condições gerais que o mundo está vivendo, criou, para o Brasil, uma fórmula governamental que concentra em si todas as aspirações e todos os anseios da nacionalidade. A transição, então operada, num ambiente propício, de paz e de ordem, deu ao nosso país e ao mundo, simultaneamente, a impressão segura da clarividência do Sr. Getúlio Vargas, à frente dos supremos destinos da pátria brasileira. [...] E agora, mais do que nunca, nesta hora decisiva da existência dos povos, cumpre aos brasileiros, comungando dos postulados salvadores do novo regime, cerrar fileiras em torno do preclaro estadista que dirige os destinos nacionais [...] (A *TRIBUNA*, 10 nov. 1942, capa)

O peso conferido pelas autoridades instituídas à celebração da efeméride foi tão grande que a costumeira publicação de instruções pela Delegacia Regional de Ensino não foi suficiente. Para frisar a importância das comemorações, foram publicados telegramas de outros órgãos públicos, como a Diretoria Geral de Ensino estadual:

Transcorrendo a 10 de Novembro o aniversário da instituição do Estado Nacional, esta Diretoria Geral Recomenda com empenho aos senhores delegados regionais, diretores de ginásios, Normais e demais autoridades do ensino, que envidem esforços para que seja esta data condignamente comemorada sob cunho eminentemente educativo e patriótico em todas as unidades escolares do Estado, quer públicas, quer particulares. E, para tanto, deverão as atividades escolares no dia 9, segunda-feira próxima, véspera da festiva data,

girar em torno da personalidade marcante do preclaro chefe da Nação, S. Exa. Sr. Dr. Getúlio Vargas, e das diretrizes nitidamente nacionais de seu governo, nesta hora grave para o destino de nossa Pátria. (Idem, p. 3)

Ainda segundo as instruções da Diretoria Geral de Ensino, as comemorações do dia 10 deveriam obedecer às normas estabelecidas para as grandes datas nacionais e os delegados regionais de ensino e diretores teriam que colaborar com as solenidades de iniciativa das prefeituras locais. Estas, por sua vez, receberam instruções no mesmo sentido do diretor geral do DEIP, por meio de um telegrama enviado pelo Departamento de Municipalidades:

Sr. prefeito municipal – Urgente – Recomendo-vos, com muito empenho, seja condignamente comemorada, nesse município, a data de 10 de Novembro. Estou certo que mais uma vez se mostrará que S. Paulo, pelo governo de seu eminente interventor, bem compreendeu o alto e profundo significado brasileiro do movimento que teve por chefe o grande presidente Vargas. Cordiais saudações – (a.) Cândido Mota Filho, diretor geral do DEIP. (A *TRIBUNA*, 10 nov. 1942, p. 3)

As instruções da Delegacia Regional de Ensino, publicadas na mesma edição do jornal, reforçavam as recomendações da Diretoria Geral em relação ao teor das festividades e lembrava aos diretores das escolas particulares a obrigatoriedade do envio dos programas preparados para a efeméride ao órgão para aprovação:

As solenidades do dia 10, mesmo que a data não seja declarada feriado, serão realizadas nas escolas públicas às 9 horas, com a presença dos alunos e professores de todos os períodos. Nas escolas particulares, fica o horário ao critério dos diretores, devendo os programas ser submetidos à aprovação da Delegacia, nos termos do ato de 11 de setembro de 1939, do sr. secretário da Educação. (A *TRIBUNA*, 8 nov. 1942, p. 4)

A municipalidade santista festejaria oficialmente a data em um concerto sinfônico no então recém-inaugurado Cine Atlântico, no bairro do Gonzaga. “Nos estabelecimentos de ensino, não só municipais como particulares, a data foi comemorada com hinos cívicos e orações alusivas à efeméride, hoje tão grata aos corações de todos os brasileiros” (A *TRIBUNA*, 11 nov. 1942, contracapa). A Associação Instrutiva José Bonifácio comemorou o 5.º

aniversário do Estado Novo em uma solenidade²⁰, que teve como convidados especiais oficiais do 4.º Batalhão de Caçadores, então sediado na cidade: “À oficialidade e autoridades presentes, será oferecida lauta mesa de doces e salgados, com o *cocktail* ofertado, gentilmente, pela Cia. Antártica. Outrossim, à oficialidade do 4.º B. C. será ofertada uma lembrança, confeccionada pelas alunas da Escola Normal” (*A TRIBUNA*, 8 nov. 1942, p. 3).

No país em guerra, o elemento militar estaria cada vez mais presente no ambiente escolar e influenciaria a forma como as efemérides cívicas eram comemoradas. Segundo Horta (1994), desde o início da República, era comum no país a crença em uma função educativa das Forças Armadas, defendida por figuras notórias como Benjamin Constant e Olavo Bilac. Francisco Campos, que ajudou a redigir a Carta Outorgada de 1937 e ocupou as pastas da Educação e Saúde e da Justiça, compartilhava essa crença e fez referências constantes às Forças Armadas em seu projeto para a Organização Nacional da Juventude²¹. Entre as obrigações do “soldado juvenil”, por ele imaginado, constava “respeitar a lei e seus representantes de qualquer natureza, evitando criticar futilmente os atos do governo e das autoridades e censurando os que o fizerem em sua presença [...]” (*apud* HORTA, p. 213). Os ideais militares de ordem e disciplina por ele defendidos também serviam, portanto, à ampliação do controle social exercido pelo regime autoritário. “A ideologia do Estado Novo enfatizava ideais militares, povo em marcha, disciplina, bravura e lealdade, destreza e resistência muscular, desbravamento e coragem, organização e vigilância, sacrifício e união” (CYTRYNIWICZ, 2000, p. 19).

A militarização do ambiente escolar, no entanto, dividia educadores, como demonstra um artigo de M. de Oliveira Freitas, intitulado *A Educação e a Guerra*, no qual o autor critica educadores que se opunham à utilização do conflito mundial como instrumento pedagógico nas salas de aula:

Alguns professores há que sofrem de idiossincrasia do cheiro de pólvora e do ressaibo de sangue, e evitam o assunto. Vai daí, os seus alunos [...] dão vasa ao instinto recalcado, deliciando-se com a leitura das façanhas do *Homem Torpedo*, do *Submarino Suicida*, do *Avião Estratosférico* e do *Raio Mortífero*. Entretanto, quanta excelente lição

²⁰ O programa completo da solenidade, publicado em *A Tribuna*, constitui o Anexo 7.

²¹ O projeto da Organização Nacional da Juventude é discutido no *Capítulo 3 – O culto à pátria*.

de História, de Ciências Físicas e Naturais e, sobretudo, de Geografia se não poderia dar com a leitura em classe de um comentário da imprensa ou telegrama sobre a guerra! (*A TRIBUNA*, 26 jul. 1942, p. 4)

Então, as datas militares do calendário cívico nacional eram: o 25 de agosto, nascimento do Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro, decretada Dia do Soldado; o 11 de junho, aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, decretado Dia da Marinha; e o 23 de outubro, data do voo histórico de Santos Dumont em seu 14 Bis, decretada Dia do Aviador e integrada às comemorações da Semana da Asa. As efemérides, que já eram comemoradas nas escolas antes da Era Vargas, ganharam relevância inédita após a entrada do Brasil no conflito mundial. Tornar-se-ia prática comum, em tais efemérides, a participação de escolares nas comemorações militares e de militares nas comemorações escolares.

Em 25 de agosto 1942, três dias após a entrada do Brasil na guerra, realizou-se uma sessão solene “em homenagem à memória do soldado-símbolo do Brasil” no auditório do Ginásio do Estado. Coube ao subcomandante do Forte de Itaipu²², Major Dr. Edgard de Paula Costa, discorrer, na presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas, sobre a personalidade do Duque de Caxias. Após as orações do militar e de alunos da instituição, o orfeão do ginásio executou “canções patrióticas” sob a direção da professora de música Nina Mazagão (*A TRIBUNA*, 26 ago. 1942, contracapa). A solenidade marcou o encerramento da “Semana de Caxias”, durante a qual estudantes desse ginásio proferiram “interessantes alocuções” ao microfone do Rádio Clube de Santos, prestando “seu culto de veneração para com o glorioso vulto do Exército brasileiro” (*A TRIBUNA*, 25 ago. 1942, contracapa). Sessões cívicas semelhantes foram realizadas em outras instituições de ensino “de acordo com as determinações da Delegacia Regional de Ensino”.

Durante a Semana da Asa do mesmo ano, o menino Pedro Paulo Neto, aluno da Escola União Operária, ofereceu uma canção patriótica de sua autoria

²² O Forte Duque de Caxias de Itaipu (1896), localizado em Praia Grande, guarda a barra de São Vicente, acesso ao Porto de Santos, e abriga desde 1960 o 6.º Grupamento de Artilharia de Costa Motorizado (6.º GACosM).

à Base Aérea de Santos, como homenagem “ao aviador brasileiro”. Ao aluno foi dada a oportunidade de apresentar sua “ode ao piloto do espaço” ao comandante da base, que lhe proporcionou “demorada visita às instalações do modelar estabelecimento” em companhia de sua professora, Clotilde Campos Cunha (*A TRIBUNA*, 18 out. 1942, p. 4). O texto publicado em *A Tribuna* sugere que a homenagem foi espontânea. É bem mais provável, todavia, que o trabalho tenha sido escolhido em um concurso de composições realizado entre os alunos da instituição, prática comum em todas as efemérides cívicas. De qualquer modo, o fato tornou-se peça de propaganda de guerra. O caráter uniforme e rotineiro que as festas cívicas assumiam nos últimos anos do regime refletia-se nos programas comemorativos e até mesmo no título das matérias jornalísticas que as descreviam ano após ano. Matérias como a acima citada destacavam-se e ofereciam um caráter pessoal e emocional ao culto cívico.



Figura 11 - Alunos do Instituto D.^a Escolástica Rosa exibem modelos construídos para concurso de aerodelismo promovido pelo OCIAA.
Fonte: *A Tribuna*, 25 out. 1944, p.5.

Em 1944, os alunos do Instituto D.^a Escolástica Rosa expuseram os modelos que executaram para um concurso de aerodelismo entre as escolas profissionais do Estado, promovido em colaboração com o Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos (*Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, ou OCIAA). Os modelos, em torno de 350, ficaram

expostos no prédio da instituição antes de serem levados a São Paulo para avaliação. Ao visitar o Instituto, observou o repórter de *A Tribuna* que os modelos de aviões aliados estavam dispostos em um “V”, de vitória, e em sentido de voo normal, enquanto os aparelhos “eixistas” estavam em posição de queda (*A TRIBUNA*, 25 ago. 1944, p. 5).

No mesmo ano, o OCIAA realizou outro certame entre os estudantes santistas. O concurso de ensaios literários sobre grandes vultos da América envolveu quatro colégios: Colégio Santista, Associação Instrutiva José Bonifácio, Liceu São Paulo e Liceu Feminino Santista. O concurso tinha como objetivo divulgar o pan-americanismo, chamando atenção para os “grandes nomes” da história e da literatura americana.

Viviam os americanos entregues à ilusão da Europa, com os olhos voltados para a Europa, num bovarismo inquietador, e esqueciam o estudo de suas necessidades mais prementes, das possibilidades da sua terra e das características do seu povo. Conheciam os bairros de Paris, mas ignoravam o nome da capital do Equador e dos produtos mais comuns da Bolívia. Esmiuçavam a vida de Napoleão, mas pouco sabiam da de Bolívar, gênio tão profundamente americano, que não lhe foi inferior e que, até em muitos pontos, faz ressaltar, sobre o imortal corso, a sua superioridade. (*A TRIBUNA*, 03 out. 1944, p. 4)

Os trabalhos foram julgados por pessoas escolhidas pela direção dos colégios e a entrega dos prêmios - “valiosos livros de assuntos pan-americanos” - realizou-se em 12 de outubro, data em que se comemora a Descoberta da América, no Consulado Americano de Santos.

A Política da Boa Vizinhança (*Good Neighbor Policy*) fora apresentada pelo Presidente Roosevelt durante a Conferência Pan-americana de Montevideu, em dezembro de 1933. A medida visava ao estreitamento das relações culturais entre os Estados Unidos e os países latino-americanos por meio de investimentos e venda de tecnologia para os países da região em troca de apoio à política externa norte-americana. Durante a Segunda Guerra Mundial, todavia, a iniciativa seria intensificada com o intuito de impedir o crescimento do comércio e da influência do Eixo na América Latina.

O sucesso da campanha nazista na Europa e o avanço do imperialismo japonês no continente asiático obrigaram o governo estadunidense a repensar sua política externa isolacionista e neutralista. A entrada dos Estados Unidos na guerra tornava-se imprescindível. Para derrotar os países do Eixo, porém, seria necessário buscar a cooperação continental por meio do estreitamento das relações com os países da América Latina. Reeleito em 1940, Roosevelt criou o OCIAA e incumbiu de sua direção o jovem empresário de 32 anos Nelson Aldrich Rockefeller. A principal missão do órgão era promover a estabilidade econômica e social na América Latina por meio do comércio com os Estados Unidos, do intercâmbio cultural e da divulgação do chamado *American way of life* (modo de vida americano).

Herdeiro de uma das maiores fortunas do mundo, Rockefeller não era estranho aos países latino-americanos. Sua família era dona de várias empresas estabelecidas no subcontinente, como a *Standard Oil Company* e o *Chase National Bank*. A fundação que leva o nome da família, fundada em 1913, também mantinha missões religiosas e filantrópicas na região. Como presidente do MoMA (*Museum of Modern Art*) e conselheiro do *Metropolitan Museum*, ambos localizados na cidade de Nova York, Rockefeller era também um notório promotor da arte latino-americana.

Rockefeller não acreditava na eficácia da política do *Big Stick*²³, adotada pelos Estados Unidos no começo do século, e propunha o fortalecimento das relações com a América Latina por meio da diplomacia e da cooperação econômica e cultural. A debilidade econômica e social da região representava, segundo ele, uma ameaça direta aos Estados Unidos. “A miséria resultante do atraso econômico dos países latino-americanos poderia propiciar revoluções lideradas por nacionalistas, socialistas ou simpatizantes do nazifascismo, movimentos que punham em cheque os interesses dos Estados Unidos” (TOTA, 2005, p. 47).

²³ Literalmente “grande porrete” em português, o termo foi cunhado pelo presidente Theodore Roosevelt em 1901 para descrever seu estilo de diplomacia, baseado na Doutrina Monroe e caracterizado pela intransigência na defesa dos interesses econômicos dos EUA na América Latina.

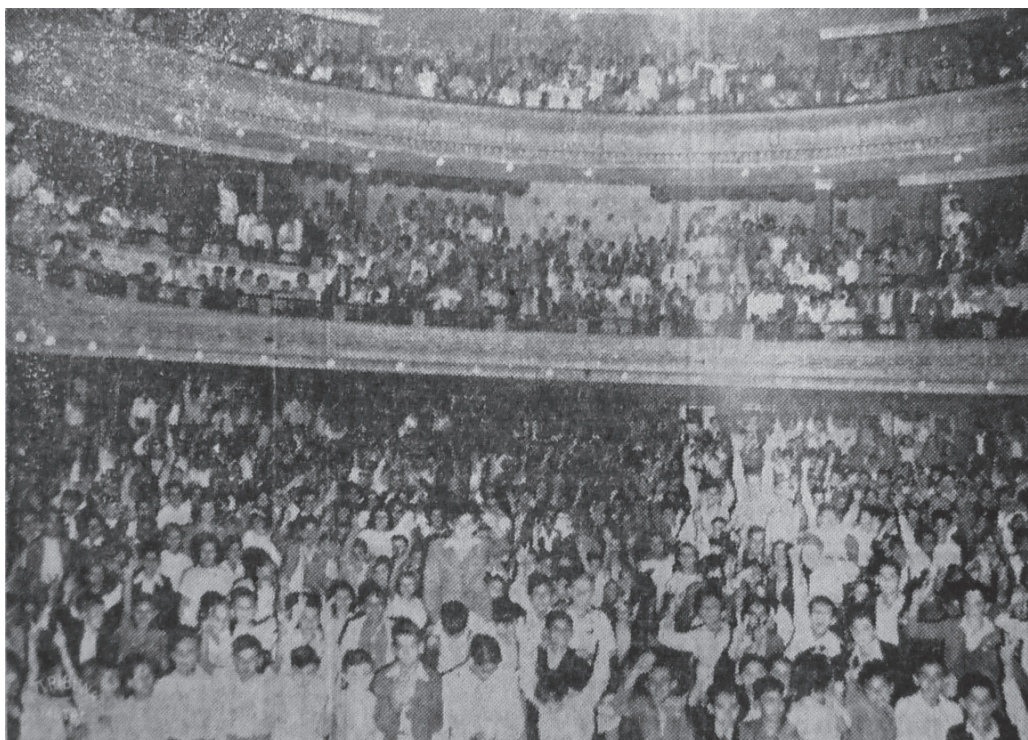


Figura 12 - Escolares santistas durante sessão de filmes educativos promovida pelo CCBEU no Teatro Coliseu.

Fonte: *A Tribuna*, 16 jul. 1943, p. 4.

Em setembro de 1942, o jornal *A Tribuna* publicou uma mensagem manuscrita em português do próprio Rockefeller, à época em visita a São Paulo, saudando os santistas: “Ao povo de Santos, que conhece pela sua história e pelo seu trabalho, o que significa a liberdade americana, a saudação efusiva de Nelson A. Rockefeller” (*A TRIBUNA*, 11 set. 1942, p. 2). Em julho do ano seguinte, foi fundado em Santos o Centro Cultural Brasil - Estados Unidos (CCBEU), sociedade de “fins exclusivamente civis” destinada a “promover, por todos os meios ao seu alcance, a aproximação das duas grandes nações irmãs” então empenhadas “numa luta pelos mesmos ideais” (*A TRIBUNA*, 15 jul. 1943, p. 2). A entidade promoveria regularmente a exibição de filmes educativos norte-americanos produzidos pelo OCIAA em diversos locais.

O cinema foi o principal recurso utilizado pelo Escritório do Coordenador dos Assuntos Interamericanos, cuja Divisão (*Motion Picture Division*) era comandada pelo magnata John Hay Whitney, empresário do ramo da mineração que já havia financiado vários filmes norte-americanos, entre os quais o clássico *E o Vento Levou...* (*Gone With the Wind*, EUA, 1939).

Mais do que o comício, mais do que o artigo, mais do que todos os meios de expressão, o cinema [...] chega diretamente ao espírito do povo com sua verdade “vista pelos olhos”. [...] O cinema é, pois, beligerante nesta guerra, beligerante com força de arma poderosa, a serviço do lado de onde é originário. (R. S. P., *A TRIBUNA*, 7 jan. 1943, p. 4)

O texto acima foi extraído de um artigo intitulado *O cinema, arma da democracia*, publicado em *A Tribuna*, em janeiro de 1943, defendendo a utilização do cinema como arma na guerra. A penetração mundial da produção cinematográfica dos Estados Unidos era grande demais para ser ignorada. Como outras indústrias norte-americanas, a cinematográfica passaria a servir aos interesses estratégicos da nação, segundo as diretrizes do OCIAA. O trabalho da Divisão de Cinema não se restringia, no entanto, a produções comerciais. Vários noticiosos e filmes institucionais foram produzidos para a exibição em escolas, clubes, associações, sindicatos, bases militares etc.

Em 1942, o dia 14 de abril, Dia do Pan-Americanismo, passou a ser comemorado em todas as escolas do município por determinação da Delegacia Regional de Ensino. Os programas apresentados pelas escolas naquele ano, porém, eram pouco elaborados. No G. E. Municipal Lourdes Ortiz, por exemplo, alunos de todos os anos fizeram um trabalho escrito sobre a efeméride e ouviram preleções pelas professoras. “O primeiro ano, convém acentuar, limitou-se a fazer cópia de quatro sentenças fundamentadas na irmandade que deve existir entre os povos americanos” (*A TRIBUNA*, 15 abr. 1942, p. 3).

Após a fundação do CCBEU, em 1943, as comemorações da efeméride tornaram-se mais elaboradas e receberam maior destaque nos meios de comunicação. Em 1944, sob a orientação do Delegado de Ensino Luiz Damasco Penna e do chefe do Departamento de Educação da Prefeitura Municipal, Prof. Sebastião Sílvia Julião, todas as escolas públicas primárias do município apresentaram o mesmo programa de poesias de “autores pan-americanos”:

1. Walt Whitman (norte-americano) – *Para você, democracia*
2. Gabriela Mistral (chilena) – *Terra do índio*
3. Afonso Schmidt (brasileiro) – *Simpatia*
4. Fernandez Moreno (argentino) – *O Corcundinha*

5. Paz Neri Nave (boliviana) – *Par ideal*
6. (canto dos índios quíchuas) – *Patinho abandonado*
7. Ana Maria Bribiesca de Sanchez – *O dia das Américas* – (dramatização)

Na mesma data, foram organizadas pelo CCBEU sessões cinematográficas no G. E. Barnabé, no Instituto D.^a Escolástica Rosa. Entre os filmes de curta-metragem exibidos, *Aspectos do Brasil*, *Por terras da América*, *A Academia de guarda-costas dos E. U.*, *Técnica de bola ao cesto*, *Espírito de luta* e *A visita do general Eurico Gaspar Dutra aos Estados Unidos*.

Nos anos de 1943 e 1944, o 4 de julho, data da Independência dos Estados Unidos da América, foi comemorado em todas as escolas estaduais do município por determinação do Departamento de Educação do Estado. Os programas organizados constituíam-se de preleções, recitativos, hinos, canções e execução de composições alusivas à data.

1.2.2 A população escolar e o esforço de guerra

A primeira campanha do esforço de guerra a mobilizar os santistas foi a Pirâmide de Metal Monte Serrate, em setembro de 1942. Lançada apenas duas semanas após a entrada do Brasil na guerra, a campanha foi uma iniciativa conjunta da Guarda Noturna de Santos, da Sociedade Rádio Atlântica e do jornal *A Tribuna*. O Governo Federal havia proibido manifestações públicas referentes à guerra, mas os ânimos da população ainda estavam exaltados devido aos torpedeamentos de navios brasileiros. A campanha de arrecadação de metal para a indústria de guerra do Brasil representou a primeira tentativa de colocar o repúdio popular aos ataques do Eixo a serviço do esforço de guerra.

A campanha pretendia angariar “todo material inservível para o uso doméstico, mas que, fundido, [concorreria] para oferecer armas ao Brasil”. O posto de arrecadação funcionaria durante dia e noite na Praça Mauá, no centro da cidade, em frente ao então recém-inaugurado Palácio José Bonifácio, sede da Prefeitura Municipal. Durante o dia, a pirâmide ficava sob a guarda de

“grilinhos”²⁴, à noite, a segurança do local estava a cargo da Guarda Noturna municipal.

Antes mesmo da inauguração oficial da pirâmide, donativos espontâneos da população já chegavam ao jornal *A Tribuna*. Um caso relatado na edição do dia 9 de setembro de 1942 era de grande apelo emocional e certamente encontrou ressonância entre a população. Três irmãos, filhos de Nilo Pinto da Silva, procuraram um redator do jornal em sua residência para oferecer sua contribuição. Laurinil, a irmã mais velha com 8 anos de idade, ofereceu um fogãozinho de brinquedo. Seus irmãos Nilauril, de 6 anos, e Nilo, de 3 anos, ofereceram respectivamente um avião e um caminhãozinho. As crianças se desfizeram de seus brinquedos de metal para que eles pudessem se transformar em “balas e canhões para a defesa do Brasil”, segundo a própria menina Laurinil.

Mesmo que tenha sido manipulado para tornar-se peça de propaganda de guerra, o caso relatado demonstra que a população engajara-se no esforço de guerra e que o tema adquiria um forte apelo emocional em uma época menos cínica como a década de 1940.

A Pirâmide de Metal Monte Serrate foi oficialmente inaugurada na tarde do dia 10 de setembro de 1942, em um ato solene irradiado “em todos os seus detalhes” pela Sociedade Rádio Atlântica. A pilha logo cresceu com contribuições diversas de todas as classes sociais e foi assim descrita por *A Tribuna*: “Ao lado de vistosos objetos de arte, apareciam [...] inúmeros objetos de cozinha, chumbo, brinquedos de crianças, capacetes de aço, um mundo, enfim, de objetos” (*A TRIBUNA*, 11 set. 1942, capa). Uma delegação de estudantes da Escola Normal José Bonifácio compareceu à solenidade para depositar sua contribuição.

A campanha logo se espalhou pela cidade com novas pirâmides nos bairros do Gonzaga e do Boqueirão. Os escoteiros das tribos Anália Franco, Caio Martins e as Bandeirantes Santistas se dispuseram a percorrer diversos bairros da cidade, angariando metal para as pirâmides.

²⁴ Guardas de trânsito assim apelidados em função do som do apito que utilizavam.



Figura 13 - Escolares junto a uma das pirâmides de metais formadas na cidade (1942).
Fonte: Acervo Iconográfico da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

No dia 12 de setembro, o Ginásio do Estado, futuro Colégio Canadá, inaugurou a Pirâmide Duque de Caxias - uma iniciativa do Professor de História do Brasil, Dr. Avelino Vieira - que arrecadaria quase uma tonelada e meia de metal nas primeiras três semanas de campanha. Diversos clubes, escolas e agremiações esportivas, tomados pelo sentimento patriótico, doaram troféus e medalhas à campanha. No dia 25, foi a vez do Instituto D.^a Escolástica Rosa inaugurar um posto coletor de metais, batizado de Pirâmide da Ponta da Praia. A escola disponibilizou também uma linha telefônica para os moradores do bairro que desejassem ter os materiais recolhidos em sua residência por alunos da instituição.

O sucesso das campanhas foi tão grande, que a Comissão de Metalurgia do Governo Federal dirigiu um apelo, no dia 2 de novembro, às empresas de transporte oficiais e particulares de todo o país para que o metal arrecadado pudesse ser transportado às fábricas e arsenais do Exército e da Armada. Com a proximidade das festas de fim de ano, as pirâmides de metais começaram a desaparecer da cidade.

Em junho do ano seguinte, no entanto, as escolas de Santos foram convocadas a participar de outra campanha nacional que pretendia mobilizar

estudantes de todo o país. A Campanha da Borracha Usada foi parte de um grande esforço internacional, visando suprir a demanda da matéria-prima estratégica para a indústria bélica aliada. Segundo o discurso oficial, no entanto, a campanha teria, além de sua óbvia finalidade econômica, um caráter educativo.

Vargas assinara em Washington, alguns meses antes, uma série de acordos nos quais o Brasil se comprometia a fornecer matérias-primas consideradas estratégicas aos Estados Unidos; entre elas, a borracha. A guerra no Pacífico havia privado os Estados Unidos de suas fontes de suprimento na Ásia, obrigando o país a recorrer a fontes alternativas para a obtenção da matéria-prima estratégica. A chamada “Batalha da Borracha”, iniciada no mesmo ano na região amazônica, buscava suprir a demanda norte-americana pelo material e teria consequências devastadoras²⁵.

Em junho, o governo brasileiro instituiu o Mês Nacional da Borracha e lançou uma campanha de arrecadação de artefatos usados do material entre a população. No início de julho, a Delegacia Regional de Ensino, associada ao núcleo municipal da Legião Brasileira de Assistência²⁶, convocou os diretores de todas as escolas do município para o lançamento da campanha da coleta de borracha usada em Santos. A iniciativa pretendia mobilizar, por meio da ação do Departamento de Educação estadual, cento e cinquenta mil alunos do ensino público do Estado, além dos alunos das escolas municipais e particulares (*A TRIBUNA*, 7 jul. 1943, p. 3).

No encontro realizado no edifício do Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos, D.^a Ambrosina Sales Ribeiro dos Santos, primeira-dama do município e presidente da Legião Brasileira de Assistência local, deu as primeiras instruções a diretores e professores das instituições de ensino participantes (vide Quadro 2). O discurso proferido por D.^a Ambrosina na reunião revela as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal:

²⁵ Calcula-se que entre 15 e 20 mil “soldados da borracha” tenham morrido nos seringais da Amazônia devido a condições de vida precárias, um regime trabalhista de semiescravidão e doenças tropicais, como a malária (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 219).

²⁶ Fundada em 1942 com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados da FEB. Após a guerra, tornou-se um órgão de assistência à população carente em geral, extinto somente em 1995.

O Brasil está em guerra! E a guerra em que nossa Pátria é parte ativa, tem para nós o caráter de uma guerra de produção e de acumulação de reservas. [...] Aumentar a produção é a palavra de ordem que nessa hora se impõe a todos os brasileiros. (A *TRIBUNA*, 6 jul. 1943, p. 6)

Naquele momento, a participação da Força Expedicionária Brasileira nos combates ainda era incerta e a batalha principal a ser travada pelo país era a da produção. Nossos soldados ainda não estavam nos campos de batalha, mas nossos produtos sim, a serem obtidos por meio do esforço coletivo de todos os setores da sociedade civil, segundo o discurso oficial.

Assim, soldados da retaguarda somos, podemos dizer com justo orgulho: À retaguarda do nosso Exército um outro forma-se, indispensável à vitória... [...] Nessa guerra, pois, todos combatem. Os que estão nas trincheiras e os que estão na retaguarda. [...] Serão brasileiros os pneus da vitória! (A *TRIBUNA*, 6 jul. 1943, p. 6)

A mobilização escolar teve um papel central na campanha. Toda escola deveria constituir um “centro de irradiação” da propaganda e da coleta de borracha usada. Em quadro afixado em cada escola deveriam ser registradas diariamente as quantidades coletadas com o intuito de criar uma “amigável rivalidade” entre os alunos, as classes e até mesmo entre as escolas.



Figura 14 - Estudantes santistas exibem bandeiras da Campanha da Borracha (1943).
Fonte: Acervo Iconográfico da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

O período de 2 a 10 de julho de 1943 foi destinado a uma propaganda intensa e sistemática sobre os aspectos educativos e as finalidades patrióticas da campanha. O início da coleta foi marcado para o dia 13, cada escola deveria formar um ou mais “pelotões” com aproximadamente 50 alunos. Cada uma dessas unidades de “voluntários da borracha” teria um comandante, três sargentos e uma bandeira azul. A cada 100 kg arrecadados, o “pelotão” receberia da LBA uma estrela branca para pregar em sua bandeira²⁷. Cada graduado receberia também uma braçadeira branca com a letra “V” de vitória. Os alunos deveriam trazer à escola todo o material arrecadado na véspera, que ficaria sob o controle e a guarda do diretor da instituição.

Quadro 2

ESCOLAS PARTICIPANTES DA CAMPANHA DA BORRACHA EM SANTOS		
Estaduais	Municipais	Particulares
Ginásio do Estado	G. E. Auxiliadora da Instrução	A. I. José Bonifácio
G. E. 13 de Maio	G. E. Cidade de Santos	Ateneu Independência
G. E. Azevedo Júnior	G. E. D. ^a Lourdes Ortiz	Ateneu Progresso Brasileiro
G. E. Barnabé	G. E. Martins Fontes	Colégio Coração de Maria
G. E. Bartolomeu de Gusmão	G. E. Olavo Bilac	Colégio Santista
G. E. Braz Cubas		Colégio São José
G. E. Dr. Cesário Bastos		Educandário Maria Imaculada
G. E. do Cubatão		Escola 1.º de Janeiro
G. E. Dino Bueno		Escola Bernardino de Campos
G. E. da Pompéia		E. da Liga das Sr. ^{as} Católicas
G. E. V. de São Leopoldo		Escola Mista da Vila Anchieta
Inst. D. ^a Escolástica Rosa		Escola União Operária
		Externato Antoninho Marmo
		Externato Santa Cecília
		Externato Santa Rita
		Externato São José
		G. E. Docas de Santos
		G. E. Fraternidade
		G. E. Barão do Rio Branco
		Ginásio Luso Brasileiro
		Ginásio Stela Maris
		Ginásio Tarquínio Silva
		Instituto Anglo-Americano
		Instituto Educacional
		Liceu Brasil
		Liceu Coelho Neto
		Liceu Feminino Santista
		Liceu São Paulo

Fonte: *A Tribuna*, 13 jul. 1943, p. 4.

Nota: Elaborado pelo autor.

²⁷ As imagens da campanha sugerem que o esquema de cores foi invertido, com estrelas azuis pregadas sobre bandeiras brancas.

Após o período da coleta, o material deveria ser enviado à sede do distrito educacional acompanhado de um ofício, acondicionada em sacos ou amarrada, com rótulos informando o nome da escola e da classe para facilitar sua pesagem e transporte. Ao final da campanha, os “pelotões” vencedores receberiam os seguintes prêmios: 1.º - Audiência com o Interventor Federal Fernando Costa, na cidade de São Paulo, e visita ao Forte Duque de Caxias de Itaipu; 2.º - Medalha e passeio de “Geep”²⁸; 3.º - Visita a um navio de guerra da Armada Brasileira; 4.º - Visita à Base de Aviação Naval de Bocaina, no distrito do Guarujá; 5.º - Entradas de cinema grátis e prêmios de consolação.

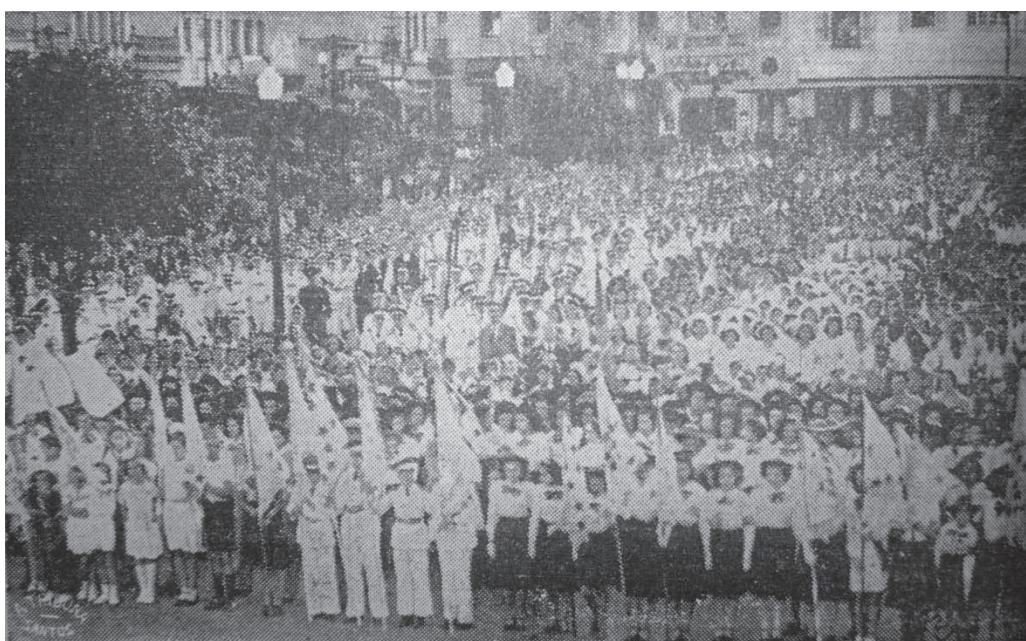


Figura 15 - Alunos das instituições de ensino de Santos reunidos na Praça Mauá para cerimônia de encerramento da Campanha da Borracha Usada.

Fonte: *A Tribuna*, 8 ago. 1943, contracapa.

No dia 18 de julho, a campanha encerrou-se em todo o país. A solenidade oficial de encerramento em Santos, no entanto, só se realizou no dia 7 de agosto, após alguns adiamentos em virtude do mau tempo. A diretoria da LBA solicitou às escolas que comparecessem com o maior número possível de professores e alunos e com as bandeiras fornecidas. A presença dos alunos graduados do “Exército da Borracha”, com suas respectivas braçadeiras, era “imprescindível”. Aos professores que comparecessem, seria dado ponto

²⁸ Veículo utilitário leve utilizado na Segunda Guerra, também conhecido pela sigla GP (*general purposes*), que inspirou diversos outros veículos conhecidos até hoje como “jipes”. A Chrysler Corporation registrou a marca Jeep somente após a Segunda Guerra Mundial.

facultativo. Como em todos os eventos cívicos promovidos pelo Estado Novo, buscava-se uma impressão de grandiosidade.

A cerimônia realizou-se em uma tarde de sábado na Praça Mauá com a presença de cinco mil alunos, segundo estimativa oficial, representando quase a totalidade dos estabelecimentos de ensino da região. A cerimônia teve início com o hasteamento da bandeira brasileira pelo Prefeito Antônio Gomide Ribeiro dos Santos ao som do Hino Nacional, cantado pela massa escolar com acompanhamento da banda do Corpo de Bombeiros. Em seguida, D.^a Ambrosina proferiu um discurso de encerramento em tom patriótico:

A tarefa iniciou-se a uma ordem - verdadeiro e vibrante toque de clarim – do governo da República e foi executada com entusiasmo, disciplina e magnífica eficiência. [...] Nas imensas terras do Brasil, onde nossos soberbos antepassados bandeirantes revolviam o solo arrancando-lhe ouro e pedrarias, cabe-nos agora a tarefa mais suave, mas nem por isso de menos valia; de esquadrihar todos os recantos em busca de partículas de borracha. (A *TRIBUNA*, 8 ago. 1943, contracapa)

Além de evocar os bandeirantes paulistas, D.^a Ambrosina citou também André Vidal de Negreiros, Duque de Caxias, General Ozório, os almirantes Barroso e Tamandaré, e “outros mil heróis do mais alto quilate e valor”. Os grandes heróis militares do passado deveriam inspirar a juventude brasileira na guerra da produção. O “toque de clarim” do Estado Novo a convocara a servir à Pátria, missão que deveria desempenhar com as mais nobres virtudes militares: entusiasmo, disciplina e eficiência.

O triunfo nos combates parciais conduz à vitória nas batalhas decisivas. [...] Esse êxito não seria possível sem o ardoroso trabalho da juventude brasileira, guiado por seus mestres. Em cada diretor e professor de nossas escolas houve um excelente capitão; e em cada peito de adolescente ou de criança palpitou o coração de um autêntico soldado do Brasil. (A *TRIBUNA*, 8 ago. 1943, contracapa)

Após o discurso da primeira-dama, Prof. Pedro Crescenti, diretor do Instituto Escolástica Rosa, anunciou o resultado total da arrecadação em Santos e os dez colégios melhores colocados no *ranking* da campanha (*vide* Quadro 3). A cidade arrecadou o total de 57.768 kg de borracha, mais de 8,2% do total de 700.000 kg arrecadado no Estado de São Paulo (A *TRIBUNA*, 18

jul. 1943, p. 3), e 2,9% dos 2.000.000 kg arrecadados em todo o país (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 224).

O Colégio Santista, de orientação religiosa marista, obteve a 1.^a colocação entre as escolas da cidade, arrecadando um total de 6.796 kg. O Grupo Escolar do Cubatão recebeu uma menção especial por ter obtido quase 2,5 toneladas, mesmo contando com apenas 312 alunos. O Externato São José também foi destacado na cerimônia, pois, com apenas 27 alunos, contribuiu com 449,4 kg, equivalente à média de 16,6 kg por aluno. Um distintivo da Legião Brasileira de Assistência foi entregue a um aluno do Colégio Santista²⁹ que criou um cartaz escolhido como o melhor sobre o evento.

Quadro 3

COLOCAÇÃO DAS ESCOLAS NA CAMPANHA DA BORRACHA		
	Instituição	Total arrecadado (kg)
1.º	Colégio Santista	6.796,0
2.º	Colégio São José	6.034,6
3.º	G. E. Cidade de Santos	3.729,6
4.º	Inst. D. ^a Escolástica Rosa	3.674,6
5.º	G. E. Dr. Cesário Bastos	2.793,5
6.º	Colégio Sagrado Coração de Maria	2.665,2
7.º	G. E. do Cubatão	2.439,2
8.º	G. E. Docas de Santos	2.376,2
9.º	G. E. Olavo Bilac	2.355,4
10.º	G. E. Visconde de São Leopoldo	2.024,4

Fonte: *A Tribuna*, 8 ago. 1943, contracapa.

Nota: Elaborado pelo autor.

A campanha, confiada “às crianças de todo o Brasil”, foi descrita por seus organizadores como “uma demonstração do entusiasmo patriótico e do ardor cívico de que é dotada nossa população escolar” (*A TRIBUNA*, 3 ago. 1943, p. 3). A solenidade encerrou-se com mais uma “demonstração de civismo” da juventude santista: um grande desfile escolar que, segundo *A Tribuna*, transcorreu em “perfeita ordem”.

²⁹ O futuro arquiteto santista Carlos Ozores Troncoso.

O esforço brasileiro na Batalha da Borracha, no entanto, nunca chegou a suprir a demanda pelo produto. Entre 1943 e 1947, o Brasil exportou 87.253 toneladas de borracha, número insignificante comparado às 332.700 toneladas consumidas pela indústria norte-americana somente no ano de 1943. O resultado obtido ficou também muito abaixo da produção na região amazônica durante as primeiras décadas do século XX, apogeu do Ciclo da Borracha (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 224). A busca pela “borracha da vitória” servira mais à propagação entre a juventude dos ideais de ordem e civismo do Estado Novo do que à causa militar aliada.

Capítulo 2

O culto à bandeira

2.1 A bandeira e seu simbolismo

A bandeira brasileira foi adotada pelo Governo Provisório da República por meio do Decreto N.º 4, de 19 de Novembro de 1889, em substituição à bandeira imperial, e, apesar de uma polêmica inicial em torno de seu notório caráter positivista³⁰, logo foi aceita como principal símbolo nacional. O Dia da Bandeira foi comemorado pela primeira vez em 1908, na Capital Federal. À época, a comissão promotora do evento, formada por grandes nomes da elite política e intelectual brasileira, assim justificou a celebração:

[...] os sentimentos humanos, ainda os mais nobres, precisam do culto para o seu desenvolvimento. Ama-se mais aquele que mais se cultiva e, para amar verdadeiramente bem, por mais dedicado que seja o coração amante e por mais digno que seja o objeto amado, é necessário nunca perder de vista as práticas do culto. (*apud* GOMES, 1941, p. 12)

Até aquela data, estudos publicados³¹ sobre o Pavilhão Nacional mostravam-se mais preocupados com a precisão astronômica da constelação nele disposta do que com o culto devido ao símbolo pátrio pelas novas gerações. Nos manuais de instrução moral e cívica do início do século XX, o culto à bandeira é tratado sucintamente. *Princípios de educação moral e cívica* de Henrique Coelho, adotado nas escolas públicas do Estado de São Paulo pela Secretaria do Interior em 1909, resume o assunto com uma afirmação direta e sucinta: “O símbolo da pátria é a bandeira nacional, que devemos respeitar e honrar” (1912, p. 41).

³⁰ A polêmica que envolveu a adoção de elementos positivistas, como o lema “ordem e progresso”, na bandeira nacional é objeto de análise em Carvalho (2012).

³¹ Tomando como referência os estudos de Prado (1903) e Feliciano (1907), ambos intitulados *A Bandeira Nacional*.

Nas décadas seguintes, no entanto, o culto à bandeira passa a ocupar um espaço cada vez maior nos manuais de instrução moral e cívica e a ganhar relevância:

Como todas as nações civilizadas, o Brasil tem os seus símbolos, as suas datas e os seus vultos nacionais. Os símbolos representam a Pátria. Tais são a bandeira, o hino e as armas nacionais. Onde quer que vejamos tremular a bandeira, onde quer que ouçamos o Hino Nacional, sentimo-nos cheios de alegria, de entusiasmo, de admiração. (CASTRO, 1925, p. 63)

Segundo as representações de civismo encontradas em outras obras, todavia, o culto ao símbolo supremo da pátria exigiria muito mais que o “respeito” e a “admiração” dos cidadãos brasileiros. O processo de sacralização dos símbolos pátrios, que marcaria as décadas 1920 e 1930 e teria seu apogeu nos primeiros anos do Estado Novo, é evidenciado na obra de Coelho Netto, para quem a bandeira é simultaneamente um pano e uma nação, “como a cruz é um madeiro e toda uma Fé” (1921, p. 22). Em seu *Breviário cívico*, publicado e distribuído gratuitamente pela Liga de Defesa Nacional³², o autor demanda um fervor religioso ao culto à bandeira nacional e não poupa analogias entre o culto cívico e a fé católica³³:

Não há religião sem Deus nem pátria sem bandeira. Prestar culto à bandeira é venerar o espaço e o tempo nos limites geográficos de uma nação e neles a raça e tudo que ela representa e abrange. Venera-se na bandeira o espaço pelo amor à terra maternal. Venera-se nela o tempo pelo culto ao passado, de onde ela vem; no amor do presente, a que ela assiste e na ânsia pelo futuro para a qual ela acena desfraldada no mastro. (COELHO NETTO, 1921, p. 21)

Vários intelectuais e políticos da época partilhavam o ideário cívico de Coelho Netto. Em *Pátria e Amor (livro para a infância e adolescência)*, oficialmente aprovado e adotado nos estados de São Paulo, Amazonas, Paraná e Espírito Santo, Miguel Milano relata a história de Antonio Chagas, aluno do colégio salesiano de Santa Rosa, em Niterói, condecorado por um “ato de bravura” pelo Presidente Wenceslau Braz, durante solenidade em comemoração ao Dia da Bandeira de 1915, na Capital Federal. Na presença de

³² Associação civil fundada no Rio de Janeiro, em 1916 em apoio à participação brasileira na Grande Guerra, que se tornaria um dos bastiões do ideário nacionalista no país.

³³ Um quadro com os dez mandamentos cívicos apresentados no *Breviário* de Coelho Netto constitui o Apêndice 1.

Ministros de Estado e dignitários estrangeiros, o escolar recebeu do Presidente da República uma medalha especialmente confeccionada para “galardoar” sua conduta cívica exemplar, ao salvar a bandeira nacional durante o naufrágio da barca Selima (*DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO*, 20 nov. 1915, p. 10).

Milano reproduz, em seu livro, o discurso pronunciado na ocasião por Raphael Pinheiro, ex-deputado federal e diretor da Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro, no qual o orador se refere à comemoração do Dia da Bandeira como a “[...] hora litúrgica da Pátria, pois que assim como na exiguidade branca da hóstia dos crentes habita, em mistério, o infinito de Deus, tal nesse retângulo auriverde toda se encerra a imensidade da Pátria” (1935, p. 233). Pinheiro descreve, então, o trágico evento que pôs à prova o sentimento patriótico do menino Antonio:

Recordai-vos, foi no cinzeiro de uma tarde, sobre as tábuas frágeis de uma embarcação vagando: um brado de terror, um coral de agonias de súbito enche os céus; o medo, a morte, campeiam avassaladores... Crianças agonizam, morrem crianças, e neste quadro de horror tão pequeno como os que sucumbem, tão jovem como os que se amedrontam, um vulto épico se levanta: é Antonio Chagas, a criança heroica. Por isso, mais do que nunca, o dia de hoje é vosso. A pátria que tem uma infância capaz de gerar heróis na idade dos brincos, na quadra das irresponsabilidades, é uma pátria que gloriosamente varou o futuro, arrombou as portas da imortalidade, e ficou para todo o sempre como um marco miliário das raças que não morrem. (PINHEIRO *apud* MILANO, 1935, p. 235).

Mais revelador do que o discurso pronunciado por Pinheiro, porém, é sua reprodução, junto ao relato dos acontecimentos de 1915, em um livro destinado à formação cívica de crianças e adolescentes publicado duas décadas mais tarde. O relato apresentado é impreciso em relação às perdas humanas na tragédia em questão, mas vidas humanas pouco significam, segundo tais representações de civismo, quando está em jogo a honra da pátria, tornada objeto na forma da bandeira nacional. Aos meninos e meninas da Era Vargas, caberia seguir o exemplo de Antonio Chagas, “a criança heroica”, e venerar a bandeira a custo de quaisquer sacrifícios pessoais.

Segundo Circe Bittencourt (1990), desde fins do século XIX a escola buscava formas de transmitir o vago conceito de “patriotismo” aos escolares. A forma encontrada e incorporada nas primeiras décadas da República foi a

adoção de rituais ligados aos principais símbolos da Pátria: o Pavilhão Nacional, o Hino Nacional e o Escudo de Armas (p. 168).

A missão da escola relativa ao ensino das tradições inventadas³⁴, preferencialmente a coesão nacional em torno de um passado único, construtor da nação, justificava a preocupação na organização das atividades cívicas criadas para reforçar essa memória. As tradições nacionais não poderiam, dentro deste contexto, ser tratadas apenas pelos livros didáticos acompanhados das preleções dos professores em sala de aula. As festas e comemorações, discursos e juramentos tornaram-se partes integrantes e inerentes da educação escolar. (BITTENCOURT, 1990, p. 167)

As celebrações das efemérides nacionais nas escolas seriam, portanto, uma peça-chave do projeto político do Estado Novo. Somadas aos rituais cívicos do cotidiano escolar, como o hasteamento da bandeira e a execução de hinos, e às aulas de canto orfeônico e educação física, que preparavam os escolares para as festas cívicas, elas seriam capazes de desenvolver na juventude o fervor patriótico necessário ao controle social e à continuidade do regime.

O culto à bandeira ganhou força nas décadas que antecederam o Estado Novo – o cinquentenário do Pavilhão Nacional, assim como o da República, seria comemorado em 1939 – e ocupou um papel central no projeto de formação cívica do novo regime, assumindo um nítido simbolismo. Vargas enfrentara, com sucesso, a Revolução Constitucionalista paulista em 1932 e a Intentona Comunista em 1935, e saíra fortalecido em ambas as ocasiões. A bandeira, símbolo pátrio supremo, passou a ser utilizada como símbolo da coesão interna da República Federativa em oposição aos ideais regionalistas; seu auriverde contrapondo-se ao avanço do “rubro nefando”³⁵ do comunismo.

No dia 27 de novembro de 1937, realizou-se na Praia do Russell, Rio de Janeiro, palco da Intentona Comunista dois anos antes, uma cerimônia programada para a comemoração do dia 19, mas adiada em função do mau tempo. O evento de grandes proporções contou com uma missa campal celebrada pelo Cardeal Dom Sebastião Leme em um altar católico, armado em

³⁴ A autora utiliza o conceito desenvolvido por Hobsbawm e Ranger em *A Invenção das Tradições* (2012).

³⁵ Termo utilizado em Mafra (1944) em referência à suposta “ameaça” comunista.

conjunto com um “altar da pátria”, dominado por uma bandeira brasileira de vários metros de altura. Em um ato simbólico, foram cremadas os pavilhões dos estados do Brasil, abolidos pela nova constituição, na presença do Presidente Vargas, dos Ministros de Estado e de escolares da Capital Federal. Em seu lugar foram hasteadas 22 bandeiras nacionais. Francisco Campos, Ministro da Justiça e orador oficial da solenidade, proferiu então uma oração à bandeira, na qual afirmou:

Os brasileiros reuniram-se em torno do Brasil e decretaram, desta vez com a determinação de não consentir que a discórdia volte novamente a dividi-lo, que o Brasil é uma só Pátria e que não há lugar para outro pensamento que não seja o pensamento do Brasil, nem espaço e devoção para outra bandeira que não seja esta, hoje hasteada por entre as bênçãos da Igreja, a continência das espadas, a veneração do povo e os cantos da juventude. (FOLHA DA MANHÃ, 28 nov. 1937, p. 3)

No novo regime, que abolira os partidos políticos e ampliara o controle sobre os meios de comunicação, só haveria lugar para “o pensamento do Brasil”. Mas qual seria esse “pensamento do Brasil” mencionado por Campos? Quiçá o ideário nacionalista autoritário do grupo que passara a comandar o país após a revolução de 1930.

A cerimônia da queima das bandeiras estaduais é descrita em *Episódios da História do Brasil em versos e legendas para crianças (ilustrado)*, de autoria de Antonio Carlos de Oliveira Mafra³⁶, como “uma das mais belas lições do renascimento e da unidade do Brasil”. Segundo o texto, esta foi uma demonstração necessária da unidade nacional ameaçada pelos ideais de regionalismo que as bandeiras estaduais representavam (1944, p. 116).

*Num tocante simbolismo,
Dos “pavilhões de civismo”
Faz a sagrada fogueira;*

*Mostra, em espirais de fumo,
Majestosa em seu resumo,
Nossa única bandeira.*

³⁶ A capa e extratos selecionados do livro constituem os Anexos 8, 9, e 10.

Os jovens passaram a ser utilizados como recurso político do regime, assumindo um papel fundamental na criação dos aglutinantes ideológicos que deveriam promover a união do povo brasileiro em torno do novo projeto de nação. A disciplina e o patriotismo dos escolares, expressos nas comemorações das efemérides cívicas nacionais, constituíam um modelo a ser seguido por outros setores da sociedade. Para Parada (2009), a criação dessa nova temporalidade cívica tinha como objetivo demarcar o fim da instabilidade política e o início de uma nova ordem social no país.

A elaboração de um novo calendário e, portanto, um novo conjunto de cerimônias, respondeu à necessidade de criar e veicular símbolos capazes de redefinir o sistema de identidades da sociedade brasileira, diluindo outras matrizes identitárias – integralistas, federalistas, comunistas e identidades ligadas às tradições políticas locais – e construindo uma experiência e uma ideia de unidade que pudessem fazer frente a ações políticas opostas ao governo Vargas. (PARADA, 2009, p. 23)

O estudo de Parada encontra respaldo nas afirmações de José Murilo de Carvalho (2012) em sua análise da construção do imaginário republicano brasileiro, na qual o autor ressalta a importância da manipulação do imaginário social³⁷ em momentos de mudança política e social, quando são redefinidas as identidades coletivas.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (CARVALHO, 2012, p. 10)

O Departamento de Imprensa e Propaganda exerceu um papel essencial nesse esforço de ressignificação da nacionalidade. Assim como os órgãos similares que o antecederam, o DIP empenhou-se na difusão de imagens e símbolos pátrios sacralizados, visando formar a consciência do “pequeno cidadão” brasileiro (CAPELATO, 2003, p. 123).

³⁷ Apropriando-se de conceito desenvolvido por Baczko (1985), para quem o imaginário é constituído por um sistema complexo de símbolos que traduzem os valores conscientes e inconscientes de uma sociedade, formado em um emaranhado de representações que lutam para se impor como hegemônicas (p. 307).



Figura 16 - “A nação disciplinada e tenaz há de realizar os seus altos objetivos de progresso, sob a proteção do pavilhão auriverde, símbolo da unidade e da grandeza do Brasil”.

Fonte: Álbum *A juventude e o Estado Novo*, DIP, s/d.

Diversas obras destinadas à formação cívica da juventude foram editadas pelo DIP. Uma das mais emblemáticas foi a cartilha ilustrada *A juventude e o Estado Novo* (s/d), contendo trechos de discursos pronunciados pelo Presidente Vargas sobre diferentes temas relacionados à cultura cívica, entre eles, o culto à bandeira: “Contemplai-a, agora, com maior e justificado orgulho. Ela tremula só, única e dominadora, sobre todo o nosso vasto território. Símbolo do Brasil de hoje e de amanhã, bela e forte, afirma a unidade moral e material do nosso povo, numa síntese perfeita da sua existência e dos seus ideais de engrandecimento” (DIP, s/d). O trecho foi extraído de um discurso pronunciado por Vargas na sede do 1.º Batalhão de Caçadores, em Petrópolis, em 18 de dezembro de 1937.

Somando-se às obras publicadas pelo próprio DIP, foram lançadas por editoras privadas diversos livros de autores ideologicamente “alinhados” ao regime. Francisco Gomes, um “velho educador paulista” e “condutor de corações juvenis”, publicou as compilações *O Dia da Pátria* e *O Dia da*

Bandeira especificamente com o intuito de auxiliar a organização das festas cívico-escolares nas duas efemérides nacionais:

Numa época como esta em que as Forças do Mal se congregam para destruir os sentimentos mais alevantados como o dos Povos como o Brasileiro, que ainda está em caldeamento e formação, – constitui autêntico patriotismo despertar entre aqueles que tiveram a ventura de nascer sob o signo do Cruzeiro do Sul, o amor, o respeito e a veneração por esse pedaço de pano auriverde, que ainda é a nossa esperança e é o nosso orgulho! Insuflar na alma da Criança de Hoje, que será o Homem de Amanhã, esses sentimentos nobres pela bandeira, – pela Bandeira Auriverde [...] constitui obra digna e merecedora de aplauso e de amparo. (GOMES, 1942, contracapa)

O texto acima, extraído de *O Dia da Pátria*³⁸, explicita as intenções do autor de “inocular” a juventude, em processo de formação, assim como o “jovem” povo brasileiro, contra os perigos das “Forças do Mal” – uma clara referência ao comunismo – por meio do fervor patriótico. A bandeira auriverde, símbolo pátrio supremo, seria a principal arma na luta contra os ideais considerados “nocivos” pelo regime e por seus apoiadores.

*O Dia da Bandeira*³⁹ é composto por 73 textos celebrando o Pavilhão Nacional reunidos por Gomes, sendo sua maioria – 45 – em versos, já que 44 são descritos como “poesia” e um como “poema”. Vinte textos têm a forma de prosa, enquanto seis podem ser considerados obras dramáticas: quatro “cenais”, uma “comédia” e um “diálogo”. Completando a compilação, há instruções para um “jogo ginástico”, em que o objetivo é conquistar a bandeira do time “inimigo”, e também a letra do Hino à Bandeira Nacional, de autoria de Olavo Bilac⁴⁰.

Os diferentes tipos de texto reunidos na obra refletem a diversidade nas apresentações de alunos, englobadas sob a denominação genérica de “recitativos”. Apesar de diferentes entre si, os programas das comemorações cívico-escolares apresentavam três elementos básicos em sua estrutura: execução do Hino Nacional e do hino relativo à efeméride (Hino à Bandeira,

³⁸ A contracapa de *O Dia da Pátria* constitui o Anexo 11.

³⁹ O índice dos textos que compõem *O Dia da Bandeira* constitui o Apêndice 2.

⁴⁰ Interpretação da letra do Hino à Bandeira Nacional no livro didático *O pequeno escolar para alunos do 3.º ano primário* constitui o Anexo 12.

Hino da República, Hino da Independência etc.); preleção sobre a data por um professor, diretor, ou outra figura de autoridade; e apresentação de “recitativos” pelo corpo discente da instituição de ensino. Nas comemorações de 19 de Novembro, a cerimônia de hasteamento do Pavilhão Nacional era condição *sine qua non*.

Sob a denominação genérica “recitativo”, no entanto, são encontradas apresentações definidas como “poesia”, “soneto”, “prosa”, “preleção” (por aluno), “alocução”, “discurso”, “palestra”, “oração”, “explicação”, “composição”, “trecho cívico” e “trabalho de sua lavra”. Amiúde, os escolares também tomavam parte em apresentações de canto orfeônico, canto popular, dança, teatro, ginástica, além de práticas esportivas e desfiles.



Figura 17 - Compilações *O Dia da Bandeira* e *O Dia da Pátria* de Francisco Gomes.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Entre os autores dos textos que compõem a obra *O Dia da Bandeira* de Gomes, há nomes consagrados, como Olavo Bilac e Coelho Netto, e outros hoje na obscuridade. Vários escreveram mais de um texto da compilação. Coelho Netto e Alipio Bandeira são autores do maior número de escritos, quatro cada um; seguidos por Brant Horta, Xavier Pinheiro e Henrique de Magalhães com três textos cada. Chama a atenção, na compilação, a pouca originalidade por parte dos autores na escolha de títulos, refletida na grande

quantidade de textos homônimos. Os títulos mais comuns são: *Saudação à Bandeira* (6), *A Bandeira* (6), *À Bandeira* (5), *Oração à bandeira* (4), *A nossa bandeira* (3). Os títulos restantes são, em sua maioria, compostos por variações com a palavra “bandeira”, como “do Brasil”, “da República”, “brasileira”, “nacional”, “auriverde” etc.

Teria a compilação de Francisco Gomes sido utilizada na organização das comemorações do Dia da Bandeira nas escolas de Santos? A coincidência de títulos dificulta responder à pergunta. Os programas das comemorações fornecidos pelas escolas para publicação na imprensa local, em geral, apresentam somente o nome do aluno e o título da “recitação”, quase sempre omitindo o nome do autor do texto. Nos raros programas em que a autoria é citada, todavia, vários textos da obra podem ser identificados entre as apresentações. Há duas explicações possíveis para o fato: ou a compilação de Francisco Gomes foi realmente utilizada pelas escolas em questão, ou o livro é composto por textos difundidos que já faziam parte do repertório apresentado pelas escolas locais na festa da Bandeira.

A obra foi de suma importância a esta pesquisa, pois permitiu identificar uma série de representações em relação ao culto cívico e à bandeira nacional – muito provavelmente reproduzidas nas preleções e recitações das comemorações cívico-escolares – e esclarecer a significação atribuída à efeméride no discurso autorizado.

A compilação permite identificar três representações recorrentes nas interpretações do significado da bandeira. A primeira e mais comum entre elas está relacionada ao espaço. Na bandeira, estaria contido o espaço geográfico da “terra natal” e toda a natureza nela contida: as matas, os rios, o céu, as riquezas minerais etc. Coelho Netto evoca os elementos naturais contidos na bandeira ao recontar a história do menino herói no texto *Antonio Chagas (O pequeno herói brasileiro)*:

E se nadador intrépido, epígono da raça de Atlante, que carregava o mundo às costas, com a terra florida e o céu estrelado, éreis vós meu jovem patrício e o mundo que trazeis, generoso alferes, era este, o nosso, a Pátria, senão ela, a grande árvore de frutos de ouro, cheirosa como a primavera e ampla na sua ramada viçosa e

agasalhadora, a sua flor, que é a bandeira. (*apud* GOMES, 1941, p. 208)

Uma segunda representação recorrente está relacionada à temporalidade histórica: a bandeira como um elo que une o passado, o presente e o futuro da nação. Toda sua história estaria nela contida. Os autores frequentemente evocam grandes “vultos” do passado, heróis militares anônimos e até mesmo o menino Antonio Chagas, buscando inspirar a conduta da geração presente e assentar as bases de um futuro glorioso para a nação. Por fim, pode-se identificar a recorrência de uma terceira representação: a bandeira como emblema da nacionalidade e da identidade cultural de um povo, símbolo supremo da “alma brasileira”.

*Bandeira! Somos uma juventude
Ébria da Glória que de vós provem;
Em chão de espinhos ou no oceano rude,
Não tememos ameaças de ninguém!*

*Por vós seja qual for a nossa sorte,
Afrontaremos sem temor a morte...*

*À nossa frente, rasgue-se o horizonte;
A vossa benção paire em nossa frente;
Fulgure sobre nós o vosso vulto!*

*Tremulai, desfraldada no ar... Bandeira,
Símbolo puro da alma brasileira, –
Sois e sereis, enfim o nosso culto!*

(RENATO TRAVASSOS *apud* GOMES, 1941, p. 149).

A compilação de Gomes evidencia também que grande parte dos textos utilizados nas comemorações foi escrita especificamente para a formação cívica de crianças e adolescentes. Vários foram claramente escritos sobre e para a juventude. Um recurso recorrente nos contos e textos dramáticos destinados à formação cívica é a utilização de personagens infantis que, no enredo, desconhecem ou desrespeitam o significado da efeméride e são ensinados por uma figura com suposta autoridade sobre ela por ser mais velha e mais “sábia”.

Um ótimo exemplo desse tipo de texto é a comédia infantil de Carlos Góes intitulada *A Bandeira Nacional*. Em um salão de costura, quatro meninas, Eva, Zoé, Livia e Ceci, com idades entre 7 e 16 anos, sentadas ao redor de uma mesa, dão os últimos retoques à bordadura de uma bandeira a ser hasteada pela primeira vez na festa da bandeira. Eva, a mais velha do grupo, explica a Zoé o significado do Pavilhão Nacional e a importância de seu culto. Percebendo que a menina parece pouco convencida, Eva passa a narrar às colegas um sangrento episódio da Guerra do Paraguai, no qual vários soldados brasileiros perderam a vida tentando evitar que a bandeira auriverde caísse nas mãos do inimigo.

Zoé (com descaso) – Tanta mortandade por causa de um simples retalho de pano!

Eva (em tom de censura) – Um simples pano não! Então você desconhece o que seja a significação moral dos objetos? – Que é a cruz, que vem erigida nas igrejas? Sem a sua significação moral são dois paus superpostos. Dentro da sua significação moral é o emblema da cristandade, o sinal da redenção; é o lenho sagrado em cujos braços Cristo expirou por nós.

Eva prossegue a preleção utilizando outras analogias, comparando a significação de um simples anel à da aliança matrimonial, “símbolo da comunhão de duas almas”; a significação da estrutura de uma casa à de um lar, que descreve como “recesso da família” e “domicílio inviolável do cidadão”. Enfim, conclui:

Eva – [...] Assim a bandeira, despida de sua significação moral, é, como você disse impensadamente, um simples retalho de pano. Dentro, porém, de sua expressão moral, é a imagem da Pátria, um de seus mais caros emblemas, a sua própria efígie objetivada! Vamos, Zoé. Quero que você se penitencie da blasfêmia que proferiu, beijando diante de todas nós, possuída da maior unção, este pano constelado, onde se retrata e se estampa o nosso estremecido Brasil!

Zoé – Beijo-te, oh! Pálio sagrado da minha Pátria, possuída da maior efusão. Beijo-te como se foras o retrato de minha própria Mãe, como se foras imagem sagrada, erigida no mais puro dos altares! (beija a bandeira e prorrompe em soluços; Eva, Livia e Ceci abraçam-na).

Pano.

(CARLOS GÓES *apud* GOMES, 1941, pp. 164-175)

No Brasil “estremecido” pela instabilidade política da década de 1930, o culto ao Pavilhão Nacional deveria promover a comunhão de toda a nação unida em um só pensamento, o “pensamento do Brasil”. Aos “blasfemos”, como a pequena Zoé, restaria a penitência como caminho da redenção.

2.2 As comemorações do Dia da Bandeira em Santos

Como no resto do país, as comemorações do Dia da Bandeira em Santos tiveram um maior destaque nos últimos anos da década de 1930. Em 1937, o regime recém-instaurado demandava a orquestração de uma grande demonstração de apoio e de união popular em torno do novo projeto autoritário de nação. Havia, então, muito mais em jogo do que a formação cívica das novas gerações; as celebrações não poderiam, portanto, restringir-se ao espaço físico das escolas.

As instituições subordinadas ao regime foram convocadas a participar: órgãos públicos, associações, grêmios, sindicatos etc. Foi decretado ponto facultativo nas repartições públicas federais, estaduais e municipais para que os funcionários públicos pudessem comparecer às celebrações. Até mesmo a Cúria Diocesana local manifestou-se, recomendando ao clero e aos fiéis em geral que “intensificassem” suas orações por uma pátria “unida e forte” nesse dia:

Ocorrendo no próximo dia 19 do corrente, a festa da Bandeira Nacional, à qual as autoridades quiseram emprestar um cunho de solenidade, o sr. bispo diocesano recomenda ao clero e aos fiéis em geral que, neste dia, intensifiquem, de modo particular, as orações pela nossa Pátria, pedindo a Deus e à Virgem Nossa Senhora da Aparecida, cumule de suas bênçãos abundantes a nossa terra para que no Brasil unido e forte haja a paz e prosperidade, nele estabelecendo-se sempre mais firme o reinado social de Nosso Senhor Jesus Cristo, penhor certo dessa paz e prosperidade que almejamos. (A *TRIBUNA*, 18 nov. 1937, p. 2)

As instituições de ensino, naturalmente, foram também convocadas pela Delegacia Regional de Ensino a participar das celebrações:

Segundo determinação da Diretoria do Ensino todas as escolas, públicas e particulares, devem comemorar com toda a solenidade a data da instituição do Pavilhão Nacional, que será hasteado, de acordo com a praxe, ao meio dia, na fachada principal do estabelecimento, na presença de professores e alunos, recomendando o sr. diretor do Ensino que sejam convidados para o ato os pais dos escolares. (*A TRIBUNA*, 18 nov. 1937, p. 2)

Dezoito instituições de ensino locais⁴¹ anunciaram seus programas comemorativos nos jornais da cidade (vide Quadro 4). Doze delas informaram o programa completo⁴². Nas escolas primárias estaduais, o período letivo para todos os alunos foi das 10:00h às 12:30h; o horário de funcionamento das escolas particulares ficou a cargo de seus respectivos diretores, desde que cumprissem a orientação de realizar um hasteamento solene ao meio-dia. O ápice das comemorações seria o hasteamento simultâneo do Pavilhão Nacional no Paço Municipal, na Alfândega, nas escolas, nos hospitais e nas sedes de outros órgãos e instituições.

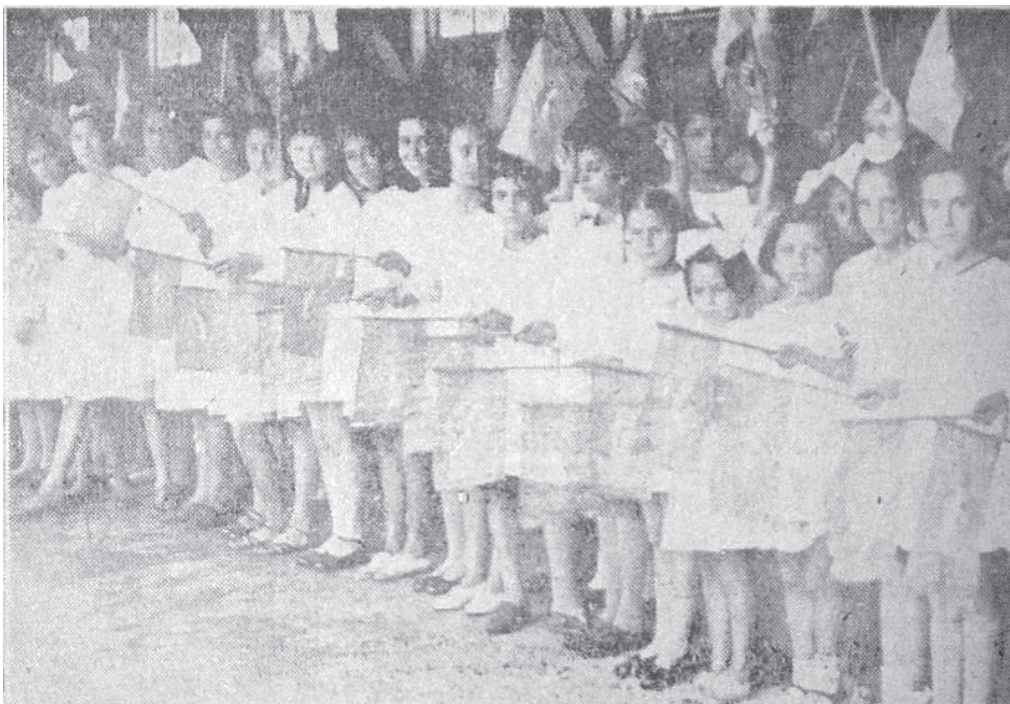


Figura 18 - Alunas do G. E. Dr. Cesário Bastos durante cerimônia em homenagem ao Dia da Bandeira de 1937.
Fonte: *A Tribuna*, 20 nov. 1937, contracapa.

⁴¹ Incluindo uma escola de música, o Instituto Musical Santa Cecília.

⁴² Foram considerados completos os programas que informam a ordem, o título e o caráter das apresentações, assim como os nomes dos alunos participantes.

Quadro 4

PROGRAMAS EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA BANDEIRA DE 1937*			
Escola	Programa	Educadores Citados	Obs.
G. Santista	Recitativos; canto orfeônico; desfile com banda marcial e ciclistas; distribuição de refrescos e bombons		Completo. Desfile cancelado em função do mau tempo. Comes e bebes.
G. Coração de Maria	Preleções; recitativos; canto orfeônico		Completo
I. D. ^a Escolástica Rosa	Recepção de discurso por rádio; declamação por professor; desfile		Completo. Desfile cancelado em função do mau tempo
G. E. Cesário Bastos	Sessão cívica, preleções	Elmira do Valle e Silva (preleção); Luis Damasco Penna	
G. Tarquínio Silva	Recitativos; canto orfeônico	Newton Silva (saudação à bandeira)	Completo. Discurso publicado
Liceu São Paulo	Preleção	Luis F. Carranca (preleção); Maria Theresa do Amaral; João Augusto Rodrigues	Completo
I. Musical Santa Cecília	Sessão cívica		Escola de música
S. União Operária	Recitativos; canto orfeônico		Completo
A. I. José Bonifácio	Recitativos; canto orfeônico	Cleóbulo Amazonas Duarte (preleção); Mario Alcântara	Completo
Colégio São José	Recitativos; canto orfeônico		
Ass. Feminina Santista	Recitativos; canto orfeônico	Zeny de Sá Goulart (preleção)	Completo
Escola de Saúde	Recitativos; canto orfeônico; lanche	Diva Fialho Duarte	Completo. Comes e bebes
Ext. Luso Americano	Bola ao cesto; recitativos; canto orfeônico		Completo. Programa em duas partes: esportiva e cívica
Liceu Brasil	Recitativos; canto orfeônico; distribuição de bandeiras confeccionadas por alunas de datilografia	Theophilo Soledade (preleção)	Completo. Parte dos recitativos não alude à data
C. Santa Filomena	Recitativos; canto orfeônico	Henriqueta Silveira Dias (preleção)	Completo
C. Cruz e Souza	Recitativos; canto orfeônico		
G. E. Villa Macuco	Sessão cívica	Stockler de Lima	Entrega de prêmio do "Concurso de Robustez da Criança Escolar do Estado"
G. E. Barnabé	Sessão cívica		

Fontes: *A Tribuna*, 19 nov. 1937, p. 3; *A Tribuna*, 20 nov. 1937, p. 4.

Nota: Elaborado pelo autor.

O mau tempo, como na Capital Federal, frustrou parte das comemorações e impediu que se realizassem dois desfiles escolares programados para a data. O desfile do Batalhão do Ginásio Santista pelas ruas do Centro contaria com a participação de sua banda marcial e de 45 ciclistas do ginásio, levando flâmulas auriverdes nos guidões de suas bicicletas. Já os Bandeirantes do Mar, do Instituto D.^a Escolástica Rosa, desfilariam pela orla

após prestar continência ao Pavilhão Nacional hasteado na instituição (*A TRIBUNA*, 18 nov. 1937, p. 2).

O programa estipulado em 1937 pela Inspetoria de Instrução para as comemorações nos grupos escolares municipais era bem mais singelo: “1) Hino à Bandeira; 2) Oração à Bandeira; 3) Hino Nacional”. Note-se que o país passava, então, por um conturbado momento de transição política. A Constituição outorgada à nação uma semana antes extinguiu todos os mandatos políticos a nível federal, estadual e municipal, e instaurara um regime de interventorias. Os estados passaram a ser governados por interventores federais que, por sua vez, nomeariam os prefeitos municipais.

A maioria das comemorações do Dia da Bandeira, em 1937 e nos anos seguintes, ocorreu no espaço físico das escolas e apresentou programas muito semelhantes entre si, constituídos pelas práticas já mencionadas de hasteamento do Pavilhão Nacional, execução do Hino Nacional e do Hino à Bandeira, preleção sobre a data por um professor ou outra figura de autoridade e apresentação pelos alunos de canto orfeônico, orações, declamações e pequenas encenações dramáticas.

Em algumas instituições, no entanto, as celebrações foram marcadas por eventos peculiares. A solenidade realizada no Instituto D.^a Escolástica Rosa contou com a recepção por rádio de um discurso do Prof. Octavio da Costa Silveira, chefe da Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, proferido na capital do estado. O programa comemorativo do Externato Luso-Brasileiro teve início de forma inusitada: com uma partida de bola ao cesto entre alunos de diferentes períodos. No Liceu Brasil, foram distribuídas aos alunos bandeiras “artisticamente confeccionadas” em máquinas de escrever pelas alunas da adjacente Organização Remington Official.

De acordo com instruções “emanadas do Ministério da Educação” (*A TRIBUNA*, 20 nov. 1937, contracapa), foi lida em todas as instituições de ensino, públicas e particulares, a *Oração à Bandeira*, de autoria de Fernando de Magalhães:

Por ti, bandeira do meu berço, guardaremos uma fé transbordante nos destinos de nossa gente. Por ti, todos sentirão o consolo do trabalho e lutarão pela utilidade da vida. Por ti, o enlevo da terra exuberante e o amor do povo tranquilo dissiparão, nos dias radiosos da história, as nuvens de apreensão e de magoas. Por ti, a harmonia encantadora das coisas celebrará a concórdia prometadora dos homens. (MAGALHÃES *apud* GOMES, 1941, p. 26)

O discurso “pacificador” de Magalhães se enquadra no momento político nacional. Na semana seguinte à instauração do Estado Nacional, o texto sugeria que se dissipassem “as nuvens de apreensão e de mágoas” em nome da bandeira e de seu significado. Na coluna *O que vai pelo ensino*, do jornal *A Tribuna*, o professor e jornalista Antônio de Oliveira Passos Sobrinho prestou sua homenagem à bandeira e defendeu o caráter pacificador das práticas cívico-escolares e sua necessidade em face de ameaças à segurança e à integridade nacionais:

A data de hoje – 19 de Novembro – consagrada à festa da nossa Bandeira, como a de outras festas nacionais, oferece uma ótima oportunidade para as lições de civismo e culto pátrio a nossos escolares [...] Nessa mesma ocasião poderão também ser explicados aos mesmos escolares os verdadeiros motivos de interesse pátrio que levaram o governo nacional a decretar a nova Constituição, que já está sendo cumprida em todo o território brasileiro. Em prol da segurança e integridade nacionais torna-se mesmo necessário fomentar em nossas escolas o ensino da educação cívica, não como matéria de programa, mas como trabalho do professor em todas as aulas e a todo momento [...] (*A TRIBUNA*, 20 nov. 1937, p. 4)

Nas comemorações do Ginásio do Estado, o discurso proferido pela aluna Jandyra Loyo, de sua própria autoria, demonstra a assimilação por parte dos alunos das representações presentes no discurso autorizado:

Eis porque te reverenciamos a todo instante e principalmente no dia de hoje, que é expressamente consagrado ao teu culto indelével e sagrado. Ah! Estás no teu posto de honra, e oxalá possas sempre, daí onde te vemos, gloriosa e intangível, incutir, no ânimo de todos nós, principalmente dos que estudam nesta casa de ensino, o estímulo necessário para que nos tornemos sempre dignos de ti. (*A TRIBUNA*, 20 nov. 1937, contracapa)

Nas comemorações de 1938, onze estabelecimentos de ensino publicaram programas na imprensa (vide Quadro 5). Como no ano anterior, a grande maioria era composta por recitativos e preleções alusivas à data, destaca-se, no entanto, a realizada no Liceu São Paulo. No campo de esportes

da instituição, houve formatura de seu batalhão escolar com seção feminina e banda marcial e de atiradores da Escola de Instrução Militar N.º 83. Após uma alocução feita pelo Prof. José Ribeiro de Araújo, os alunos partiram em passeata por diversas ruas da cidade, segundo *A Tribuna*, “chamando a atenção de todos pelo garbo de sua marcha e disciplina” (*A TRIBUNA*, 20 nov. 1938, contracapa).

Quadro 5

PROGRAMAS EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA BANDEIRA DE 1938			
Escola	Programa	Educadores citados	Obs.
Liceu São Paulo	Sessão cívica; desfile	José Ribeiro de Araújo (preleção); J. Maia	Completo. Aulas normais após as comemorações
A. I. José Bonifácio	Hasteamento solene		Não houve aulas
G. E. Cesário Bastos	Recitativos; canto orfeônico	Gilda Leite de Arruda (preleção)	Completo
G. E. V. São Leopoldo	Recitativos; canto orfeônico		Completo
G. E. Braz Cubas	Recitativos; canto orfeônico		Completo
I. M. Santa Cecília	Recitativos; canto orfeônico	Amélia M. da Cunha	Escola de música
G. E. Marcílio Dias (Guarujá)	Recitativos; canto orfeônico		Completo
Escola de Saúde	Recitativos; canto orfeônico; ginástica rítmica; “pescaria maravilhosa”		Entrega de prêmios do Concurso dos Bons Dentes
C. N. S. do Carmo	Preleções; recitativos; canto orfeônico		Precedido de 1. ^a comunhão de alunos
G. Coração de Maria	Recitativos; canto orfeônico		Completo
S. União Operária	Recitativos; canto orfeônico		Aulas normais

Fontes: *A Tribuna*, 19 nov. 1938, contracapa; *A Tribuna*, 20 nov. 1938, contracapa.

Nota: Elaborado pelo autor.



Figura 19 - Alunas do Liceu São Paulo desfilam em homenagem ao Dia da Bandeira de 1938.

Fonte: *A Tribuna*, 20 nov. 1938, contracapa.

Em 1939, as comemorações do Cinquentenário da República, quatro dias antes, ofuscaram as festividades do Cinquentenário da Bandeira. A efeméride, todavia, foi comemorada “condignamente” em todas as escolas locais. Enquanto outras instituições de ensino repetiram burocraticamente os programas apresentados em anos anteriores, o Grupo Escolar Fraternidade elaborou um programa inusitado que certamente suscitou polêmica (vide Quadro 6). O programa cívico, com os habituais recitativos e preleções, foi dividido em duas partes. “No final de cada uma das duas partes, o Prof. Chaves Junior, malabarista e ilusionista, apresentou vários e interessantes números de seu grande repertório, e o cômico Nhô Oswaldo, com seu fino humorismo, divertiu a todos” (*A TRIBUNA*, 21 nov. 1939, contracapa).

Quadro 6

PROGRAMAS EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA BANDEIRA DE 1939			
Escola	Programa	Educadores Citados	Obs.
Liceu Brasil	Recitativos; canto orfeônico		Completo. Parte dos recitativos não alude à data
Escola Portuguesa	Recitativos; canto orfeônico	Antônio Tavares da Silva (alocução)	Completo
Liceu São Paulo	Recitativos; canto orfeônico; desfile	Carlos Araújo (preleção); João Rodrigues (orfeão)	
G. E. Marcílio Dias (Guarujá)	Preleção; recitativos; canto orfeônico		Completo
I. M. Santa Cecília	Recitativos; canto orfeônico	Amélia M. da Cunha	Completo. Escola de música
A. I. José Bonifácio	Hasteamento solene; preleção	Cleóbulo Amazonas Duarte (preleção)	Completo. Formatura de alunos da I. Militar
Asilo de Órfãos	Recitativos; canto orfeônico	Victor de Lamare	Completo
A. I. B. Brasileiros de Cor	Sessão cívica	Waldemar Monteiro; Heronides Macedo	Associação instrutiva e beneficente
G. E. Fraternidade	Recitativos; canto orfeônico; humorismo; ilusionismo e malabarismo	Chaves Junior (apresentação artística)	Completo. Apresentações “inadequadas”
S. União Operária	Recitativos; canto orfeônico		

Fontes: *A Tribuna*, 19 nov. 1939, contracapa; *A Tribuna*, 21 nov. 1939, contracapa.

Nota: Elaborado pelo autor.

Nos primeiros anos do regime, era comum, em algumas escolas, a inclusão de uma ou outra canção ou poesia que não aludisse à efeméride comemorada, possivelmente já memorizada pelo aluno em outro contexto. A

ocorrência dessas e de outras apresentações consideradas “inadequadas”⁴³ levou a Delegacia Regional de Ensino a tomar medidas em defesa da solenidade e do teor nacionalista das festas cívicas:

No pormenor e porque cuida a delegacia que está dentro das suas atribuições, resolveu este ano interferir na apreciação dos programas de festas, não apenas para examinar a brasilidade de sua organização, como ainda para velar pela sua propriedade. Uma ou outra crítica houve – e procedente – sobre o que se cantava e bailava por vezes em festas ditas escolares. D’aí a oportunidade da circular junta, endereçada a todas as escolas particulares (onde o fato se havia verificado) e publicada na imprensa local. Os resultados da providência foram satisfatórios. (LUIZ DAMASCO PENNA, 1940, p. 75)



Figura 20 - Cerimônia de hasteamento durante comemoração do Dia da Bandeira na escola de Comércio José Bonifácio em 1939.

Fonte: *A Tribuna*, 21 nov. 1939, contracapa.

⁴³ Outros exemplos são apresentados no *Capítulo 3 - A Semana da Pátria*.

A partir de 1939, as autoridades do ensino passaram a exercer um controle maior sobre o teor das comemorações, exigindo a aprovação prévia dos programas comemorativos das escolas particulares. A medida resultaria em programas cada vez mais similares entre si. Desapareceriam dos programas as atividades esportivas, o canto popular, as apresentações cômicas, as demonstrações de dotes artísticos peculiares e as menções a comes e bebes, incondizentes com a solenidade necessária ao culto cívico. O “fervor cívico” dos primeiros anos do regime diminuiria e as comemorações da data assumiriam mais e mais um caráter uniforme e rotineiro.



Figura 21 - Alunos do Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos reunidos em frente ao edifício durante hasteamento do Dia da Bandeira em 1940.

Fonte: *A Tribuna*, 20 nov. 1940, p. 5.

O caráter rotineiro que as comemorações assumem transparece nos programas publicados na imprensa, e no número cada vez menor de escolas que os fornece (vide Quadros 7 e 8). As comemorações continuam sendo obrigatórias em todas as instituições de ensino, mas as descrições das festividades na imprensa tornam-se cada vez mais raras e sucintas. O destaque dado ao papel “prestigioso” de orador oficial das solenidades diminui. Nos programas, passa a constar “preleção pelo diretor”, “preleção por

professor”, ou o orador sequer é mencionado. Outra evidência é o uso cada vez mais frequente de “etc.”: “preleção, recitativos etc.”.

Grupo Escolar “Dr. Cesário Bastos” - Neste estabelecimento de ensino, em obediência às determinações do Departamento de Educação, reunir-se-ão as professoras e alunos de todas as classes, para comemorar o “Dia da Bandeira”. Será executado variado programa de hinos e canções patrióticas. (*A TRIBUNA*, 19 nov. 1940, p. 3)

Quadro 7

PROGRAMAS EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA BANDEIRA DE 1940			
Escola	Programa	Educadores Citados	Obs.
G. Tarquínio Silva	Recitativos; canto orfeônico		Completo
G. Luso-Brasileiro	Recitativos; canto orfeônico	Gervásio Bonavides (preleção)	Completo. Publicado trecho da fala de aluno
A. I. José Bonifácio	Recitativos; canto orfeônico; sessão solene	Alice Roque Bastos (preleção); Nelson Rangel (preleção); José Vetró (orfeão); Antonio Eberle dos Santos; Maria Emília de Andrade	Completo. 1. ^a parte – curso primário (manhã); 2. ^a parte – cursos ginásial e comercial (tarde)
G. E. Cesário Bastos	Canto orfeônico		
G. E. Barnabé	Canto orfeônico	Lillá Cunha (preleção)	
Asilo de Órfãos	Recitativos; canto orfeônico; juramento à bandeira	Victor de Lamare	Completo
Liceu Brasil	Recitativos; canto orfeônico	José Lourenço Sobrinho (preleção); Cesar Pires	Completo
I. M. Santa Cecília	Recitativos; canto orfeônico	Amélia M. da Cunha	Escola de música

Fontes: *A Tribuna*, 20 nov. 1940, p. 5; *O Diário*, 20 nov. 1940, p. 5.

Nota: Elaborado pelo autor.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942, mudaria os rumos da política externa nacional e tornaria a mobilização da juventude nos moldes de regimes totalitários europeus um motivo de constrangimento para o regime de Vargas. O culto à Bandeira, no entanto, não perderia força, já que passaria a integrar o esforço de guerra e a auxiliar a formação de um *front* interno no país. As solenidades cívicas do 19 de Novembro continuariam sendo realizadas nas escolas até o fim da guerra e a queda do regime, em 1945.

Quadro 8

PROGRAMAS EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA BANDEIRA DE 1942*			
Escola	Programa	Educadores Citados	Obs.
A. I. José Bonifácio	Canto orfeônico; prelação por autoridade militar; desfile conjunto com forças do 4.º BC		Completo. Orador militar; desfile estudantil- militar
G. E. 13 de Maio	Recitativos; canto orfeônico		Completo
G. E. Marcílio Dias (Guarujá)	Recitativos; canto orfeônico		Completo. Preleção por “uma professora”
G. E. Braz Cubas	Recitativos; canto orfeônico		Completo
Liceu São Paulo	Preleções por educadores e alunos	Gil Stockler de Lima; Frenor Pereira (oradores)	Lista alunos que se apresentaram
S. União Operária	Declamação por aluna		Completo

Fontes: *A Tribuna*, 19 nov. 1942, p. 3; *A Tribuna*, 20 nov. 1942, p. 3.

Nota: Elaborado pelo autor.

A observância das normas em relação à apresentação da bandeira e a execução do Hino Nacional passam a ser atentamente fiscalizada pelos órgãos competentes. O manual *Pontos de instrução moral e cívica para o curso secundário com a Constituição de Novembro de 1937 e as respectivas emendas até 30-4-1942* assim descreve os deveres para com o símbolo nacional:

48. Culto à bandeira. – A bandeira deve ser objeto de culto e veneração, porque é o principal símbolo da Pátria, cujas glórias e soberania representa onde quer que esteja hasteada. 49. Desrespeitar a bandeira é ultrajar a Nação que ela representa. 50. Por ocasião da passagem da bandeira, ou da execução do Hino Nacional, todos devem ficar de pé e de cabeça descoberta, se forem civis, ou em posição de continência, se forem militares. 51. A comemoração da bandeira brasileira é feita anualmente no dia 19 de Novembro, aniversário do decreto que a instituiu. (FREITAS, 1942, p. 138)

Às vésperas da Semana da Pátria de 1943, O DEIP fez publicar na imprensa local mensagem do comandante da Guarnição Militar de Santos, São Vicente e Guarujá, “a quem [competia] fiscalizar apresentação da bandeira e a execução do Hino Nacional”, chamando a atenção aos artigos do Decreto-Lei Nº 4.545, de 4 de setembro de 1942, que regulava o assunto (*A TRIBUNA*, 03 set. 1943, p. 4). Todas as escolas eram obrigadas a realizar um hasteamento solene da bandeira pelo menos uma vez por semana, e ainda nos dias de festa ou luto nacional. Quando não estivesse hasteada, a bandeira deveria ocupar um lugar de honra no estabelecimento de ensino.

O culto ao Pavilhão Nacional, e a seu auriverde, sobreviveu à queda do Estado Novo, ganhando novos significados em diferentes fases da política nacional, como a Campanha do Petróleo, a ditadura militar (1964-1985), o Movimento Diretas Já e o movimento pelo impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo. O Dia da Bandeira é comemorado nas escolas de Santos até os dias de hoje.

Capítulo 3

O culto à pátria

3.1 A construção de novas representações de “pátria” e “juventude”

O culto à pátria, cujo momento máximo é, até os dias de hoje, a comemoração da Independência Nacional no dia 7 de Setembro, é parte inerente da escola republicana desde seu surgimento. A necessidade da formação do sentimento de nacionalidade entre os jovens por meio da educação cívica era um raro consenso entre as diferentes correntes que pensavam a educação nas primeiras décadas do século XX. Todavia, diferentes representações em relação a “pátria” e “civismo” são encontradas nos manuais de instrução moral e cívica que circulavam então. Com a ascensão de Vargas ao poder e a subsequente instauração do Estado autoritário, em 1937, algumas se mostrariam hegemônicas e forneceriam suporte ao projeto de formação cívica do regime.

Nos manuais do início do século XX é dada uma clara ênfase na instrução de princípios morais e éticos. Caridade, gratidão, modéstia, cortesia, tolerância, afabilidade e honradez figuravam entre as virtudes que deveriam constituir o caráter do bom cidadão, preparando-o para o convívio entre seus pares em uma sociedade “civilizada”. O amor à pátria e a obediência a leis e autoridades instituídas eram também consideradas virtudes essenciais, mas não se destacavam no conjunto de atributos que compunham.

Henrique Coelho (1912) revela suas prioridades ao citar, na capa de *Princípios de educação moral e cívica*, uma frase do filósofo e historiador francês Ernest Renan: “Amor dos homens, paciência, afabilidade, brandura para com todos os seres, mesmo para com o animal, eis o que há de ser sempre a lei boa e justa.” O humanismo e o inusitado destaque dado à defesa dos animais separam-no de muitos de seus contemporâneos, mais

preocupados com a ordem social e o progresso material da nação. Ao definir o termo “pátria”, Coelho afirma que ela “não é um sistema, nem um monopólio, nem uma forma de governo” e reproduz a definição do colega Ruy Barbosa, para quem: “A pátria é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos, o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade.” (BARBOSA *apud* CASTRO, 1925, p. 55).

A definição de Barbosa, aceita e reproduzida por outros autores, encerra as principais representações encontradas no culto à bandeira – relacionadas a espaço geográfico/natureza, temporalidade histórica e nacionalidade/identidade cultural, – denotando uma identificação direta entre conceito (pátria) e objeto (bandeira). Para Henrique Coelho, no entanto, “o amor da pátria não exclui o amor da humanidade. [...] Por mais profundo que seja o amor da pátria, não se justifica a prevenção contra os que a ela não pertencem”. E conclui: “O bom cidadão não se limita a apregoar o seu amor à pátria. Esmera-se por servi-la, dignificando-a com seus sentimentos e com seus atos” (1912, pp. 40/41).

Em *Instrução Moral e Cívica* (1925), Araújo Castro associa o termo “pátria” a “nação” e “país”: “O Brasil é o nosso país, a nossa nação, a nossa pátria”; e atribui um peso maior à “nacionalidade” em sua definição: “A pátria não é somente a terra em que nascemos: é também a comunhão de raça, de língua, de religião, de tradições e de costumes” (p. 55). Segundo o manual, a observância ao calendário cívico nacional serviria ao fortalecimento dessa identidade coletiva. “As datas nacionais assinalam os fatos mais importantes para a nossa nacionalidade. Comemorá-las é fortalecer os sentimentos de fraternidade e os vínculos que nos unem como cidadãos de uma mesma pátria” (p. 56).

Os manuais publicados a partir da década 1920 denotam uma crescente preocupação, por parte de seus autores, com as práticas do culto cívico. José Rangel (1926) compartilha a opinião de Castro em relação ao peso da nacionalidade na definição do conceito de “pátria”: “A pátria está [...] nessa atmosfera de fraterna simpatia criada pelo espírito da nacionalidade”. E destaca a importância da afetividade na relação entre o povo e a mãe-pátria: “O patriotismo é o amor e devotamento pela terra em que nascemos e vivemos,

impulso de nobreza e gratidão que nos leva a querê-la como queremos nossa própria mãe, pois que é a pátria mãe comum e extremosa, prodiga em dons para com todos os filhos, dignos das suas graças e benefícios” (p. 179). O texto critica os regionalismos no país, um tema que se tornará central nos manuais de instrução cívica adotados pelo Estado Novo.

As práticas do culto cívico têm seu mais vocal defensor em Coelho Netto, para quem o patriotismo “deve ser sincero como uma religião” (1921, p. 10). “Patriotismo é o sentimento radical pelo qual o homem prende-se, para todo o sempre, à terra em que nasceu, devotando-se-lhe pelo trabalho, que a melhora e engrandece e sacrificando-se por ela incondicionalmente, desde a renúncia aos confortos da vida até a morte, se tanto for necessário para defendê-la e honrá-la” (Idem, p. 11). Nos manuais cívicos, os deveres do cidadão para com a pátria avolumavam-se e, a partir dos anos 1920, simplesmente amá-la e honrá-la não seria mais considerado suficiente.

“Não nascemos para nós, e sim para a pátria⁴⁴.” A frase atribuída a Cícero serve de epígrafe à lição sobre pátria e patriotismo de *Lições de moral e de instrução cívica - adaptada ao uso das escolas brasileiras por Gustavo Barroso (João do Norte)*, de M. Jarach (1939). O cidadão tem sua individualidade e sua autonomia reduzidas no modelo de sociedade apresentado no manual, onde a pátria “é acima de tudo uma sociedade organizada, composta de homens que têm o mesmo pensamento, um espírito comum [...]” (p. 112). O modelo reflete as convicções de Barroso, um dos principais líderes e ideólogos da Ação Integralista Brasileira (AIB), e o aproximam do pensamento autoritário de Francisco Campos.

Ainda segundo o manual: “O amor à pátria prova-se em qualquer idade pelo cumprimento de nossos deveres para com ela. O menino faz um ato de patriotismo, preparando-se cedo, com uma sólida instrução e aprendizagem sincera das virtudes cívicas, para as diferentes tarefas para que mais tarde lhe há de impor a pátria” (p. 113).

⁴⁴ Extraída de *De Officiis*, no latim original “*non nobis solum nati sumus ortusque nostri partem patria vindicat, partem amici*” (não nascemos somente para nós; nossa pátria, nossos amigos reclamam parte de nós).

Nos manuais publicados no período do Estado Novo, o patriotismo assume o *status* de virtude máxima do cidadão. Em *Pontos de instrução moral e cívica para o curso secundário com a Constituição de 10 de Novembro de 1937 e respectivas emendas até 30-4-942*, a pátria é definida, não como o coletivo de seus cidadãos, mas como uma “pessoa moral” cujo corpo é o território nacional e a alma uma “associação de famílias”. “Assim como uma pessoa propriamente dita não existe sem a unidade fundamental das suas faculdades, assim também a pátria, que é uma pessoa moral, tem como condição indispensável da sua existência a harmonia de sentimentos, de ideias e vontades de todos os indivíduos que a compõem” (p. 113-114). Essa harmonia seria o verdadeiro princípio da unidade nacional que, abalada, levaria ao “enfraquecimento” da pátria. Para que se mantivesse tal equilíbrio, as tradições patrióticas deveriam

[...] ser veneradas e conservadas com carinho e respeito, porque constituem um dos mais importantes elementos da Pátria. A falta de culto geral a essas honrosas tradições indica ausência de solidariedade, cuja consequência é o enfraquecimento da *unidade nacional* e, às vezes, o desaparecimento da Pátria, como aconteceu com o grande Império Romano. (FREITAS, 1942, p. 138, grifo do autor)

O Dia da Pátria de Francisco Gomes (1942), assim como sua obra irmã, *O Dia da Bandeira*, foi organizado pelo educador com o intuito de preservar a tradição patriótica das festas cívico-escolares nas escolas paulistas: “As festas escolares, realizadas anualmente em todas as escolas do Estado, por determinação do Departamento de Educação, vêm, sem dúvida, contribuindo eficazmente para incentivar, nos educandos, o sentimento de civismo e de amor pela grandeza de nosso país” (GOMES, 1942, p. 5).

A compilação destinada a fornecer material para as apresentações de alunos nas festas cívico-escolares é composta por 63 textos⁴⁵, sendo a maioria classificada como “poesia” (46), acrescida de dez em prosa e sete dramáticos: três comédias, um diálogo e uma “cena escolar”.

Bem expressivo, nessas solenidades transbordantes de entusiasmo, de arrebatamento da alma, se constata o interesse que os empolga,

⁴⁵ Uma lista dos textos que compõem *O Dia da Pátria* constitui o Apêndice 3.

através das admiráveis lições que encerram as preleções, os trechos e poesias, os diálogos, comédias, hinos e canções triunfando dessa maneira a finalidade preconcebida e que outra não é senão a formação do espírito dos pequenos herdeiros que hão de ser desse patrimônio inestimável que é o Brasil. (GOMES, 1942, p. 5)

Ao contrário do Dia da Bandeira, efeméride dedicada à veneração a um símbolo pátrio, depositário de significações diversas, atribuídas pela imaginação patriótica de diferentes autores, o Dia da Pátria é dedicado à comemoração da Proclamação da Independência, marco histórico nacional. Condizentemente, os textos apresentados na compilação preparada por Gomes dedicam-se à construção de um mito de origem para a nação brasileira. Vinte e quatro deles compartilham o mesmo título: *Sete de Setembro*; e narram os acontecimentos de 1822 que, segundo a tradição, culminaram com o brado “Independência ou morte!”, proferido por D. Pedro I às margens do Ipiranga.

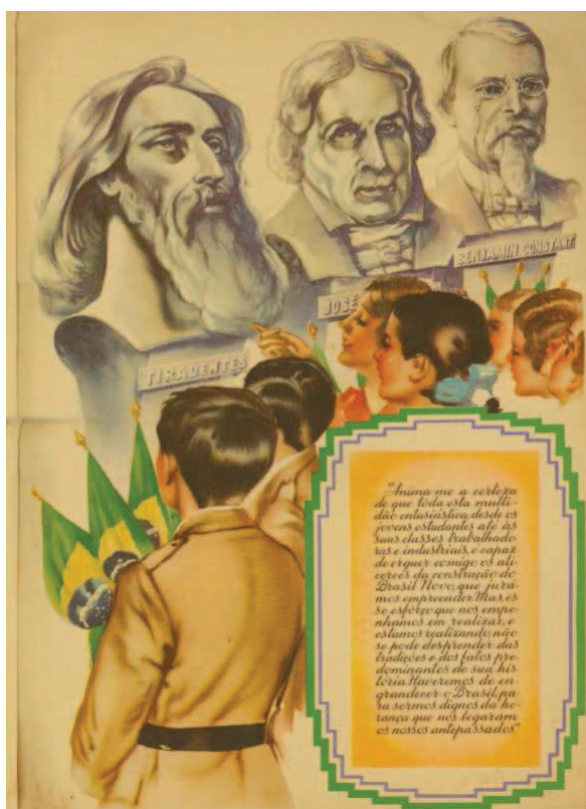


Figura 22 - “Havemos de engrandecer o Brasil, para sermos dignos da herança que nos legaram nossos antepassados”.
Fonte: Álbum *A juventude e o Estado Novo*, DIP, s/d.

A compilação tem o personalismo historiográfico como característica marcante e, entre os textos que não têm a figura de D. Pedro I como protagonista, vários se dedicam à exaltação do papel desempenhado pelo

santista José Bonifácio de Andrada e Silva como “Patriarca da Independência”. O diálogo *7 de Setembro*, de Carlota Ramos, tem estrutura semelhante à comédia infantil de Carlos Góes apresentada em *O Dia da Bandeira* (RAMOS *apud* GOMES, 1942, pp. 17-19). Nele, uma irmã mais velha ensina à caçula o significado da data nacional:

Luíza

Clarinha, vem cá, escuta:

Clarinha

O que é que queres, irmã?

Luíza

Eu quero que tu me digas
Porque é feriado amanhã?

Clarinha, a irmã mais velha, passa então a explicar detalhadamente os acontecimentos que levaram D. Pedro I a proclamar a Independência do Brasil a 7 de Setembro de 1822. Após longa preleção, a caçula pergunta:

Luíza (admirada)

Só ele fez tanta cousa,
Um só homem tudo fez?

Clarinha

Não, irmã, não foi só ele,
Isso é impossível, não vês?

Há um outro nome também,
Nessa página da história;
Também José Bonifácio
Partilha tão grande glória!

Luíza

Anda aqui, deixa beijar-te
Em paga desta lição;
Agora, sempre na escola,
Prestarei muita atenção.

Gostei do que me ensinaste
E já, enquanto me lembro,
Vamos lá, grita comigo:

As duas

Salve o Sete de Setembro!...

Os textos apresentam uma história feita por “grandes vultos” responsáveis pelos destinos da nação, da qual o povo é um mero espectador passivo. O rigor historiográfico passa ao largo da compilação, que teve como objetivo principal a construção/manutenção de mitos e heróis pátrios que inspirassem as novas gerações a trabalhar para o “engrandecimento” da nação.

Devemos, pois, nesse dia, em nossas escolas e em nossos lares, rememorar os vultos gloriosos dos heróis brasileiros que vieram inscrevendo nas páginas da nossa história a ideia de Pátria [...] Em rememoração desses vultos e no estudo de seus feitos, encontraremos exemplos edificantes, pelos quais podemos nortear nossos passos na grande trajetória em demanda de um futuro glorioso para a nossa cara Pátria. Relembra-los é um dever; imitá-los um ato de acendrado patriotismo [...] (GOMES, 1942, p. 8)

A ênfase personalista no discurso cívico servia ao esforço de construção de uma imagem mítica de Vargas e de legitimação do Estado Nacional. Segundo Murilo de Carvalho, “heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos” (2012, p. 55).

O regime contava com o apoio da Igreja Católica, cujos representantes foram presença constante nos grandes eventos cívicos, e a formação cívica fundiu-se, em dados momentos, ao doutrinamento religioso, como indica o texto de Dom Aquino Correa⁴⁶ (*apud* GOMES, 1942, pp. 27/28) incluído na coletânea:

*Sublime grito: “Independência ou Morte!”
Que o jugo forte do opressor destróis!
Da liberdade és o fatal dilema,
O eterno lema de um país de heróis!*

*Não és o grito da anarquia infame,
Que espuma e breme contra Deus e o Rei;
Tu és o cântico da liberdade,
Que não evade os muralhões da lei!*

⁴⁶ Dom Francisco de Aquino Correia (1885-1956) foi arcebispo de Cuiabá, governador do Estado de Mato Grosso (1918-1922) e membro da Academia Brasileira de Letras (1926).

*Tu és um raio dessa Cruz Bendita,
Que além palpita em nossos puros céus;
És o diadema de uma Pátria ingente
Que livre e crente, só se humilha a Deus!*

Em sua contribuição à compilação de Gomes, Coelho Netto reforça o vínculo entre o culto cívico e fé católica com mais uma de suas analogias:

O 7 de Setembro foi o surto heroico. A terra, que era simples feitoria, tornou-se uma Pátria, o Povo constituiu-se em Nação e pelo barão do patíbulo servil que tantas vítimas fizera, driça retinta em sangue de patriotas, subiu a bandeira auriverde glorificando o poste de infâmia como o Messias, no calvário, resgatou do opróbrio e santificou a Cruz. (COELHO NETTO *apud* GOMES, 1942, pp. 17-19)

Paralelamente ao processo de construção de novas representações de pátria, o termo “juventude” ganhou novas conotações, à medida que esta era mobilizada e se tornava objeto de culto em nações europeias sob regimes autoritários ou totalitários. No primeiro aniversário da Revolução Russa, foi criado o *Komsomol*, organização juvenil do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Em 1922, funda-se a *Hitlerjugend* do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores. Em 1926, foi criada na Itália a organização juvenil *Opera Nazionale Balilla* (ONB), englobada em 1937 pela *Gioventù Italiana del Littorio*, ala juvenil do Partido Nacional Fascista. A Organização Nacional Mocidade Portuguesa foi criada pelo Estado Novo luso em maio de 1936.

Desde sua ascensão ao poder, em 1930, Vargas demonstrou possuir um projeto político centralizador, unitário e antiparlamentar, compartilhado pelas lideranças civis e militares que o apoiaram. Tratou sempre, todavia, de guardar distância, no plano ideológico, do movimento integralista brasileiro, de clara inspiração fascista. A campanha de nacionalização, levada a cabo na vigência do Estado Novo, tinha por objetivo diminuir a influência das comunidades de imigrantes estrangeiros e forçar sua integração à cultura nacional e, como principal alvo, os chamados “quistos étnicos” italianos e alemães no sul do país. Os teóricos do regime esforçaram-se em refutar a ideia de que eram inspirados por regimes autoritários europeus, já que criticavam o liberalismo por ser uma cópia de modelos importados, cuja aplicação no Brasil seria

“artificial e contraproducente”. Oliveira Viana⁴⁷ é um exemplo dessa postura: o autor, crítico do pluripartidarismo, repudiou o conceito totalitário de partido único ao afirmar: “Nosso partido é o presidente” (FAUSTO, 1999, p. 20). A postura do regime, porém, não impediu que um projeto de doutrinação e mobilização da juventude fosse posto em prática no país.

As referências à “juventude” são frequentes no discurso do Estado Novo brasileiro. Na Constituição de 1937, ela é proclamada “objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado” que deveria assegurar-lhes “condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades” (Art. 127). Sob o comando de Gustavo Capanema, o Ministério de Educação e Saúde criaria, em 1940, o Departamento Nacional da Criança (DNCr), responsável pelo primeiro programa estatal de proteção à maternidade, à infância e à adolescência no Brasil (PEREIRA, 1999, p. 165). No mesmo ano, foi fundada a Juventude Brasileira, instituição prevista no já referido Artigo 132 da Carta de 1937, com o propósito de promover entre os jovens escolares “a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação”.

A extensão territorial e a desigualdade social do país – esta uma chaga que perdura até os nossos dias – dificultam a tarefa de traçar um perfil definido do jovem brasileiro do período. A que “juventude” as autoridades do regime estadonovista se referiam? À massa excluída de jovens e crianças sem acesso ao sistema educacional do país ou que abandonaram a escola primária⁴⁸ sem concluí-la? À seleta elite de jovens brasileiros que concluíam o ensino secundário e ingressavam em um curso superior?

No discurso oficial, o termo “juventude” representava uma idealização do jovem escolar brasileiro. Segundo Parada, em paralelo à invenção do trabalhismo e da imagem do trabalhador, o regime de Vargas empreendeu um

⁴⁷ Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951) foi professor, historiador, jurista, sociólogo e membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁴⁸ Em 1933, quando o índice populacional do país alcançava 40 milhões, apenas 114.830 alunos concluíram o curso primário, segundo estimativa apresentada pelo Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 1935). Quadros do ensino primário fundamental e do ensino geral no Brasil em 1933 constituem o Anexo 13.

esforço na construção de um modelo virtuoso a ser seguido pela população escolar nacional (2009, p. 116).

Na literatura do período as crianças são frequentemente exaltadas, não por sua natureza, mas como patriotas em potencial responsáveis pelo futuro da nação, como denota o seguinte extrato do já citado manual *Pátria e Amor (livro para a infância e adolescência)*: “Almas de patriotas em flor, alvoradas de sonhos, de amor e de esperanças, crisálidas misteriosas e pulcras dos ansiados dias de amanhã, – crianças!” (MILANO, 1935, p. 233).

Os textos consultados indicam que a preocupação das autoridades políticas com a formação cívica das novas gerações era compartilhada e externada por intelectuais do período, especialmente por aqueles alinhados ao regime. Formação que, segundo Nóbrega de Siqueira, deveria iniciar-se na mais tenra infância. No livro *Canto ao Brasil Novo* (1939, p. 39), o amor à pátria é apresentado como prioridade de um pai brasileiro na educação de seu filho ainda por nascer:

*Quando ele nascer... (Ele será um menino!)
Quando ele nascer... (Como eu serei feliz!)
Eu hei-de lhe ensinar, mesmo de pequenino
a adorar meu Brasil, a amar meu país!*

O texto expressa a ideia compartilhada por ideólogos do regime de que a formação cívica dos jovens deveria ter início ainda no seio da família, célula primordial da nação. Segundo o Artigo 125 da Carta de 1937, a educação integral dos filhos era dever e direito dos pais, cabendo ao Estado “facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular”. Na poesia intitulada *Juventude*, Siqueira retrata a criança brasileira, agora em idade escolar, integrada à mobilização cívica da juventude promovida pelo Estado:

*É com profunda e santa exaltação
que vejo desfilar a juventude!
Ela é a alma vibrante da nação,
plasmada no civismo e na virtude.*

*Ninguém duvida! Não! Ninguém se ilude:
ela traz o Brasil no coração.
E saberá vencer destino rude,
como o não soube minha geração!*

*Inteligente, estudiosa, ordeira,
tendo por lema o lema da bandeira
e amando seu torrão com amor profundo...*

*A juventude, que proclamo e exalto,
há-de elevar nosso Brasil bem alto,
dando-lhe altar no coração do mundo!*

(SIQUEIRA, 1939, pp. 23/24)

A “juventude”, no discurso autorizado, representava um ideal no qual todos os jovens e crianças do país deveriam enquadrar-se, um modelo de juventude patriota, ordeira, disciplinada, robusta, homogênea e coesa, papel a ser desempenhado por escolares de todo o país nas encenações cívicas orquestradas pelo regime. Vargas usava os termos “juventude” e “mocidade” em seus discursos da mesma forma generalizadora em que se dirigia à massa de “trabalhadores do Brasil”.



Figura 23 - Vargas recebe a visita de colegiais no Palácio Guanabara enquanto convalesce do acidente automobilístico que sofreu em 1.º de maio de 1942.

Fonte: Getúlio Vargas. VARGAS, 2011, p. 784.

Segundo Parada, o complexo cerimonial associado ao calendário cívico transformava as multidões em personagens reconhecidos e gerenciados em seus interesses e suas paixões: trabalhadores, estudantes, soldados etc. (2009, p. 116). Como recurso político, essa idealização da juventude foi utilizada exaustivamente pela máquina de propaganda estatal como emblema do “Brasil novo” e da promessa de um futuro próspero. A imagem de Vargas junto a jovens escolares é frequente na iconografia produzida e divulgada pelo DIP. O suposto vínculo estabelecido entre a juventude e a figura do chefe da nação é explicado no livro de Bernardino Victoy Costa *Vargas, a Mocidade e a Pátria*⁴⁹, assim intitulado segundo o autor

[...] porque a força irresistível do destino histórico tornou inseparáveis essas três expressões de brasilidade. Vargas, sendo a energia criadora da inteligência, é a mocidade no ideal e na luta; é a Pátria na sua aspiração de grandeza e de glória. A Mocidade, sendo a expressão pura e vigorosa do valor da raça, é o varguismo, no pensamento, no sentimento e na ação. A Pátria, sendo o motivo superior dos grandes ideais, é a mocidade na sua pureza interior; é Vargas, na sua sabedoria instintiva e misteriosa de governar com justiça paz e amor. (COSTA, 1951. p. 31)

No ideário varguista, sugere o texto, a figura do líder e a juventude são “expressões de brasilidade” inseparáveis, formando um elo temporal entre o passado e o futuro da nação. Se a juventude representava o futuro, Vargas, na condição de “vulto vivo” da história, associava-se aos grandes heróis da história nacional, ligando o período ao passado mítico da nação. No discurso de encerramento da Semana da Pátria e da Raça de 1938, pronunciado no Palácio Guanabara e transmitido pelo rádio a toda a nação, Vargas reforça o elo assumindo o papel de “herdeiro” dos grandes mortos construtores da nação brasileira:

O culto dos heróis e das glórias passadas não pode traduzir-se numa atitude de pura contemplação, de passividade estéril. Há de revestir, antes, a grandiosidade de um compromisso público, projetando diante de nós as figuras máximas da história pátria, a exigirem, pela memória dos seus feitos, que saibamos perpetuar-lhes o exemplo e manter o ritmo da prosperidade nacional. (2012, p. 385)

⁴⁹ Publicado pela primeira vez em 1945 e reeditado pela Editora Imprensa Nacional em 1951, com o acréscimo de dois novos capítulos.

O suposto vínculo entre o chefe da nação e as crianças brasileiras é difundido por meio da literatura direcionada ao público infanto-juvenil produzida pelo DIP ou sob os auspícios do órgão. O álbum *A Juventude no Estado Novo*, traz trechos de discursos do Presidente Vargas e ilustrações de cunho patriótico que sintetizam o caráter da formação cívica do regime (vide Figuras 16 e 22).

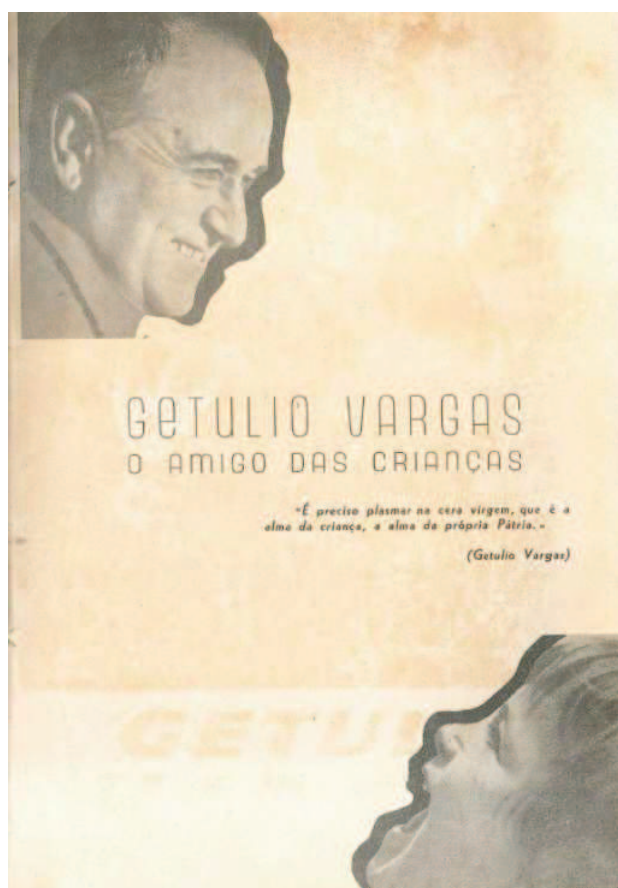


Figura 24 - “É preciso plasmar na cera virgem que é a alma da criança, a alma da própria Pátria.”
 Fonte: *Getúlio Vargas o amigo das crianças*, DIP, 1940.

Outras obras se dedicam a narrar a trajetória de vida do presidente, destacando as qualidades que já afloravam-lhe na infância: “Getúlio era bom estudante: dedicação ao estudo, pertinácia no cumprimento dos deveres, respeito aos mestres, espírito de ordem e de disciplina”, escreve Alfredo Barroso em *Getúlio Vargas para crianças* (1942), obra apresentada como “um roteiro para a Juventude Brasileira”. O texto, como outros do gênero, traça um perfil virtuoso do estudante Vargas que deveria servir como exemplo a todos os escolares brasileiros. Ainda segundo a obra, o “gauchinho” comandava

combates simulados na hora do recreio “tal como o jovem Napoleão Bonaparte na Escola de Brienne”, já demonstrando, dessa forma, predestinação a liderar (p. 12). Mesmo ocupando o cargo de chefe supremo da nação, mantém-se um homem simples e bom, que “nunca encontra, em seus passeios, uma criança, sem se deter para lhe dar uma palavra. Nas escolas que visita, as crianças saudam-no com ruído e emoção” (p. 98).

O “grande afeto” que o presidente nutria por todas as crianças brasileiras é um dos temas principais de *Getúlio Vargas, o amigo das crianças* (1940): “É proverbial a predileção do Presidente Getúlio Vargas pelas crianças. Ela constitui, sem dúvida, um dos traços marcantes de sua personalidade e não se limita à maneira acolhedora como as recebe nas ruas, nos jardins públicos ou onde quer que as encontre, mas se concretiza nas altas e generosas iniciativas com que as ampara” (p. 2). Publicado pelo DIP em novembro de 1940, o livro trata das realizações de Vargas em prol da infância e da juventude nacionais, como os então recém-fundados Departamento Nacional da Criança (DNCR) e Movimento Juventude Brasileira, e é fartamente ilustrado com fotos do presidente junto a crianças de diferentes raças e regiões do país. “Amando as crianças, ele faz desse amor um culto da Pátria, por cujo porvir trabalha, num largo plano de realizações fecundas. Em cada criança que afaga, ele vê o Brasil de amanhã [...]” (p. 3).



Figura 25 - Presidente Vargas recebe as homenagens do “mundo infantil” durante desfile em comemoração ao 5.º Aniversário do Estado Novo.
Fonte: Comemorações do Estado Nacional, 1942, s/n.

Durante as comemorações do 5º. aniversário de fundação do Estado Nacional, Vargas recebeu as homenagens do “mundo infantil”. Após revista às tropas, ouviu o Hino Nacional e canções patrióticas, entoados por um coro orfeônico formado por crianças das escolas públicas do Distrito Federal. Na escadaria do Palácio da Municipalidade, a menina Mirian Joppert de Moura, aluna da escola Francisco Cabrita, saudou o presidente em nome de todas as crianças brasileiras:

Sr. Presidente: Em nome de todas as crianças, venho, para bem de todas nós e do Brasil, desejar a V. Ex.^a muitas felicidades e muita saúde. Todas as crianças do Brasil gostam muito de V. Ex.^a e sabem que V. Ex.^a também lhes quer muito bem e nelas muito confia. Vemos sempre a fotografia de V. Ex.^a sorrindo entre as crianças e assim lhe desejamos sinceramente todas as felicidades que serão também a nossa felicidade. (COMEMORAÇÕES, 1942, p. 47)

Segundo relato no livro *Comemorações do Estado Nacional na voz das classes e na palavra do chefe* (1942), o momento foi uma “nota encantadora” em todo o programa cívico da efeméride. Após as palavras da menina, o chefe da nação “abraçou-a carinhosamente e disse ligeiras palavras de agradecimento e simpatia” (p. 45).

3.2 As comemorações do Sete de Setembro em Santos

As comemorações escolares da data nacional em Santos, durante a vigência do Estado Novo, podem ser divididas em dois períodos claramente distintos. Até a fundação do Movimento Juventude Brasileira, em março de 1940, o 7 de Setembro foi comemorado nas escolas, do mesmo modo que as outras datas cívicas, segundo instruções da Delegacia Regional de Ensino e com a ênfase devida à principal data do calendário cívico nacional. A partir de 1940, todavia, as comemorações da “data paradigma da nacionalidade” ganharam monumentalidade e complexidade, ampliadas a um conjunto de solenidades integradas na “Semana da Pátria”.

A estruturação da cultura cívica do Estado Novo, segundo Parada (2009), teve seu ápice nos anos de 1940 e 1941. No primeiro sábado ou domingo do mês de setembro, proclamado Dia da Juventude, toda a população

escolar do país deveria desfilar em homenagem ao aniversário da pátria. A participação na parada matinal do dia 7 era restrita às Forças Armadas. À tarde, era realizada, no estádio Vasco da Gama, a Hora da Independência, concentração cívica, com a participação de escolares da Capital Federal, na qual Vargas pronunciava discurso transmitido pelo rádio a toda a nação.

A primeira Parada da Juventude santista foi realizada em 1941, tornando-se o principal evento escolar em comemoração à data nacional. As sessões cívicas no dia 7 continuaram sendo obrigatórias em todas as escolas, mas passaram a um segundo plano. As atenções e esforços voltaram-se para o “grande espetáculo” que constituía o desfile escolar no fim de semana anterior à efeméride nacional.

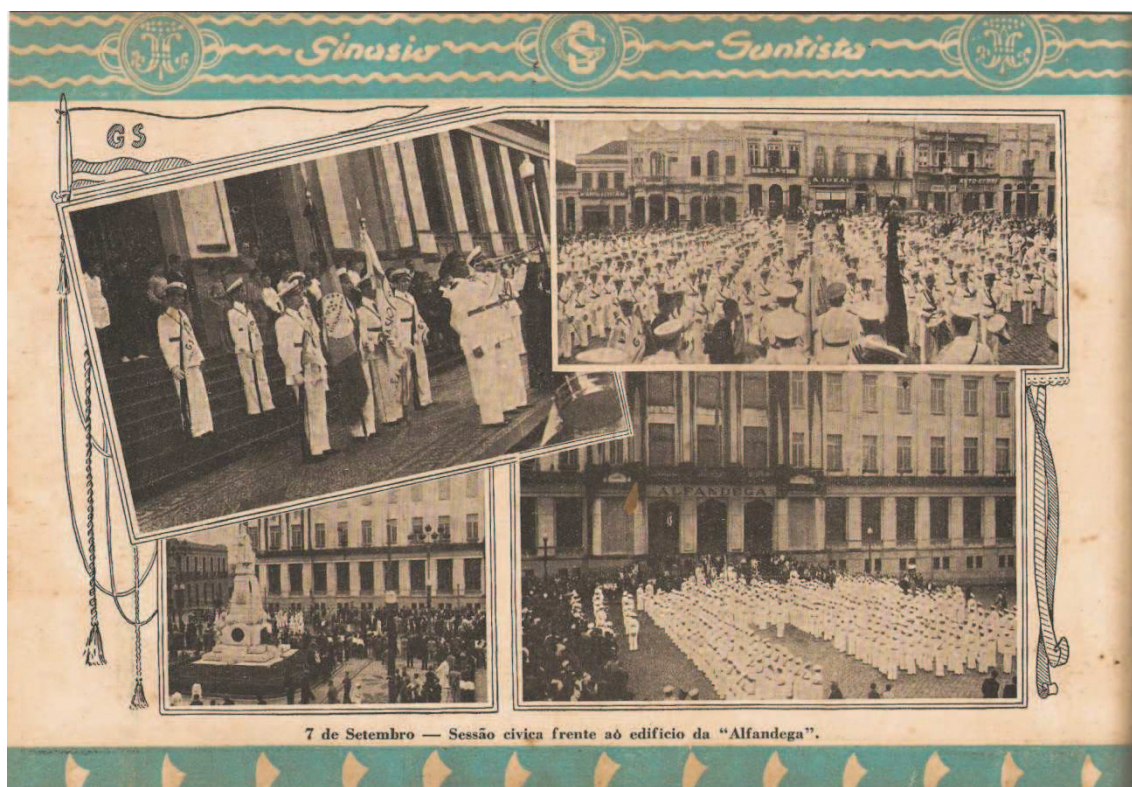


Figura 26 - Batalhão do Colégio Santista durante em sessão cívica em frente à sede da Alfândega em comemoração ao Dia da Pátria de 1938.
Fonte: *Ecos*, 1938, s/n.

Nos primeiros anos do regime, no entanto, as festas cívicas nas escolas eram o ápice das comemorações, consideradas merecedoras de grande esmero e dedicação em sua organização por parte de educadores e educandos.

Quadro 9

PROGRAMAS EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA PÁTRIA DE 1938			
Escola	Programa	Educadores citados	Obs.
Ginásio Santista	Desfile; ato cívico na Praça da República		Desfile c/ banda marcial e ciclistas
Ginásio do Estado	Voleibol (manhã); recitativos; canto orfeônico; canto; dança (noite)	Avelino Vieira (preleção)	Completo. Apr. não aludem à efeméride. Prática esportiva.
Liceu São Paulo	Apresentação da banda escolar; recitativos	Maria Rabello da Motta (preleção)	Completo. Parte das apresentações não alude à efeméride
I. Escolástica Rosa	Ato solene; desfile; visita ao Pantheon; programa esportivo (após às 14:00hs)	Cleóbulo Amazonas Duarte (preleção); Pedro Crescenti	Completo. Prática esportiva.
A. I. José Bonifácio	Recitativos; canto orfeônico	Álvaro da Cunha Parente (preleção); André Freire (paraninfo)	Completo. Formatura da E. I. M. na Pr. da República
Asilo de Órfãos	Recitativos; teatro; canto orfeônico	J. Maia	Completo. “Diálogo sobre a data”
G. E. Dino Bueno	Recitativos; canto orfeônico; “ginástica francesa”		Completo. Apr. não alude à efeméride. Prática esportiva
S. União Operária	Visita ao Pantheon (comitiva); recitativos; canto orfeônico; teatro		Completo. Algumas apr. não aludem à efeméride
Liceu Brasil	Recitativos; canto orfeônico	Theophilo Soledade (preleção)	Completo. Algumas apresentações não aludem à efeméride
Colégio São José	Recitativos; canto orfeônico; canto	Paulo Gomes Cardim (orador); Maria Rabello da Motta (preleção da aluna)	Completo. Algumas canções não aludem à efeméride
G. E. Cesário Bastos	Recitativos; canto orfeônico; “ginástica francesa”	Sylvia de Mello (preleção); Helena Gomes Escobar; Elmira do Valle e Silva	Completo. Prática esportiva
G. E. Barnabé	Recitativos; canto orfeônico; canto; ginástica		Completo. Prática esportiva
G. Luso-Brasileiro	Recitativos; canto orfeônico	Antônio Júlio Guimarães Sampaio (conferência)	Completo
G. E. Bartolomeu de Gusmão	Recitativos; canto orfeônico; ginástica; marcha militar; jogo de bola americana		Completo. P. esportiva por instruções do Dep. de Ed. Física
G. E. Azevedo Júnior	Recitativos; canto orfeônico; ginástica		Completo
G. E. V. São Leopoldo	Recitativos; canto orfeônico; ginástica		Completo. Prática esportiva
G. E. Marcílio Dias	Recitativos; canto orfeônico; ginástica; corridas e jogos diversos	Agenor L. de Assis (preleção)	Completo. Prática esportiva
Escola Paranapiacaba	Visita ao Pantheon dos Andradas (comitiva); desfile		Comitiva de 30 alunos
E. S. Trab. do Café	Recitativos		Completo
G. E. Braz Cubas	Recitativos; canto orfeônico; teatro; ginástica	José Olivar da Silva (preleção)	Completo
Escola Ítalo-Brasileira “A. Manzoni”	Recitativos; canto orfeônico; inauguração de retrato de Vargas	Delfino Stockler de Lima (orador)	Completo. Presença de representantes do governo italiano
G. E. Fraternidade	Recitativos; canto orfeônico		

Fontes: *A Tribuna*, 7 set. 1938, p. 6; *A Tribuna*, 8 set. 1938, contracapa.

Nota: Elaborado pelo autor.

No Dia da Pátria de 1938, 22 instituições de ensino informaram os programas completos de suas festividades na imprensa local (vide Quadro 9). Seguindo instrução do Departamento de Educação Física, todos os programas das escolas estaduais contaram com uma parte dedicada à prática esportiva. Os estabelecimentos de ensino municipais seguiram o seguinte programa organizado pela Inspetoria da Instrução Municipal:

- 1.º - Hino da Independência.
- 2.º - Preleção sobre a data, feita por uma professora designada pelo inspetor.
- 3.º - Recitação de versos sobre a data.
- 4.º - Hino Nacional, cantado pelos alunos.

O batalhão do Ginásio Santista, com seu efetivo completo, desfilou por várias ruas do centro da cidade até a Praça da República, onde participou de uma sessão cívica diante do edifício da Alfândega (*A TRIBUNA*, 07 set. 1938, p. 6). O recém-formado batalhão escolar “Duque de Caxias”, do Liceu São Paulo, com sua banda marcial, desfilou “corretamente fardado” pela primeira vez por ruas da cidade. José Ubeira Pereira Franco, presidente do Centro dos Estudantes de Santos dirigiu-se em pronunciamento “à mocidade estudiosa de Santos” em um programa cívico transmitido pela Rádio Atlântica.

Entre os recitativos apresentados por alunos nas sessões cívicas, naquele ano, vários não aludiam à efeméride. As poesias *Os amiguinhos da bicicleta* e *Minha Boneca*, títulos que sugerem uma temática infantil sem relação com o culto cívico, foram declamadas na Sociedade União Operária. O programa do Ginásio do Estado contava com números de sapateado e “dança árabe” (*A TRIBUNA*, 07 set. 1938, p. 6). Estas apresentações, assim como outras já mencionadas, levaram a Delegacia Regional de Ensino a intervir, em 1939, em nome da solenidade nas comemorações das datas cívicas.

Naquele ano, os programas elaborados pelas escolas já não apresentaram mais declamações que não aludissem à data, números de dança ou canto popular (vide Quadro 10), em obediência às instruções para as comemorações do Dia da Pátria emitidas pela Delegacia Regional de Ensino:

A data do 7 de Setembro, “Dia da Pátria”, será condignamente comemorada em todos os grupos escolares e escolas isoladas das zonas urbana e rural, a Divisão de Educação determinou a execução do seguinte programa: Hoje: a) Reunidas todas as classes, será cantado o Hino Nacional; b) preleção sobre a data; c) declamação de poesias alusivas a 7 de Setembro; d) Hino da Independência. (A *TRIBUNA*, 06 set. 1939, p. 8)

Quadro 10

PROGRAMAS EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA PÁTRIA DE 1939			
Escola	Programa	Educadores citados	Obs.
G. Luso-Brasileiro	Recitativos; canto orfeônico	Maurino Joffily; Edú Brancato (preleção)	Lista alunos que se apresentaram. Preleção por ex-aluno
G. E. Cesário Bastos	Recitativos; canto orfeônico; bola ao cesto	Gilda Leite de Arruda (preleção)	Completo. Prática esportiva.
S. União Operária	Recitativos; canto orfeônico; visita ao Pantheon (comitiva)	Clotildes de Campos Cunha; André Gomes	Completo
G. Santista	Marcha; recitativos; canto orfeônico; secção cinematográfica; visita ao Pantheon (comitiva)		Completo.
E. Barnabé	Recitativos; canto orfeônico; ginástica	Agnello Pereira; Sylvia Freire Gomes (preleção)	Prática esportiva.
G. E. Bartolomeu de Gusmão	Recitativos; canto orfeônico; ginástica; bola ao cesto		Completo. Preleção p/ “diretor”. Prática esportiva.
G. E. Marcílio Dias (Guarujá)	Recitativos; canto orfeônico; ginástica; bola ao cesto		Completo. Prática esportiva
G. E. Braz Cubas	Recitativos; canto orfeônico; jogos esportivos		Completo. Prática esportiva
Asilo de Órfãos	Recitativos; canto orfeônico		Completo.
G. do Estado	Sessão cívica		
G. E. Azevedo Junior	Recitativos; canto orfeônico; ginástica (2ª parte)	Sarah P. Barreto (preleção)	Completo. Prática esportiva.
A. I. José Bonifácio	Recitativos	Cleóbulo Amazonas Duarte (preleção)	Recitação pela aluna normalista Cleyde Becker Yaconis
Colégio São José	Recitativos; canto orfeônico; jogos esportivos	Paulo Gomes Cardim (preleção); Adelina Mazagão Alcovér; Zulmira de Almeida Lambert	Prática esportiva
E. Maria Imaculada	Recitativos; canto orfeônico		
A. Feminina Santista	Recitativos; canto orfeônico; jogos esportivos	Cleóbulo Amazonas Duarte (preleção)	Completo. Prática esportiva.
G. Tarquínio Silva		José Oliveira Lopes; Frederico Greco (preleção)	Completo.
G. E. V. São Leopoldo	Inauguração de retratos de patronos das salas de aula; recitativos; canto orfeônico		Completo.
Liceu Brasil	Recitativos; canto orfeônico		Completo.
E. N. Santo Inácio	Recitativos; canto orfeônico		Escola noturna.
Liceu São Paulo	Marcha até o Pantheon dos Andradas	Carlos de Araújo (preleção)	Completo.

Fontes: A *TRIBUNA*, 7 set. 1939, p. 5; A *TRIBUNA*, 8 set. 1939, contracapa.

Nota: Elaborado pelo autor.

Uma comissão de alunos representando as escolas municipais, acompanhada pelos professores Stockler de Lima, Sylvio Julião (inspetor escolar) e pelas professoras auxiliares da Divisão de Educação Alzira Martins Lichti e Maria Helena Esteves Martins, participou de visita oficial ao Pantheon dos Andradas; onde, na presença do Prefeito Municipal, depositou no túmulo de José Bonifácio uma coroa de flores com os dizeres: “Ao Patriarca da Independência, homenagem da Prefeitura Municipal” (*A TRIBUNA*, 06 set. 1939, p. 8).

Como no ano anterior, as escolas estaduais incluíram práticas esportivas em seus programas comemorativos seguindo instrução do Departamento de Educação Física. As diferenças entre programas elaborados por diferentes instituições, no entanto, demonstram que as instruções emitidas pelos órgãos de ensino davam margem a diferentes interpretações, algumas mais alinhadas com a ideologia expressa do regime do que outras. Tomemos como exemplo as atividades programadas para a “parte esportiva” dos programas comemorativos do Dia da Pátria de dois grupos escolares estaduais:

G. E. Azevedo Junior

2.^a parte – Ginástica – 1, Flexionamento dos braços em posição assimétrica; 2, flexões (4 tempos); 3, Rotação: do tronco, afastamento lateral e mãos em arco sobre a cabeça; 4, de ordem: marcar passos; 5, de equilíbrio, afastamento e extensão dos braços; 6, marcha; 7, respiratório, com extensão lateral dos braços; 8, combinados: flexionando os joelhos com extensão das pernas (8 tempos); 9, jogo; o pirolito; 10, encerramento. (*A TRIBUNA*, 07 set. 1939, p. 5)

G. E. Marcílio Dias

Segunda parte – Bola expressa, 1.^o ano “A”, masculino; Corrida das bandeirinhas, 2.^o ano “B”; Bola atrás, 1.^o ano misto; Bola ao cesto, 3.^o e 4.^o anos misto; Bola americana, 3.^o e 4.^o anos misto; Barra bola, 2.^o e 3.^o anos misto x 3.^o e 4.^o anos misto. (*Idem*, 07 set. 1939, p. 5)

Enquanto o primeiro programa pode ser interpretado como uma demonstração de destreza física em sintonia com ideais eugênicos da época, o segundo é constituído por atividades lúdicas bem mais ao gosto de crianças e adolescentes.



Figura 27 - Alunas assistem à solenidade no auditório do Ginásio do Estado em comemoração ao Dia da Pátria de 1939.
Fonte: *A Tribuna*, 8 set. 1939, contracapa.

Gama similar pode ser constatada na “parte cívica” dos programas comemorativos. Enquanto algumas instituições ofereciam breves preleções, geralmente por um professor da instituição, e um extenso programa de recitativos, dando assim oportunidade de participação a um grande número de alunos; outras programavam longas preleções por mais de um orador, incluindo algum nome “de peso” convidado especialmente para a ocasião, e apresentando, em obediência às instruções da Delegacia de Ensino, recitativos por um grupo seletivo de alunos “premiados” por seu desempenho excepcional.

O melhor exemplo de instituição do segundo tipo na cidade é a Associação Instrutiva José Bonifácio. Seus programas comemorativos eram sempre os mais solenes, contando com a participação de autoridades civis, militares e eclesiásticas do município. Frequentemente, seus alunos proferiam “discursos” no lugar dos tradicionais “recitativos”. Nas comemorações de 1939, todo o corpo discente foi representado apenas por uma aluna da Escola Normal, uma aluna do Ginásio (a futura atriz Cleide Becker Yáconis) e um aluno do Curso Comercial.

O caráter solene das comemorações reflete o alinhamento ideológico da instituição e suas principais figuras com o regime, evidenciado em três telegramas enviados e publicados na imprensa local⁵⁰, por ocasião do aniversário do Presidente Vargas, em abril de 1940:

A Associação Instrutiva “José Bonifácio”, pioneira ensino terra santista, felicita v. ex.^a Pela grande data do seu natalício, fazendo ardentes votos pela saúde e felicidade pessoal de v. ex.^a Para benefício do Brasil integrado Estado Novo. – (a.) Dr. Cesar de Castro Rios, presidente.

Mocidade brasileira integrada Estado Novo, estudantes, professores Escola Normal “José Bonifácio”, felicitam efusivamente v. ex.^a. Transcurso seu natalício. – (a.) Prof. Antonio Eberle dos Santos, diretor.

Interpretando sentir mocidade santista integrada patriótica instituição “Juventude Brasileira”, fundada por mim nesta cidade, anexa Associação Instrutiva “José Bonifácio”, venho apresentar dia vosso natalício, mais sinceros votos congratulações justamente momento vossa vida mais necessária felicidade e grandeza Pátria comum. – (a.) Prof. André Freire, presidente.



Figura 28 - Imagens de sessão cívica no Ginásio Santista em comemoração ao Dia da Pátria de 1940.

Fonte: *Ecos*, 1940, s/n.

⁵⁰ A reprodução de telegramas enviados por ocasião do aniversário do Presidente Vargas, em abril de 1940 constitui o Anexo 14.

Se as comemorações cívicas da Associação Instrutiva José Bonifácio destacavam-se pela solenidade, as comemorações organizadas pelo Colégio Santista se sobressaíam em termos de visibilidade. Seu batalhão, que contava com grupo de ciclistas e banda marcial, desfilava várias vezes ao ano e participava de vários eventos cívicos e religiosos fora da escola. Nas datas cívicas, todo o corpo discente usava seu chamativo uniforme de gala branco. O ginásio contava também com uma orquestra que se apresentava em datas festivas (vide Figuras 28 e 29).



Figura 29 - Imagens de audição da orquestra do Ginásio Santista durante as comemorações do 7 de Setembro de 1940.
Fonte: *Ecos*, 1940.

No dia 4 de setembro de 1940, teve lugar, no Rio de Janeiro, a 1.^a Formatura da Juventude Brasileira, maior desfile escolar realizado até então no país, que contou com a apresentação de um coro orfeônico composto por 4.000 mil escolares do Distrito Federal, sob a regência do maestro Villa-Lobos. Era intenção do Governo Federal que, já naquele ano, o exemplo fosse seguido por toda a população escolar do país, no que Capanema chamou de “sincronismo milagroso”. Na capital do estado, o exemplo foi seguido e 20.000

escolares, segundo estimativa publicada no jornal *Folha da Manhã*, desfilaram pelas principais avenidas do centro de São Paulo.

Em Santos, no entanto, o primeiro desfile da Juventude Brasileira só ocorreria no ano seguinte. “A exemplo dos anos anteriores, a data de 7 de Setembro [...] será festivamente comemorada nesta cidade, como em todo o território nacional. Os festejos desde já estão sendo organizados, por determinação dos altos poderes do país” (*A TRIBUNA*, 03 set. 1940, p. 2). O principal evento programado para as comemorações de 1940 foi uma concentração escolar no campo do Santos F. C., adiada *sine die* devido a condições meteorológicas adversas.



Figura 30 - Maestro Luis Gomes Cruz e componentes do Orfeão do Colégio Coração de Maria durante programa cívico nos estúdios da Rádio Atlântica.
Fonte: *A Tribuna*, 8 set. 1940, capa.

O mau tempo não atrapalhou a série de palestras cívicas transmitidas pela Rádio Atlântica sob o patrocínio da Cruzada Nacional de Educação. Várias instituições de ensino locais contribuíram à programação com apresentações artísticas e alocuções.

Assim como nas comemorações do Dia da Bandeira, os programas escolares em comemoração ao Dia da Pátria tornam-se, a partir de 1940, cada vez mais similares e sucintos (vide Quadros 11 a 15). A importância atribuída à efeméride e o controle rígido exercido sobre as festividades pelas autoridades

do ensino garantiram que estas ocorressem em todas as escolas de forma ritual e solene, sem o caráter “festivo” e “excepcional” que apresentavam nos primeiros anos do regime.

Quadro 11

PROGRAMAS EM COMEMORAÇÃO À SEMANA DA PÁTRIA DE 1940			
Escola	Programa	Educadores citados	Obs.
G. do Estado	Conferência; canto orfeônico		“Cascata de riso” pelo orfeão
C. N. S. Carmo	Visita ao Pantheon; jogos esportivos	Luis Gomes Cruz (orador)	
G. E. Marcílio Dias (Guarujá)	Recitativos; jogos esportivos		
C. Coração de Maria	Apresentação de programa cívico-artístico na Rádio Atlântica		

Fontes: *A TRIBUNA*, 3 set. 1940, p. 2; *A TRIBUNA*, 8 set. 1940, p. 6.

Nota: Elaborado pelo autor.

Quadro 12

PROGRAMAS EM COMEMORAÇÃO À SEMANA DA PÁTRIA DE 1941			
Escola	Programa	Educadores citados	Obs.
Ginásio Santista	Comparecimento à missa e juramento à bandeira		Transporte em “bondes especiais”
G. E. Cesário Bastos	Preleção; recitativos		Preleção pelo diretor
G. E. Barnabé	Preleção; recitativos		
G. E. Bartolomeu de Gusmão	Preleção; recitativos; canto orfeônico; ginástica; bola ao cesto		Preleção pelo diretor. Prática esportiva.
G. E. Braz Cubas	Preleção; recitativos; canto orfeônico		Preleção por “uma professora”
Inst. Educacional	Preleção; canto orfeônico	Darosa Ferreira (preleção)	Presença de “Altas autoridades do ensino”
G. E. Treze de Maio	Preleção; recitativos		Preleção pelo diretor.
G. E. Marcílio Dias (Guarujá)	Hasteamento da bandeira; preleção; recitativos		
E. União Operária	Preleção; recitativos	Júlia Pinto de Oliveira (preleção)	
Asilo de Órfãos	Benção e hasteamento da bandeira; preleção; recitativos	Victor de Lamare (preleção)	Bandeira confeccionada pelas educandas
Instituto Musical Santa Cecília	Apresentações “litero-musicais”		
Liceu Brasil	Hasteamento da bandeira; preleção; recitativos	Teophilo Mendes Soledade (preleção)	
G. Luso-Brasileiro	Sessão solene	Gervásio Bonavides; Edú Brancato (orador)	Em comemoração ao Dia da Juventude e ao 7 de Setembro
A. I. José Bonifácio	Recitativos; canto orfeônico		Realizada em 06/09
Externato Santa Cruz	Apresentações musicais; recitações; pugilismo		Repertório musical não alude à efeméride

Fontes: *O Diário*, 9 set. 1941, contracapa; *A Tribuna*, 7 set. 1941, p. 3.

Nota: Elaborado pelo autor.

Quadro 13

PROGRAMAS EM COMEMORAÇÃO À SEMANA DA PÁTRIA DE 1942			
Escola	Programa	Educadores citados	Obs.
G. Luso-Brasileiro	Sessão solene	Maurino Jofili; Gervásio Bonavides; Edu Brancato (preleção)	Realizado em 04/09
E. União Operária	Canto orfeônico	Ranulfo Bento de Amorim (preleção)	Realizado em 04/09
G. E. Barnabé	Preleção; recitativos; inauguração da campanha dos metais usados		Realizado em 04/09. Preleção pelo diretor.
A. I. José Bonifácio	Hasteamento da bandeira; preleção; recitativos; canto orfeônico	Cleóbulo Amazonas Duarte (preleção)	Realizado em 07/09

Fontes: *A Tribuna*, 6 set. 1942, p. 2; *A Tribuna*, 8 set. 1942, p. 3.

Nota: Elaborado pelo autor.

Quadro 14

PROGRAMAS EM COMEMORAÇÃO À SEMANA DA PÁTRIA DE 1943			
Escola	Programa	Educadores citados	Obs.
G. E. Cidade de Santos	Preleção; recitativos	Maria de Lurdes Viana (preleção)	
G. E. Auxiliadora da Instrução	Preleção; recitativos		
G. E. Lurdes Ortiz	Preleção; recitativos; canto orfeônico; etc.		Uso de "etc."
G. E. Martins Fontes	Preleção; recitativos		
G. E. Olavo Bilac	Preleção; recitativos		
P. I. P. Getúlio Vargas	Recitativos; canto	Zeferina Lameira	Parque infantil
G. E. Barnabé	Preleções; recitativos; canto orfeônico		
A. I. José Bonifácio	Preleção; recitativos; canto orfeônico; desfile; visita ao Pantheon	André Freire; Castro Rios; Álvaro Parente	Única instituição a fornecer o programa completo
Ginásio do Estado	Visita ao Pantheon		
G. E. Braz Cubas	Recitativos		
S. União Operária	Recitativos; canto orfeônico		
Asilo de Órfãos	Preleção; recitativos; canto orfeônico	Irmã Yeda (preleção)	Apresentação de "diálogos"
G. E. Dino Bueno	Preleções; recitativos; canto orfeônico		Apresentação de "monólogos" e "duetos"
G. E. V. São Leopoldo	"programa alusivo à efeméride"		
Instituto Educacional	Visita de comitiva ao Pantheon	Hercília D. Rodrigues; Sebastião Gonçalves Leite (preleção)	Realizada 06/09
G. E. Cesário Bastos	Preleções; recitativos; etc.		Uso de "etc."
G. E. de Cubatão	Alocuções; recitativos; canto orfeônico; etc.		Uso de "etc."
G. E. Treze de Maio	"programa alusivo à efeméride"		
Liceu Brasil	Preleção; recitativos; canto orfeônico		

Fonte: *A Tribuna*, 7 set. 1943, p. 3.

Nota: Elaborado pelo autor.

Quadro 15

PROGRAMAS EM COMEMORAÇÃO À SEMANA DA PÁTRIA DE 1944			
Escola	Programa	Educadores citados	Obs.
A. I. José Bonifácio	Preleção; recitativos; canto orfeônico	Josefina da Silva Carvalho (orfeão)	
Escola Primária de Corte e Costura e Artes Aplicadas do Sind. dos Operários nos Serv. Portuários	Preleção; recitativos; canto orfeônico; desfile; visita ao Pantheon		Preleção pelo diretor
Escola Portuguesa	Preleção; recitativos; canto orfeônico		Preleção pelo diretor
S. União Operária	Recitativos; canto orfeônico		Convite aos familiares
G. E. Treze de Maio	Preleção; recitativos; canto orfeônico		Preleção pelo diretor
Liceu Brasil	Recitativos; canto orfeônico		
G. E. Bartolomeu de Gusmão	Preleção; recitativos; canto orfeônico; ginástica (F); bola ao cesto (M)		Preleção pelo diretor
G. E. Barnabé	Preleção; recitativos	Silvia Backeuser Guimarães (preleção)	
G. E. Cesário Bastos	Preleção; recitativos; canto orfeônico	Jandira de Oliveira Ferro (preleção)	
G. E. Visconde de São Leopoldo	Preleção; recitativos	Acirema de Oliveira Leite (preleção)	
G. E. de Cubatão	Preleção; recitativos; canto orfeônico		
Instituto Educacional	Recitativos	Ercília Rodrigues Dias	

Fonte: *A Tribuna*, 7 set. 1944, p. 3.

Nota: Elaborado pelo autor.

As instruções emitidas pela Delegacia Regional de Ensino e publicadas na Imprensa em 1943 pouco diferem das publicadas nos anos anteriores:

A exemplo dos anos anteriores, a data de hoje será brilhantemente comemorada nos estabelecimentos de ensino desta cidade, por determinação da Delegacia Regional de Ensino. Para assinalar a passagem da efeméride, que tão eloquentemente fala ao coração de todos os brasileiros, os diretores das nossas escolas organizaram interessantes programas, com preleções a propósito da data, recitativos pelos alunos e alunas, cantos orfeônicos etc., programas esses sempre iniciados com o Hino Nacional, em ordem a inculcar ainda mais no espírito da nossa mocidade escolar o amor à Pátria. (*TRIBUNA*, 07 set 1943, p. 3)

Nas sessões cívicas, as representações hegemônicas em relação a civismo/cidadania eram transmitidas às novas gerações em uma rotina de preleções, declamações, desfiles, visitas ao Pantheon, concertos orfeônicos, palestras radiofônicas, promovendo a “harmonia de sentimentos, de ideias e vontades” necessária à manutenção da ordem e ao progresso material da nação.

3.3 Os desfiles do Dia da Juventude em Santos

O Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de Março de 1940, tornou obrigatória a inscrição de todas as crianças e jovens matriculados em estabelecimentos de ensino do país na Juventude Brasileira, organização idealizada nos moldes de movimentos de juventude de regimes autoritários ou totalitários europeus prevista desde a fundação do Estado Novo brasileiro. A Carta Outorgada à nação em 1937 já dispunha sobre o tema, tornando a educação cívica obrigatória em todas as escolas primárias, normais e secundárias e prevendo a fundação de instituições destinadas a promover “a disciplina moral e o adestramento físico” de maneira a preparar a juventude “ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação” (Art. 132). Ao dispor sobre a família, a Carta colocava a infância e a juventude como “objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado” (Art. 127), responsável por “suprir as deficiências e lacunas da educação particular” (Art. 125).

A organização, no entanto, se descaracterizaria em um longo e conturbado processo de gestação e em função da aproximação política do país com os Estados Unidos da América no decorrer da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Despida de seu caráter paramilitar e independente, a Juventude Brasileira passaria a ter como principal objetivo “a formação da consciência patriótica através da educação cívica” (Art. 2º), e como principal atividade a organização de grandes formaturas públicas.

Em 1938, o Ministro da Justiça Francisco Campos, notório simpatizante do nazifascismo, apresentou ao Presidente Vargas um projeto de decreto-lei para a criação da Organização Nacional da Juventude (ONJ), organização miliciana já prevista na Carta Constitucional que ajudara a redigir e que pretendia controlar.

A década de 1930 foi fértil, em todo o mundo, de movimentos juvenis que traziam às ruas, em suas canções, bandeiras e marchas organizadas, uma ideia de dinamismo, fé, e participação social que pareciam simbolizar a força e a promessa dos regimes políticos que apoiaram e ajudaram a construir. [...] O projeto inicial da criação de uma Organização Nacional da Juventude com patrocínio governamental, gerado em 1938 no Ministério da Justiça na gestão de Francisco Campos, inspirava-se claramente nos modelos

européus, e tinha por objetivo formar uma organização paramilitar de mobilização. (SCHWARTZMAN *et alii*, 2000, p. 139)

O projeto da ONJ, no entanto, receberia duras críticas de figuras influentes do regime, como relata Horta em *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)* (1994). Alzira Vargas, filha do presidente, seria a primeira a criticá-lo como “obra de importação clandestina, traduzida das organizações europeias, sem a competente adaptação ao meio nacional”. Segundo ela, o caráter demasiado militar da organização constituiria um perigo, já que o governo não tinha “o objetivo de fabricar soldados, mas o de formar cidadãos” (VARGAS *apud* HORTA, p. 215). Os principais detratores do projeto, no entanto, seriam o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra e o Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema.

Dutra, em princípio favorável à criação de uma organização da juventude no país, opor-se-ia terminantemente ao caráter paramilitar da entidade alegando que a fragmentação do poder militar, proposta por Campos, enfraqueceria as Forças Armadas do país. Assim como a filha do presidente, o Ministro da Guerra não via com bons olhos a nítida inspiração do movimento em modelos estrangeiros e lembraria, em seu parecer sobre o projeto, da grande diferença entre a realidade social brasileira, extremamente heterogênea, e aquela dos países europeus. O analfabetismo, segundo ele, seria um grave problema a ser enfrentado antes que a formação cívica da juventude almejada pudesse concretizar-se.

As críticas do Ministro da Educação e Saúde seriam ainda mais veementes. Capanema afirmou que a divisão do trabalho de formação da juventude entre poderes paralelos geraria conflitos e sugeriu o enquadramento da população escolar já existente na organização. Os objetivos da ONJ, segundo ele, deveriam limitar-se à educação física, moral e cívica da juventude, legando às Forças Armadas todo tipo de instrução militar. Em seu parecer, o ministro também criticou a inspiração em modelos externos e denunciou as organizações juvenis da Alemanha, da Itália e da URSS como “órgãos políticos, entidades filiadas e incorporadas aos partidos únicos nacionais”. Elogiou, porém, as “finalidades singelas” da Mocidade Portuguesa

como organização, de cunho cívico-patriótico, vinculada à escola (1994, p. 221).

O projeto da ONJ foi arquivado, mas a ideia de se criar um movimento para a formação física, moral e cívica da juventude no país ganhou força. Coube então ao Ministro Capanema elaborar, durante todo o ano de 1939, um novo projeto de organização da juventude adequado à realidade brasileira e às diretrizes do regime. Após várias discussões, sempre arbitradas pelo Presidente Vargas, o Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de Março de 1940, fundou no país a Juventude Brasileira. À data, Capanema assim descreveu os propósitos da organização:

O objetivo do projeto é, não reunir a infância e a juventude de nosso país em uma organização nacional para efeito meramente festivo, mas criar os quadros e as condições, o ambiente espiritual, que permitam a toda essa infância e juventude receber uma educação cívica, moral e física verdadeiramente ativa. Uma educação que seja vida e força, que se traduza na formação de hábitos de disciplina mental e corporal, favoráveis ao desenvolvimento pleno, correto e útil da personalidade. (*FOLHA DA MANHÃ*, 09 mar. 1940, p. 3)

Em seu Artigo 22, o decreto-lei estipulava que se realizaria anualmente uma formatura geral da organização em comemoração à Independência, no primeiro sábado ou no primeiro domingo do mês de setembro.

Entre as comemorações da “semana da Pátria”, a Formatura da Juventude Brasileira ficará como uma hora nova de transfiguração cívica na consciência da Nação. Em todos os recantos do Brasil, das cidades mais distantes e humildes às metrópoles mais regorgitantes, quinhentos mil jovens, à mesma hora, como um sincronismo milagroso, reafirmarão o entusiasmo e a fé da mocidade na Pátria grande e forte que estamos criando. Será como se grande artéria se abrisse de Norte a sul do País, por onde desfilará a sua juventude, entre flâmulas e fanfarras, já agora congregada em um único ideal: a exaltação do Brasil. Atendendo ao pregão cívico do seu guia, os moços se organizam para enfrentar os problemas que a nós também impôs um mundo conturbado por conflitos de toda ordem. Organizam-se para construir, numa terra privilegiada de paz, para fazer de um futuro que apenas se delineia uma garantia de prosperidade. (*A TRIBUNA*, 01 set. 1940, p. 7)

O rígido controle dos meios de comunicação e o centralismo burocrático do regime garantiriam que o exemplo das celebrações cívicas na capital do país fosse seguido, em escalas distintas, nas capitais dos estados e demais

municípios da União. A cidade de Santos não ficou imune ao “surto” de fervor cívico que tomava conta do país e suas instituições educacionais celebraram o Dia da Juventude seguindo instruções da Delegacia Regional de Ensino. Antes de 1940, as comemorações do 7 de setembro já eram obrigatórias em todas as escolas do país. Grandes desfiles escolares ocorriam no Rio de Janeiro e nas capitais dos estados; em Santos, no entanto, a data cívica era quase sempre⁵¹ comemorada nas próprias escolas de forma bem mais modesta.

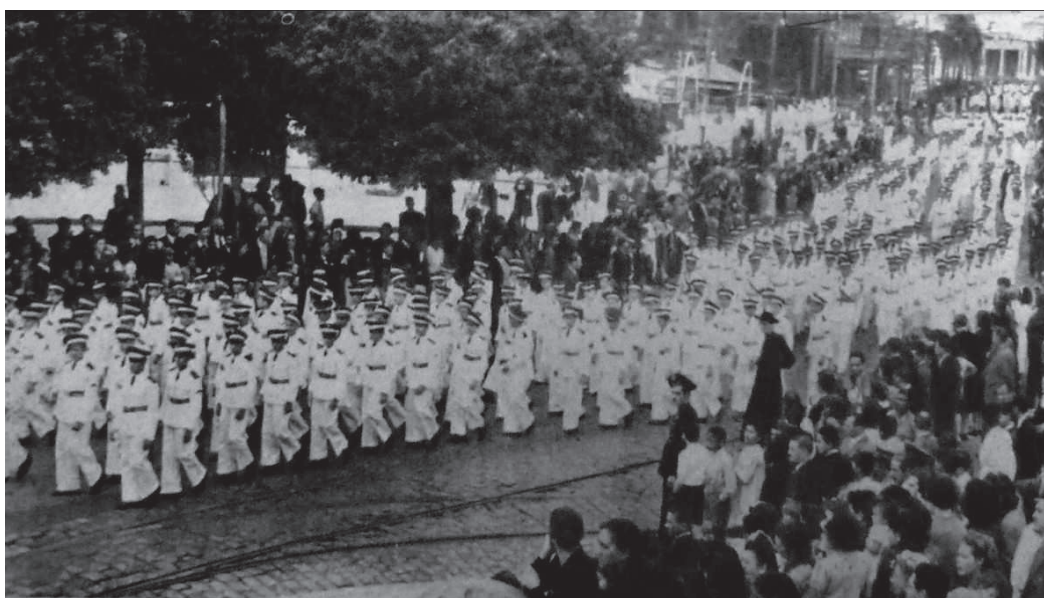


Figura 31 - Batalhão do Colégio Santista desfila diante do Monumento aos Andradas durante a 1.^a Parada da Juventude em Santos, realizada em 1941.

Fonte: *A Tribuna*, 6 set. 1941, contracapa.

A partir de 1940, todavia, as celebrações se tornariam bem mais elaboradas. No dia 16 de março, uma semana após a fundação da Juventude Brasileira, “perante um numeroso número de estudantes”, foi fundado um núcleo da organização em Santos, anexo à Associação de Alunos e Ex-alunos da Escola de Comércio José Bonifácio⁵². À frente da comissão organizadora, estavam os professores André Freire, João de Paula Martins Filho, Laerte Gonçalves e Waldemar Alfinito (*A TRIBUNA*, 17 mar. 1940, p. 5). O “sincronismo milagroso” mencionado no discurso oficial, todavia, não chegaria a Santos ainda naquele ano e a Independência do país seria comemorada, em 1940, nas próprias escolas como nos anos anteriores:

⁵¹ Desfiles e visitas ao Pantheon dos Andradas eram organizados por algumas escolas de forma independente.

⁵² A notícia da fundação da Juventude Brasileira em Santos constitui o Anexo 15.

A data máxima da nacionalidade será comemorada em todos os estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, no próprio dia, como preceitua o artigo 838 do Código de Educação, e com o maior brilhantismo possível, como é já tradição da nossa escola. Recomenda, pois, a Delegacia Regional de Ensino, obedecendo a determinações do Departamento de Educação, que se esforcem os diretores e professores, no sentido de dar às comemorações deste ano a mesma solenidade alcançada nos anteriores e, principalmente, para que as festas contem com o comparecimento não só dos alunos como dos pais e mais interessados na obra educativa da escola. (A *TRIBUNA*, 03 set. 1940, p. 2)

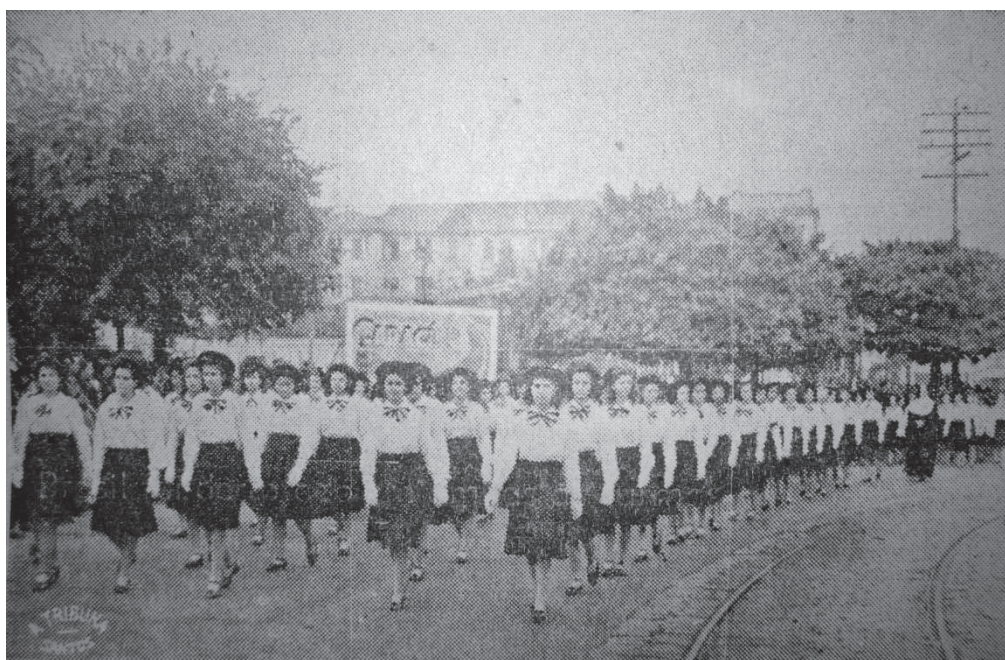


Figura 32 - Alunas do Colégio Coração de Maria desfilam na 1.^a Parada da Juventude em Santos, realizada em 1941.
Fonte: *A Tribuna*, 6 set. 1941, contracapa.

A ênfase dada ao caráter público das comemorações e à importância do comparecimento dos pais sugere que o objetivo do regime era, não somente a formação cívica dos escolares, mas a utilização das escolas como centros de “irradiação de civismo”. Com o intuito de ampliar ainda mais o público das comemorações, estas deixariam o confinamento nas escolas e tomariam as principais praças e avenidas da cidade. A primeira Parada da Juventude em Santos realizou-se no dia 5 de setembro de 1941, no bairro do Gonzaga, seguindo esquema semelhante à parada realizada na Capital Federal no ano anterior.

Realizar-se-á hoje às 9:30 horas [...] a formatura geral determinada pelo Governo Federal para comemorar a data da Independência Nacional. Os escolares que nela tomam parte, em número aproximado de 8.000 e pertencentes a escolas estaduais, municipais e particulares da cidade, desfilarão em continência ao Monumento dos Andradas, onde se encontrarão autoridades civis, militares e eclesiásticas especialmente convidadas. [...] A Delegacia distribuiu a cada estabelecimento participante minuciosas instruções escritas... (O DIÁRIO, 05 set. 1941, p. 5)

As *Instruções para a formatura da Juventude Brasileira de 1940*⁵³, publicadas pelo Ministério da Educação e Saúde, esclarecem a semelhança entre o esquema da formatura carioca e a santista. Por meio da Portaria Ministerial N.º 141, de 29 de julho de 1940, reproduzida no folheto, Gustavo Capanema designa a comissão responsável pela primeira formatura da Juventude Brasileira na Capital Federal, no dia 1.º de setembro, e da “concentração orfeônica” do Dia da Pátria, atribuindo à mesma comissão a tarefa de expedir instruções para a realização da formatura nos estados.

Quadro 16

ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO DA FORMATURA DE 1941	
Desembarque no Gonzaga	Prof. Sebastião Sílvio Julião
Desembarque no Miramar	Prof. Luís dos Santos Filho
1.º setor: da Av. Ana Costa à Rua Jorge Tibiriçá	Prof. Atagí de Melo Doin
2.º setor: da Rua Jorge Tibiriçá à Rua da Paz	Prof. Coriolano Young
3.º setor: da Rua da Paz à Rua Osvaldo cruz	Prof. Felício Masciotro
4.º setor: da Rua Osvaldo Cruz à Av. Siqueira Campos	Prof. João Severino Vilela
5.º setor: da Av. S. Campos à Rua Oswaldo Cochrane	Prof. Sérvulo Prates Ferreira
Recepção aos convidados	Prof. Pompílio Lemes de Souza
Posto médico na Farmácia Gonzaga	Dr. Manoel Tourinho
Posto médico na Colônia Marítima	Dr. Horácio Brandão

Fonte: O *Diário*, 05 set. 1941, p. 5.

Nota: Elaborado pelo autor.

Nas instruções para a formatura em Santos o trajeto a ser percorrido pelo cortejo estudantil foi dividido em setores, cuja coordenação ficaria a cargo de professores designados (vide Quadro 16). Dois outros professores seriam responsáveis pelos pontos de desembarque dos escolares enquanto um terceiro recepcionaria autoridades e outros convidados junto ao palanque armado na Praça da Independência. Dois postos médicos, em pontos

⁵³ Excertos das Instruções para a Formatura da Juventude Brasileira em 1940, na Capital Federal, constituem os Anexos 16, 17, 18 e 19.

diferentes do trajeto, estariam preparados para atender a possíveis emergências médicas.

Quadro 17

INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICIPANTES DA FORMATURA DE 1941		
Estaduais	Municipais	Particulares
Ginásio do Estado	G. E. Auxiliadora da Instrução	Asilo Anália Franco
G. E. Azevedo Júnior	G. E. Cidade de Santos	Asilo dos Órfãos
G. E. Barnabé	G. E. D. ^a Lourdes Ortiz	A. I. José Bonifácio
G. E. Bartolomeu de Gusmão	G. E. Martins Fontes	Casa de Nossa Senhora
G. E. Braz Cubas	G. E. Olavo Bilac	Colégio Alemão
G. E. Dr. Cesário Bastos		Colégio Anglo-Americano
G. E. Dino Bueno		Colégio Brasileiro
G. E. Treze de Maio		Ateneu Imaculado C. de Maria
G. E. V. de São Leopoldo		Colégio Independência
Inst. D. ^a Escolástica Rosa		Colégio São José
		Escola Alexandre Manzoni
		Escola Japonesa
		Escola Portuguesa
		Escola Progressiva
		Escola Santa Cecília
		Escola Sind. dos Trab. em Café
		U. B. Operários da Cia. Docas
		Externato Santa Teresa
		Ginásio Santista
		Ginásio Stela Maris
		Ginásio Tarquínio Silva
		G. E. Barão do Rio Branco
		G. E. Docas de Santos
		G. E. Fraternidade
		Instituto Educacional
		Liceu Feminino Santista
		Orfanato Santista
		Colégio Coração de Maria

Fonte: *O Diário*, 05 set. 1941, p. 5.

Nota: Elaborado pelo autor.

O esquema descrito acima seria repetido nos anos seguintes com pequenas alterações e com a participação de outros professores. O palanque das autoridades, localizado na Praça da Independência em 1941, seria erguido, nos anos seguintes, em frente à Fonte 9 de Julho (atual Praça das Bandeiras) na orla da praia. A lista de instituições de ensino participantes sofreria também poucas alterações (vide Quadro 17). A mais emblemática delas seria a exclusão do Colégio Alemão e da Escola Japonesa. Ambas as instituições seriam fechadas pelo Governo Federal após o rompimento de relações entre o Brasil e os países do Eixo, em 1942. Em junho de 1943, mais de 1.500 cidadãos de origem japonesa e alemã foram forçados a abandonar a região

litorânea rumo ao interior do estado. A medida, segundo o governo, visava à segurança da nação em guerra.

Em 1942, além do desfile no Dia da Juventude, comemorado no dia 29 de agosto, a Juventude Brasileira de Santos fez celebrar, no dia 1.º de setembro, uma grande missa campal nas escadarias do Paço Municipal pelo reestabelecimento da saúde do Presidente Vargas, que sofrera um acidente de automóvel após as comemorações de 1.º de maio. Ao ato, que contou com a apresentação de orfeões escolares e da Banda do Corpo Municipal de Bombeiros, foram convocados a comparecer todos os alunos de estabelecimentos de ensino do município. A celebração foi descrita pela imprensa como uma “apoteose de fé e civismo da juventude santista”. Em telegrama ao interventor federal no estado, Vargas expressou “profunda gratidão pela nobre e espontânea homenagem” (*A TRIBUNA*, 01 set. 1942, p. 2, capa).

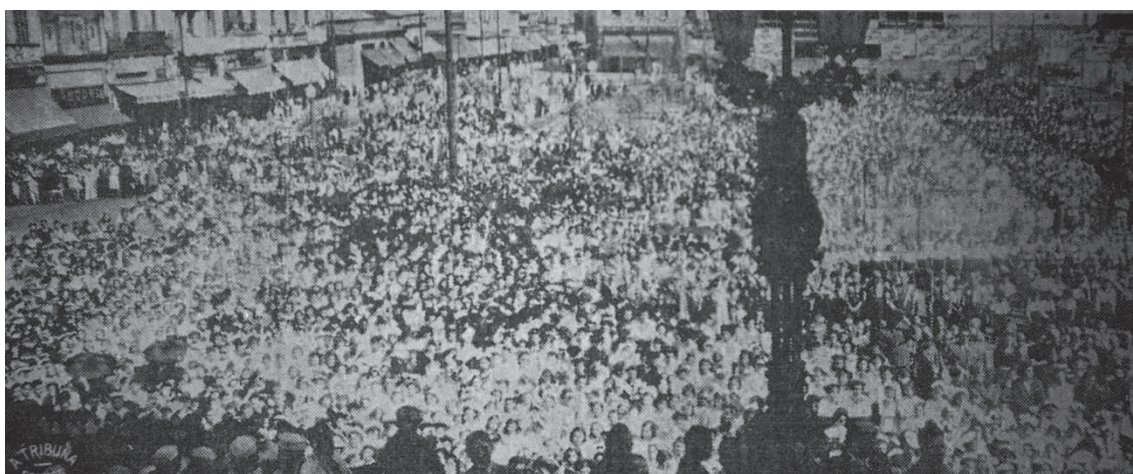


Figura 33 - Missa campal pelo reestabelecimento da saúde do Presidente Vargas celebrada a pedido da Juventude Brasileira na Praça Mauá.

Fonte: *A Tribuna*, 2 set. 1942, capa.

Além das formaturas realizadas durante as comemorações da Semana da Pátria, no mês de setembro, a Juventude Brasileira promovia também comemorações públicas no mês de abril. Adhemar de Barros, interventor federal em São Paulo, declarou o dia 19 de abril, aniversário do Presidente Getúlio Vargas, “Dia da Juventude Brasileira” em todo o território do estado⁵⁴.

⁵⁴ As recomendações da Delegacia Regional de Ensino para as comemorações do aniversário do Presidente Vargas nas escolas em 1941 constituem o Anexo 20.

Entre as justificativas por ele apresentadas, estavam demonstrar “admiração e a estima” ao chefe da nação por sua “brilhante atuação política em prol do povo e do engrandecimento do Brasil” e exaltar

[...] uma de suas mais notáveis e patrióticas realizações – aquela que organizou a juventude brasileira, com o objetivo de criar uma consciência nacional para a mocidade do Brasil, moldando-a à luz dos bons ensinamentos, para que, robustecida cívica e moralmente, possa desempenhar-se, amanhã, com pleno êxito, da tarefa de prosseguir na obra de reconstrução nacional do país e da defesa de suas tradições e soberania. (*A TRIBUNA*, 17 abr. 1941, p. 2)

No dia 18, a Delegacia Regional de Ensino fez publicar nos jornais locais recomendação do Departamento de Educação para que todas as escolas públicas e particulares do distrito promovessem, no dia 19, solenidades em que fossem “destacadas as virtudes cívicas do primeiro magistrado da Nação”, bem como suas “patrióticas realizações em todos os setores administrativos do país”. A “recomendação” seria seguida pelas escolas locais, entre 1941 e 1944, sendo prática comum a divulgação do programa de suas comemorações através da imprensa⁵⁵.



Figura 34 - Alunos do Ginásio do Carmo tomam parte do Desfile da Juventude de 1943.
Fonte: *Flama*, set. 1943, p. 16.

⁵⁵ Um convite público para missa celebrada em comemoração ao aniversário do Presidente Vargas em 1941, publicado em *A Tribuna*, constitui o Anexo 21.

Algumas instituições de ensino promoveriam desfiles escolares, como o Colégio Santista; outras tomariam parte em transmissões radiofônicas sobre a data. A grande maioria das comemorações, no entanto, ocorreria dentro das próprias escolas com programas compostos por preleções de professores e apresentações de alunos, além dos rituais imprescindíveis de hasteamento da bandeira e execução do Hino Nacional.

Nos anos que se seguiram à sua fundação, no entanto, os objetivos e a estrutura de funcionamento da Juventude Brasileira ainda confundiam a grande maioria dos educadores. O decreto-lei estabelecendo as bases da organização foi publicado em fevereiro de 1942 sem grandes consequências. O regimento da Direção Nacional da Juventude Brasileira seria aprovado somente em março de 1943.



Figura 35 - Aspecto do Desfile da Juventude durante as comemorações da Semana da Pátria de 1944.
Fonte: *A Tribuna*, 3 set. 1944, p. 5.

Simultaneamente, o rompimento das relações entre o Brasil e os países do Eixo e a subsequente entrada do país, em agosto de 1942, na Segunda Guerra Mundial junto às Nações Aliadas – resultado de pressão externa, por parte do governo estadunidense; e interna, por movimentos populares de repúdio ao torpedeamento de embarcações brasileiras – tornavam cada vez mais constrangedora a associação da organização de juventude brasileira com

suas similares italiana e alemã. Mesmo contando com a presença de um representante do Almirantado britânico e de observadores navais dos EUA, a formatura do Dia da Juventude de 1944 pouco diferiu das realizadas nos anos anteriores.

Ano a ano, o desfile da gente escolar de Santos ganha maior amplitude e beleza, marcando o acontecimento de brilho, pela ordem, disciplina, regularidade e ritmo de marcha. A cerimônia de ontem excedeu em organização, à dos anos anteriores, constituindo uma das mais imponentes e brilhantes manifestações cívicas já assistidas pelo nosso povo. Obedecendo rigorosamente às determinações fixadas, as diversas delegações escolares formaram-se ao longo das avenidas Vicente de Carvalho e Bartolomeu de Gusmão. E sem muito trabalho, devido à perfeita organização, a bela concentração de colegiais procedeu em ordem e regularidade. (*A TRIBUNA*, 03 set. 1944, p. 5)

Enquanto a Segunda Guerra se aproximava do fim, o desgaste do regime tornava-se evidente, apesar dos esforços do DIP. A repentina divulgação de ideias contrárias ao regime na imprensa, até então sob rígida censura, demonstra que seus mecanismos de controle perdiam eficácia enquanto a oposição se articulava. A Juventude Brasileira passaria, então, a ser abertamente criticada como símbolo do caráter autoritário do regime.

Esvaziada de suas pretensões iniciais, impedida de competir com as Forças Armadas na militarização da Sociedade, a Juventude Brasileira se limitaria, daí por diante, ao culto mais ou menos ritualístico das grandes datas nacionais, sem que ninguém por ela realmente se interessasse e tratasse de dar-lhe impulso. A entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados seria a pá de cal que levaria à extinção do projeto já natimorto de uma organização fascista da juventude no Brasil só prolongado um pouco mais pela inércia da burocracia. (SWARTZMAM *et alii*, 2000, p. 150)

Nos primeiros meses de 1945, o movimento por abertura e anistia política no país ganharia força e levaria ao esfacelamento do regime de Vargas. O aniversário do presidente, naquele ano, já não seria marcado por homenagens e comemorações públicas na cidade. As comemorações escolares na Semana da Pátria, no entanto, foram praticamente idênticas às realizadas nos anos anteriores. Como nos outros anos, os escolares desfilaram antes do dia 7, data reservada aos desfiles militares. O termo “juventude brasileira”, no entanto, foi evitado e o evento cívico foi rebatizado como “desfile

da juventude escolar”. A descrição do desfile na imprensa comprova a semelhança do evento com edições anteriores:

Alcançou pleno êxito, constituindo espetáculo de bela expressão cívica, o desfile da juventude escolar de Santos, realizado [...] como solenidade comemorativa da “Semana da Pátria”. Como nos outros anos, a organização da festividade escolar foi orientada pela Delegacia Regional de Ensino, assinalando magnífica demonstração de civismo, desenvolvendo-se em boa ordem e regularidade. Oito mil escolares, alunos de todos os estabelecimentos públicos e particulares da região participaram da imponente festividade de ontem, sendo as delegações vivamente aclamadas pelo povo. Ano a ano, o desfile da juventude escolar ganha maior expressão pelo vulto, organização e regularidade da marcha. (A TRIBUNA, 06 set. 1945, contracapa)

Uma análise comparativa entre *As Instruções para a formatura da Juventude Brasileira de 1940* e as *Instruções para a Formatura e Desfile Colegial de 1945*, ambas na Capital Federal, publicadas pelo Ministério da Educação e Saúde, revela que a única diferença relevante entre os eventos comemorativos é a ausência de referências à malfadada organização juvenil nacional nas instruções de 1945.



Figura 36 - Aspecto do “desfile da juventude escolar” durante as comemorações da Semana da Pátria de 1945.
Fonte: A Tribuna, 6 set. 1945, contracapa.

A Juventude Brasileira, enquanto instituição, nunca se concretizou devido à falta de consenso sobre o tema entre as lideranças do regime e, posteriormente, em função do alinhamento do país com as nações aliadas. No

mês de novembro de 1945, poucos dias após a deposição do Presidente Vargas, a Juventude Brasileira foi legalmente extinta no país. A tradição dos desfiles escolares em comemoração à data nacional brasileira, todavia, atravessou períodos democráticos e mais uma ditadura, perdurando, mesmo enfraquecida, até os nossos dias.

Considerações

As fontes consultadas indicam que o calendário cívico nacional e o complexo cerimonial a ele associado foram ferramentas cruciais no esforço de propaganda empreendido pelo Estado Novo (1937-1945). As mudanças introduzidas pelo regime tinham por objetivo demarcar o fim da instabilidade política que caracterizou a primeira metade da década de 1930 e o início de uma nova ordem social e política no país. O regime buscava a legitimação lançando mão de uma política cultural de massa capaz de criar uma nova memória coletiva sobre a nação e consolidar um sentido de pertencimento que unisse diferentes atores sociais em torno do novo projeto de nação. As práticas cívicas contribuiriam à pacificação das massas populares e a naturalização do regime autoritário, vinculando a fé católica, o amor à pátria e a sujeição à autoridade instituída.

Uma das principais características observadas nas comemorações do calendário cívico-escolar nacional foi a inconstância no destaque dado às diferentes efemérides, especialmente nos três primeiros anos do Estado Nacional. Nesse período, o governo privilegiou as comemorações especiais, de caráter espetacular, como o centenário do falecimento de José Bonifácio de Andrada e Silva (1938), Cinquentenário da Proclamação da República (1939) e o 10.º Aniversário da Revolução de 1930 (1940). A celebração do Dia da Bandeira, símbolo da união nacional, recebeu maior destaque nos anos de consolidação do regime, perdendo relevância e espaço nos meios de comunicação na década de 1940.

A partir de março de 1940, mês da fundação da organização Juventude Brasileira, intensificou-se o processo de estruturação e padronização das comemorações cívicas nas escolas do país. As Delegacias Regionais de

Ensino já atuavam no sentido de determinar um programa básico e de fiscalizar o caráter das festividades, reprimindo atividades consideradas inadequadas à solenidade do culto cívico. Contudo, as matérias publicadas na imprensa sugerem que as festas no espaço físico das escolas se tornaram mais uniformes e rotineiras na mesma proporção em que os desfiles e concentrações em vias públicas se tornaram mais frequentes, conferindo monumentalidade às comemorações. Se os programas comemorativos dos primeiros anos do regime sugerem que as instituições de ensino almejavam destacar-se por sua originalidade e esmero, na década de 1940, os programas de diferentes escolas tornam-se mais semelhantes entre si e parecem repetir-se ano a ano. A imprensa reforça a ideia de que as comemorações tornam-se uniformizadas e rotineiras publicando títulos e descrições extremamente semelhantes sobre as comemorações de uma mesma efeméride em diferentes anos.

Após a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942, a aliança estratégica com os Estados Unidos da América e o subsequente processo de americanização da cultura nacional levaram à comemoração nas escolas do Dia do Pan-Americanismo e do 4 de julho, data da independência da potência norte-americana. O processo de militarização da educação, que já ocorria desde 1937, intensificou-se. As comemorações de efemérides militares ganharam destaque e a presença de autoridades militares nas comemorações dentro das escolas tornou-se mais frequente.

A análise do *corpus* documental permitiu concluir que o centralismo burocrático e a eficácia da rede de comando instituída entre as diferentes instâncias responsáveis pela educação contribuíram para que a cultura cívica do Estado Novo se tornasse hegemônica nas instituições de ensino públicas e particulares de Santos. Os relatórios anuais da Delegacia Regional de Ensino e as instruções publicadas na imprensa local indicam que as comemorações cívicas em escolas públicas e privadas da cidade sofreram um rígido controle estatal intermediado pelo órgão, que impunha programas básicos para as festividades e fiscalizava o cumprimento das determinações de instâncias superiores.

O programa obrigatório imposto às instituições escolares era formado por três elementos básicos: execução do Hino Nacional e do hino relativo à efeméride (Hino à Bandeira, Hino da República, Hino da Independência etc.); preleção sobre a data por um professor, diretor, ou outra figura de autoridade; e apresentação de recitativos pelo corpo discente da instituição de ensino. A preleção, pela figura de autoridade, apresentava o discurso oficial que justificava a comemoração; as apresentações de alunos, invariavelmente reproduziam – em forma de música, teatro, prosa ou poesia – os argumentos apresentados na preleção, demonstrando a assimilação dos valores e ideais associados à efeméride. Segundo a praxe, as solenidades eram encerradas com algumas palavras do diretor.

Os programas comemorativos publicados nos jornais, no entanto, indicam que as instruções eram objeto de diferentes interpretações por parte das instituições de ensino. Diferiam em relação à solenidade, duração, originalidade, visibilidade e grau de participação dos alunos e da comunidade. A Associação Instrutiva José Bonifácio, que demonstrava alinhamento com o regime de Vargas⁵⁶, destacava-se pelo caráter solene de suas comemorações, que frequentemente contavam com a participação de autoridades civis, militares e eclesiásticas do município. O corpo discente da instituição fazia-se representar por um grupo seletivo de alunos que, geralmente, discursava sobre o significado da efeméride, e pelo orfeão.

O perfil socioeconômico das instituições também influía nos programas comemorativos. Escolas frequentadas pela elite, como o Colégio Santista, organizavam eventos mais elaborados, como desfiles e visitas a edifícios públicos, e exigiam o uso de uniformes de gala pelos alunos. Em instituições com menos recursos e frequentadas por alunos de nível socioeconômico inferior, os programas eram mais simples e alcançavam menor visibilidade. Foi constatado, entretanto, um crescendo geral em relação à formalidade e à monumentalidade dos eventos cívicos locais.

⁵⁶ A reprodução na imprensa de telegramas congratulatórios enviados a Vargas pela Associação constitui o Anexo 14.

A imprensa santista, seguindo as diretrizes do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), exerceu um papel fundamental no esforço de propaganda do regime, dedicando grande espaço à cobertura das comemorações oficiais das efemérides cívicas no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Santos e em outros municípios da região. A publicação do programa das comemorações cívicas das escolas locais, sua frequência, seu destaque, denotavam o prestígio do qual as diferentes instituições de ensino gozavam no município. Do mesmo modo, a publicação do nome dos alunos que se apresentavam nas festividades realizadas nas escolas denotava seu “bom desempenho” nos estudos e constituía uma espécie de “premiação” que recompensava aqueles que melhor correspondiam às expectativas dos educadores.

As práticas de formação cívica do Estado Novo tinham por objetivo ampliar o controle social e doutrinar a juventude, formando cidadãos aptos e dispostos a servir o Estado. Foram instituídas segundo representações vigentes em relação à juventude como “argila” amorfa a ser moldada segundo a conveniência econômica da nação. Instituídas segundo representações vigentes em relação a “povo” como massa inculta a ser “civilizada” por meio do trabalho.

Talvez resida aí o motivo de as práticas cívicas terem sobrevivido relativamente intactas à queda do regime estadonovista, em 1945. A ruptura política não significou uma mudança imediata nas representações sociais em relação a “povo”, “pátria” e “juventude”. A ditadura instaurada em 1964 ressuscitaria o patriotismo exacerbado característico do Estado Novo como ferramenta no esforço de propaganda do regime militar. Os desfiles cívico-escolares em comemoração à data nacional brasileira, que tiveram seu apogeu nas décadas de 1950, 1960 e 1970, perduram até os nossos dias.

No passado, as práticas cívicas nas escolas serviram aos propósitos descritos nesta dissertação. Muitas lacunas ainda se apresentam em relação ao papel das práticas cívicas na escola do século XXI. Serviriam elas como ferramenta na formação de indivíduos críticos e autônomos? O desafio está

lançado a estudos futuros sobre o tema. Que possam, estes, auxiliar a busca por soluções inovadoras aos problemas atuais da educação, desenvolvendo novas formas de construir cidadania e transmitir os valores adequados à construção de uma sociedade democrática e plural.

Referências e obras consultadas

Fontes primárias

Documentos oficiais:

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 10 de Novembro de 1937. *Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/constituiC3%A7ao37.htm. Acesso em 3 set. 2011.

_____. Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de Março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 2 set. 2011.

_____. Decreto-Lei nº 4.101, de 9 de Fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da Juventude Brasileira. *Senado Federal Subsecretaria de Informações*. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=14529&norma=29496>. Acesso em 3 set. 2011.

_____. Decreto-Lei nº 4.545, de 4 de Setembro de 1942. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, e dá outras providências. *Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4545impressao.htm. Acesso em 3 set. 2011.

_____. Decreto-Lei nº 5.045, de 5 de Dezembro de 1942. Fixa a organização da Direção Nacional de Juventude Brasileira e dá outras providências. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5045-5-dezembro-1942-415259-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 2 set. 2011.

_____. Decreto nº 12.100, de 25 de Março de 1943. Aprova o regimento da Direção Nacional da Juventude Brasileira. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12100-25-marco-1943-468205-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 3 set. 2011.

_____. Decreto nº 19.975, de 20 de Novembro de 1945. Revoga os Decretos nº 7.807, de 5 de setembro de 1941, e nº 12.100, de 25 de março de 1943. *Senado Federal, Subsecretaria de Informações*. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=3275>. Acesso em 3 set. 2011.

DIÁRIO OFICIAL da União (DOU). Distrito Federal, 20 nov. 1915. Disponível em JusBrasil. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1920414/dou-secao-1-21-11-1915-pg-6>. Acesso em 15 out. 2012.

VARGAS, Getúlio. *Discursos*. Rio de Janeiro: D. I. P., 1944.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Departamento Nacional de Educação Divisão de Educação Cívica. *Semana da Pátria - Instruções para a formatura da Juventude Brasileira em 1940*. Rio de Janeiro, 1940. CPDOC da FGV, GC 787.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Departamento Nacional de Educação – Divisão de Educação Cívica. *Semana da Pátria - Instruções para a formatura da Juventude Brasileira em 1944*. Rio de Janeiro, 1944. CPDOC da FGV, GC 674f.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Departamento Nacional de Educação – Divisão de Educação Cívica. *Semana da Pátria - Instruções para a formatura e desfile colegial de 1945*. Rio de Janeiro, 1944. CPDOC da FGV, GC 269.

SÃO PAULO (estado). Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. *Relatório anual da Delegacia Regional de Ensino de Santos referente ao ano letivo de 1938*. [Elaborado por Luiz Damasco Penna] 1939.

_____. Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. *Relatório anual da Delegacia Regional de Ensino de Santos referente ao ano letivo de 1939*. [Elaborado por Luiz Damasco Penna] 1940.

_____. Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. *Relatório anual da Delegacia Regional de Ensino de Santos referente ao ano letivo de 1940*. [Elaborado por Luiz Damasco Penna] 1941.

_____. Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. *Relatório anual da Delegacia Regional de Ensino de Santos referente ao ano letivo de 1943*. [Elaborado por Luiz Damasco Penna] 1944.

Periódicos:

A CAMPANHA da borracha em São Paulo. *A Tribuna*, Santos, 18 jul. 1943. p. 3.

A DATA de 10 de Novembro comemorada em Santos. *A Tribuna*, Santos, 8 nov. 1942. p. 4.

A JUVENTUDE Brasileira de Santos fará celebrar hoje uma grande missa campal na Praça Mauá. *A Tribuna*, Santos, 1 set. 1942. p. 2, capa.

ALCANÇARAM grandiosa significação as comemorações effectuadas em todo o país na data nacional de hontem. *A Tribuna*, Santos, 8 set. 1938. contracapa.

“A NAÇÃO está em marcha, e a marcha continuará incessante e firme” – Todo o país, em festa, comemora hoje o natalício do Presidente da República. *A Tribuna*, Santos, 19 abr. 1942. capa.

“A NAÇÃO está em marcha, e a marcha continuará incessante e firme” – As comemorações no interior, em São Paulo e na Capital Federal – Missa de ação de graças na Catedral de Santos - A data em nossas escolas. *A Tribuna*, Santos, 19 abr. 1942. contracapa.

ANIVERSÁRIO do Presidente Getúlio Vargas – Convite à população santista. *A Tribuna*, Santos, 18 abr. 1942. p. 3.

ANNIVERSARIO do Presidente Getulio Vargas – Convite. *A Tribuna*, 17 abr. 1941. capa.

AO POVO santista. *A Tribuna*, Santos, 26 jul. 1938. capa.

APOTEOSE de fé e civismo da juventude santista. *A Tribuna*, Santos, 2 set. 1942. capa.

APRESENTAÇÃO da Bandeira e Execução do Hino Nacional – Instruções que devem ser observadas para o uso dos símbolos da Pátria. *A Tribuna*, Santos, 3 set. 1943. p. 4.

AS COMEMORAÇÕES do aniversario do Presidente Getulio Vargas em Santos. *O Diário*, Santos, 20abr. 1941. p. 6.

AS COMEMORAÇÕES da “Semana da Pátria” em Santos. *O Diário*, Santos, 5 set. 1941. p. 5.

AS COMEMORAÇÕES do “Dia do Soldado”. *A Tribuna*, Santos, 26 ago. 1942. contracapa.

AS COMMEMORAÇÕES da data nacional de hoje. *A Tribuna*, Santos, 7 set. 1938. p. 6.

AS COMMEMORAÇÕES de hoje em honra ao Pavilhão Nacional. *A Tribuna*, Santos, 19 nov. 1938. contracapa.

AS COMMEMORAÇÕES do “Dia da Bandeira” em Santos. *A Tribuna*, Santos, 20 nov. 1940. p. 5.

AS COMMEMORAÇÕES do “Dia da Bandeira” em Santos. *O Diário*, Santos, 20 nov. 1940. p. 5.

AS COMMEMORAÇÕES do “Dia da Bandeira”. *A Tribuna*, Santos, 21 nov. 1939. contracapa.

AS COMMEMORAÇÕES do “Dia da Pátria” em Santos – Programas cívicos das escolas santistas, nas festividades da data da Independência do Brasil. *A Tribuna*, Santos, 7 set. 1939. p. 5.

AS COMMEMORAÇÕES do “Dia da Pátria”. *A Tribuna*, Santos, 3 set. 1940. p. 2.

AS COMMEMORAÇÕES do 1.º decennio do governo Getulio Vargas em Santos. *O Diário*, Santos, 12 nov. 1940. contracapa.

AS COMMEMORAÇÕES do cincoentenário da Proclamação da República. *A Tribuna*, Santos, 16 nov. 1939. contracapa, p. 5.

AS COMEMORAÇÕES do natalício do Presidente Vargas – Imponentes atos cívicos e patrióticos assinalarão, em todo o país, o transcurso do grato evento – as festividades em Santos. *A Tribuna*, Santos, 18 abr. 1943. p. 8.

AS HOMENAGENS prestadas em Santos à memória do Patriarcha. *Folha da Manhã*, São Paulo, 7 abr. 1938. Terceira seção, capa.

ASSOCIAÇÃO Instrutiva “José Bonifácio” – Comemoração do 5.º aniversário do Estado Novo. *A Tribuna*, Santos, 8 nov. 1942. p. 3.

BRILHANTEMENTE assinalado o “Dia da Juventude Brasileira”. *A Tribuna*, Santos, 6 set. 1941. contracapa.

BRILHANTEMENTE assinalado o “Dia da Pátria”. *A Tribuna*, Santos, 8 set. 1942. p. 3.

BRILHANTEMENTE comemorado o “Dia da Pátria”. *A Tribuna*, Santos, 8 set. 1940. capa, p. 6.

CAMPANHA da coleta da borracha usada. *A Tribuna*, Santos, 3 ago. 1943. p. 3.

COMEMORAÇÕES condignas assinalarão hoje a passagem da data da Independência. *A Tribuna*, Santos, 7 set. 1943. p. 3.

COMEMORA-SE hoje o “Dia do Soldado”. *A Tribuna*, Santos, 25 ago. 1942. contracapa.

COMEMORA-SE hoje o 5.º aniversário da Constituição de 10 de Novembro. *A Tribuna*, Santos, 10 nov. 1942. capa.

COMMEMORAÇÕES da “Semana da Pátria”. *A Tribuna*, Santos, 1 set. 1940. p. 7.

COMMEMORAÇÕES da “Semana da Pátria”. *A Tribuna*, Santos, 3 set. 1940. p. 2.

COMMEMORA-SE hoje, em todo o país, o “Dia da Bandeira”. *A Tribuna*, Santos, 19 nov. 1937. p. 3.

CONCURSOS entre estudantes de Santos sobre grandes vultos da América. *A Tribuna*, Santos, 3 out. 1944. p. 4.

DECORRERAM brilhantes as comemorações do aniversário do chefe da nação – A missa em ação de graças na Catedral e as festividades nas escolas de santos – As solenidades em São Paulo e na Capital Federal. *A Tribuna*, Santos, 21 abr. 1942. p. 3.

DESFILE escolar – convite às autoridades. *A Tribuna*, Santos, 4 set. 1943. capa.

DIA DA BANDEIRA – As homenagens que serão prestadas ao symbolo da Patria. *A Tribuna*, Santos, 18 nov. 1937. p. 2.

DIA DA BANDEIRA – Várias homenagens serão prestadas, hoje, ao symbolo da Patria. *A Tribuna*, Santos, 19 nov. 1940. p. 3.

DR. GETÚLIO Vargas. *A Tribuna*, 19 abr. 1945. p. 2.

ECOS – Ginásio Santista. Revista Periódica N. ° 1. Santos: 1938.

ECOS - Ginásio Santista. Revista Periódica N. ° 2. Santos: 1939.

ECOS - Ginásio Santista. Revista Periódica N. ° 3. Santos: 1940.

EDUCAÇÃO aprova obrigatoriedade de hasteamento da bandeira em escolas. *Câmara notícias*. Portal Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/433547-EDUCACAO-APROVA-OBRIGATORIEDADE-DE-HASTEAMENTO-DA-BANDEIRA-EM-ESCOLAS.html>. Acesso em 30 dez. 2012.

EM COMMEMORAÇÃO ao aniversario natalicio do Presidente da República foi resolvido, pelo governo paulista, declarar “Dia da Juventude Brasileira” a data de 19 do corrente, em todo o território do Estado. *A Tribuna*, Santos, 17 abr. 1941. p. 2.

ESTEVE NO D. I. P. o Diretor-Gerente de A Tribuna. *A Tribuna*, Santos, 22 abr. 1944. contracapa.

EXIBIÇÃO de filmes educativos americanos. *A Tribuna*, Santos, 16 jul. 1943. p. 4.

FERVOROSAMENTE cultuado o “Dia da Bandeira”. *A Tribuna*, Santos, Santos, 20 nov. 1937. contracapa, p. 4.

FLAMA, [Imagem de alunos do Ginásio do Carmo no Desfile da Juventude de 1943] *Santos*, set. 1943. p. 16.

FREITAS, M. de Oliveira. A Educação e a Guerra. *A Tribuna*, Santos, 26 jul. 1942. p. 4.

FUNDADA em Santos a Juventude Brasileira. *A Tribuna*, Santos, 17 mar. 1940. p. 5.

FUNDADO o Centro Cultural Brasil-Estados Unidos. *A Tribuna*, Santos, 15 jul. 1943. p. 2.

HA CINCOENTA annos foi instituída a Bandeira da Republica. *A Tribuna*, Santos, 19 nov. 1939. contracapa.

IMPONENTES festividades assignalarão hoje a passagem do primeiro anniversario do Estado Novo. *A Tribuna*, Santos, 10 nov. 1938. contracapa.

IMPONENTES solenidades civico-patrióticas assinalaram em todo o país a passagem do natalício do Presidente Getúlio Vargas – Os festejos nos estabelecimentos escolares. *A Tribuna*, Santos, 20 abr. 1943. contracapa.

IMPONENTES solenidades marcaram a passagem do aniversário do Presidente Getúlio Vargas – Em Santos - Nos estabelecimentos de ensino. *A Tribuna*, Santos, 20 abr. 1944. p. 7.

MAIS UMA CAMPANHA vitoriosa. *A Tribuna*, Santos, 7 jul. 1943. p. 3.

O ANNIVERSARIO do Presidente Getulio Vargas – Os festejos comemorativos na capital do pais e nos Estados. *A Tribuna*, Santos, 18 abr. 1941. p. 3.

O ANNIVERSARIO natalicio do sr. Getulio Vargas terá brilhantes comemorações em São Paulo – As comemorações em Santos. *O Diário*, Santos, 19 abr. 1941. p. 6.

O “DIA DA BANDEIRA” será comemorado solenemente em todo o território nacional. *A Tribuna*, Santos, 19 nov. 1942. p. 3.

O “DIA da Patria” – As comemorações nos estabelecimentos de ensino. *A Tribuna*, Santos, 7 set. 1941. p. 3.

O “DIA da Patria” – As comemorações de 7 de Setembro. *A Tribuna*, Santos, 6 set. 1939. p. 8.

O “DIA da Patria” – Brilhantemente comemorado o 117.º anniversario da Independencia do Brasil. *A Tribuna*, Santos, 8 set. 1939. contracapa.

O DIA PAN-AMERICANO nas escolas. *A Tribuna*, Santos, 15 abr. 1942. p. 3.

O INSTITUTO D.^a Escolástica Rosa participará do Concurso de Aero-Modelismo em São Paulo. *A Tribuna*, Santos, 25 ago. 1944. p. 5.

O SR. NELSON ROCKFELLER dirigiu saudação ao povo de Santos. *A Tribuna*, Santos, 11 set. 1942. p. 2.

OBRIGATORIA para a infancia e a juventude de todo o paiz a educação civica, moral e physica. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 mar. 1940. p. 3.

PASSOS SOBRINHO. Homenagem à nossa bandeira. *A Tribuna*, Santos, 20 nov. 1937. p. 4.

PELA INSTRUÇÃO – Associação Instructiva “José Bonifacio”. *A Tribuna*, 20 abr. 1940. p. 4.

PELA INSTRUÇÃO – Delegacia Regional do Ensino de Santos. *A Tribuna*, 18 abr. 1941. p. 4.

PELA INSTRUÇÃO – Delegacia Regional do Ensino de Santos (comunicado). *A Tribuna*, 17 abr. 1942. p. 4.

PELA INSTRUÇÃO - Departamento de Educação da Prefeitura Municipal (comunicado). *A Tribuna*, Santos, 18 abr. 1942. p. 2.

QUINTO aniversário do Estado nacional. *A Tribuna*, Santos, 10 nov. 1942. p. 3.

R. S. P. O cinema, Arma da democracia. *A Tribuna*, Santos, 7 jan. 1943. p. 4.

REALIZA-SE em nossa cidade a campanha da borracha usada. *A Tribuna*, Santos, 13 jul. 1943. p. 4.

REVESTIRAM-SE de brilho as commemorações do “Dia da Patria”, hontem realizadas na capital da república. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 set. 1939. p. 2.

REVESTIRAM-SE de expressivo brilhantismo as commemorações do natalicio do sr. Getulio Vargas e do “Dia da Juventude Brasileira” – A cerimonia religiosade Honten, na Cathedral, e as festas civico-literarias nos estabelecimentos de ensino da cidade. *A Tribuna*, Santos, 20 abr. 1941. p. 6.

REVESTIRAM-SE de grande brilho as commemorações do “Dia da Bandeira” na capital do paiz – O discurso do Ministro da Justiça. *Folha da Manhã*, São Paulo, 28 nov. 1937. p. 3.

REVESTIU-SE de brilho o desfile da Juventude Brasileira. *A Tribuna*, Santos, 3 set. 1944. p. 5.

REVESTIU-SE de brilho o desfile da juventude escolar. *A Tribuna*, Santos, 6 set. 1945. contracapa.

SANTOS comemorou com grande brilhantismo, ante-ontem, o “Dia da Pátria”. *O Diário*, Santos, 9 set. 1941. contracapa.

SANTOS destacou-se no movimento de arrecadação de borracha usada, contribuindo com 57.768 quilos. *A Tribuna*, Santos, 8 ago. 1943. contracapa.

SANTOS inteira comemorará, hoje, a data máxima da nacionalidade. *A Tribuna*, Santos, 7 set. 1944. p. 3.

SANTOS tributou imponentes manifestações de civismo e solidariedade ao sr. Getulio Vargas. *A Tribuna*, Santos, 27 jul. 1938. p. 6.

“SEMANA da Pátria” – As comemorações da nossa magna data, nesta cidade. *A Tribuna*, Santos, 6 set. 1942. p. 2.

SERÁ brilhantemente comemorado o primeiro aniversário do Estado Novo. *A Tribuna*, Santos, 9 nov. 1938. contracapa.

SERÁ festivamente comemorada a data natalícia do Presidente Getúlio Vargas – Várias solenidades terão lugar hoje, em São Paulo e no Rio de Janeiro – Em Santos. *A Tribuna*, Santos, 19 abr. 1944. p. 2.

“SERÃO BRASILEIROS os pneus da vitória”. *A Tribuna*, Santos, 6 jul. 1943. p. 6.

SESSÕES cinematográficas, em Santos, em comemoração ao aniversário do Presidente Vargas – Festividades nas escolas. *A Tribuna*, Santos, 19 abr. 1944. p. 2.

SOLENEMENTE comemorado em Santos o “Dia da Bandeira”. *A Tribuna*, Santos, 20 nov. 1942. p. 3.

SOLENEMENTE instalada a pirâmide de metais “Monte Serrate”. *A Tribuna*, Santos, 11 set. 1942. capa.

SOLENNEMENTE comemorado em todo o país o “Dia da Bandeira”. *A Tribuna*, Santos, 20 nov. 1938. contracapa.

TELEGRAMAS da Agencia “Transocean” – O aniversário de Hitler e a imprensa búlgara. *A Tribuna*, Santos, 20 abr. 1941. p. 3.

TRANSCORRE hoje o aniversário natalício do sr. Getulio Vargas. *A Tribuna*, Santos, 19 abr. 1940. capa.

TRANSCORRERAM num ambiente de civismo os atos comemorativos do 5.º aniversário do Estado Novo em Santos. *A Tribuna*, Santos, 11 nov. 1942. contracapa.

UM ALUNO da Escola União Operária ofereceu uma canção, de sua autoria, à Base Aérea. *A Tribuna*, Santos, 18 out. 1942. p. 4.

VOZES em uníssono no Dia da Juventude em louvor ao Brasil. *Vida Doméstica – Revista do lar e da mulher*. Rio de Janeiro. Ano XXV, N. ° 319, pp. 50/51, out. 1944.

Livros:

A BANDEIRA do Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1945.

ARAÚJO, Murillo. *A estrela azul – Poemas para as crianças*. São Paulo: Nacional, 1940.

A JUVENTUDE e o Estado Novo. DIP, s/d.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. eBookLibris, 2002. Disponível em: <http://200.18.252.57/services/e-books/Azevedo%20Amaral-1.pdf>. Acesso em 07 out. 2011.

ARRAIS, Monte. *O Estado Novo e suas diretrizes*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

AZZI, Francisco. *Educação cívica - Os mortos (commemoração por um professor)*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1916.

BARROS, C. Paula. *Teatro escolar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

BARROS, Mikitta Moraes. *A autoridade e a hierarquia escolar nas organizações escolares*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

BARROSO, Alfredo. *Getúlio Vargas para Crianças*. Volume especial. Rio de Janeiro: Publicações Infantis, 1942.

BERFORD, Álvaro Bittencourt. *O Estado Nacional e a Constituição de Novembro de 1937*. Rio de Janeiro: 1944.

BILAC, Olavo; COELHO NETTO. *A pátria brasileira (para os alunos das escolas primárias)*. 26. ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Francisco Alves, 1939.

_____. *Contos Pátrios (para as crianças)*. 43. ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Francisco Alves, 1956.

BRASIL 1935 - Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional - Sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940.

CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: A Noite, 1942.

_____. *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939.

CASTRO, Araújo. *Instrução moral e cívica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1925.

CINCO anos de Unidade e Ação - Estado Nacional (10/11/1937 – 10/11/1942). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

CHIARINI, Alexandre. *Compendio de instrução Moral e cívica*. Campinas: 1927.

COELHO, Henrique. *Princípios de educação moral e cívica*. 12. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1912.

COELHO NETTO. *Breviário Cívico*. Rio de Janeiro: O Norte, 1921.

COMEMORAÇÃO *do Dia do Soldado*. Rio de Janeiro: Americana, 1941.

COMEMORAÇÕES *do Estado Nacional na voz das classes e na palavra do chefe*. Rio de Janeiro: 1942.

CORRÊA, Viriato. *História do Brasil para Crianças*. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1944.

COSTA, Bernardino Victoy. *Vargas, a mocidade e a Pátria*. Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

DOCA, Souza. *Dia Pan-americano*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1943.

DUTRA, Joaquim. *Lira escolar – nova coleção de canções e hinos patrióticos e escolares*. Petrópolis: Vozes, 1944.

O ESTADO Novo. DNP, 1939.

FELICIANO, José. *A Bandeira Nacional (estudo a propósito de uma conferência)*. São Paulo: Augusto Siqueira, 1907.

FREITAS, Gaspar de. *Instrução moral e cívica para o curso primário e admissão ao curso comercial com a Constituição de 10 de Novembro de 1937*. Rio de Janeiro: Sauer, 1940.

_____. *Pontos de Instrução moral e cívica para o curso secundário com a Constituição de 10 de Novembro de 1937 e respectivas emendas até 30-4-1942*. 7. ed. Rio de Janeiro: Sauer, 1942.

GALVÃO, Francisco. *Diretrizes do Estado Novo*. DIP, 1942.

GENTIL, Alcides. *As idéias do Presidente Getúlio Vargas – Síntese do Pensamento d'”A Nova Política do Brasil”*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939.

GETÚLIO Vargas: *o amigo das crianças*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940.

GOMES, Francisco (org.). *O Dia da Bandeira*. São Paulo: Anchieta, 1941.

_____. *O Dia da Pátria*. São Paulo: Anchieta, 1942.

GRANDE, Humberto. *A pedagogia no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany, 1941.

GURGEL, Heitor. *A Imprensa no Estado Nacional*. Niterói: Diário Oficial, 1943.

IMBIRIBA, Mario Fernandes. *Breviário da instrução moral e cívica do soldado*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1943. Biblioteca Militar, v. LXX.

JARACH, M. *Lições de moral e de instrução cívica – adaptada ao uso das escolas brasileiras por Gustavo Barroso (João do Norte)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1939.

MACEDO, Sérgio D. Teixeira. *Meu Brasil – Livro para a juventude*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Informações, 1945.

MAFRA, Antonio Carlos de Oliveira. *Episódios da História do Brasil em versos e legendas para crianças (ilustrado)*. 5. ed. São Paulo: Gráfica Perfecta, 1944.

LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. New York: McMillan, 1942.

MILANO, Miguel. *Pátria e amor (livro para a infância e a adolescência)*. 4. ed. São Paulo: Vieira Pontes, 1935.

MOURA, Almério Lourival de. *As Forças Armadas e o destino histórico nacional*. São Paulo: Nacional, 1937.

NASH, Roy. *Brasil Em 2044: uma tarefa para a mocidade brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1944.

NUNES, Janarí Gentil. *Bandeira do Brasil – História, simbolismo, glórias e leis*. Rio de Janeiro: Graphics Bloch, 1939. Biblioteca Militar, v. XXIII.

O BRASIL é bom. DNP, 1938.

PACHECO, Felix. *Pátria, Bandeira, Imprensa, Exército (paginas antigas e conceitos ainda actuaes)*. Rio de Janeiro: Rodrigues & C., 1934.

PRADO, Eduardo. *A Bandeira Nacional*. 1. ed. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1903.

QUAGLIO, Clemente. *Nova orientação do pensamento do Estado Novo para a formação da nova mentalidade brasileira*. São Paulo: Biblioteca Brasileira de Filosofia, 1940.

RANGEL, José. *Elementos para a educação moral, cívica e social*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

SANTOS, Maximo de Moura. *O pequeno escolar (3.º Livro)*. 27. ed. São Paulo: Nacional, 1938.

SILVA, Avilmar. *A filosofia do Estado Novo*. Rio de Janeiro: 1939.

_____. *O novo Brasil – Ensaio Político*. Rio de Janeiro: 1939.

SIQUEIRA, Nóbrega de. *Canto ao Brasil Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

SOUZA, Verissimo de; SOUZA, Lourenço de. *Educação cívica – Pontos de nossa história*. Curitiba: Rocha & Velloso, 1912.

VARGAS, Getúlio. Escola e a ação dos professores - (discurso pronunciado no Instituto de Educação, por ocasião da formatura das novas professoras do Distrito Federal, a 18 de dezembro de 1943). *Biblioteca da Presidência da República*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1943/19.pdf/download>. Acesso em 12 jun. 2012.

_____. *Getúlio Vargas*. D'ARAUJO, Maria Celina (org.). Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Série perfis parlamentares; n. 62. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getuliovargas.pdf?sequence=1>. Acesso em 03 dez. 2012.

_____. *O Pensamento Político de Getúlio Vargas*. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul *et alii*. Porto Alegre/RS, 2004. Coleção: O Pensamento Político, v. 2.

WAGNER, Luiz Amaral. *Nosso Brasil para o 4.º Grau Primário*. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1938.

Fontes secundárias

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. Santos: Urbanismo na época do café. 1889-1930. In: *Santos, café & História*. Santos: Leopoldianum, 1995. pp. 89-101.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, civilização e trabalho. O ensino de História nas escolas paulistas, 1917/1939*. São Paulo: Loyola, 1990.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.); FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 2. pp. 107-143.

CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*. V. 11, n. 5. São Paulo: USP, jan. /abr. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-401419910001000100010&script=sci_arttext. Acesso em 12 mar. 2012.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração/Edusp, 2000.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

_____. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce C. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio De Janeiro: FGV, 1999. pp. 17-20.

_____. *O Pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FREITAS, Marcos Cezar de. Infância e sociedade: Intelectuais representando a infância no Brasil. *Boletim*. CDAPH-IFAN/USF, v. 1, n. 2. pp 1-17. Julho/dezembro, 1998.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. História e historiadores. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. O redescobrimento do Brasil. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. pp. 109-150.

HOBBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012. pp. 9-23.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marco Cézar (org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. pp. 225-246.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanegi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. 2010. pp. 111-153.

NUNES, José Luiz Martins. *Juventude Brasileira: O lado fascista do Estado Novo*. Caxias do Sul: Maneco, 2004.

OLIVEIRA, Yza Fava de. *Entrevista concedida a Manoel Pereira de Souza*. Santos, 20 maio 2012.

PARADA, Maurício Barreto Alvarez. Cultura cívica e memória no Estado Novo brasileiro. *Diálogos*. DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 2. pp. 401-412, 2009.

_____. A ordem da memória: a imprensa e o imaginário político do Estado Novo. In: FERREIRA, Lucia Maria Alves (org.); RIBEIRO, Ana Paula Goular (org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. pp. 35-56.

_____. *Educando Corpos e criando a nação: Cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio e Apicuri, 2009.

PAULO, Heloísa Helena de Jesus. O DIP e a Juventude – Ideologia e propaganda estatal. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, nº 14. pp. 99-113. mar./ago. 1987.

PEREIRA, André Ricardo. A criança na Estado Novo: uma leitura de longa duração. In: *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 19, n. ° 38, pp. 165-198. 1999.

RODRIGUES, Olao. *Almanaque de Santos - 1969*. São Paulo: OSM, 1969. p. 39.

SAVIANI, Dermeval. Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947) In: *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. pp. 195-275.

SCHWARTZMAN, Simon *et alii*. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/ Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 513-619.

SOUZA, Manoel Pereira de. *Soldados da retaguarda: a formação de um front interno em Santos durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945)*. Santos: Fundação Arquivo e Memória de Santos, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Alicerces da Pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

_____. *A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira*. São Paulo: Cadernos CEDES. V. 20, n. 52, Nov. 2000.

_____. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: Política e cidadania*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor – a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

VAZ, Aline Choucair. *A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)*. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. pp. 71-108.

_____. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.); FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao*

apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 2. pp. 145-179.

Apêndices

Apêndice 1 - Quadro com os dez mandamentos cívicos apresentados no *Breviário* de Coelho Netto.

Dez mandamentos cívicos	
1.º	“Honra a Deus amando a Pátria sobre todas as coisas por no-la haver Ele dado por berço, com tudo o que nela existe de esplendor no céu e de beleza fortuna na terra”.
2.º	“Considera a Bandeira como a imagem viva da Patria, prestando-lhe o culto do teu amor e servindo-a com todas as forças do teu coração”.
3.º	“Honra a Pátria no Passado: sobre os túmulos dos heróis; glorifica-a no Presente: com a virtude e o trabalho; impulsiona-a para o Futuro: com a dedicação, que é a Força da Fé”.
4.º	“Instrui-te, para que possas andar por teu passo na vida e transmite aos teus filhos a instrução, que é dote que não se gasta, direito que não se prede, liberdade que não se limita”.
5.º	“Pugna pelos direitos que te confere a Lei, respeitando-a em todos os seus princípios, porque da obediência que se lhe presta resulta a ordem, que é a Força suave que mantém os homens em harmonia”.
6.º	“Ouve e obedece aos teus superiores, porque sem disciplina não pode haver equilíbrio. Quando sentires o tentador, refugia-te no trabalho, como quem se defende do demônio na fortaleza do altar”.
7.º	“Previne-te na mocidade economizando para a velhice, que assim prepararás de dia a lâmpada que te há de iluminar à noite”.
8.º	“Acolhe o hospede com agasalho, oferecendo-lhe a terra, a agua e o fogo, sempre, porém, como senhor da casa: nem com arrogância que afronte, nem com submissão que te humilhe, mas serenamente sobranceiro”.
9.º	“Ouve os teus, que têm interesse no que lhes é próprio, reservando-te com os de fora. Quem sussurra segredos é porque não pode falar alto, e as palavras cochichadas nas trevas são sempre rebuços de ideias que não se ousam manifestar ao sol”.
10.º	“Ama a terra em que nasceste e à qual reverterás na morte. O que por ela fizeres por ti mesmo farás, que és terra, e a tua memória viverá na gratidão dos que te sucederem”.

Fonte: COELHO NETTO. *Breviário Cívico*. Rio de Janeiro: O Norte, 1921.

Nota: Elaborado pelo autor.

Apêndice 2 - Lista de textos que compõem *O Dia da Bandeira*, de Francisco Gomes.

- O Dia da Bandeira – Henrique de Magalhães (poesia)
- A Bandeira Nacional – José Feliciano (poesia)
- Oração à Bandeira – Fernando de Magalhães (prosa)
- A mais bela – Alipio Bandeira (prosa)
- Saudação à Bandeira – Antonio Peixoto (cena)
- À Bandeira – Xavier Pinheiro (poesia)
- À Bandeira Auri-Verde – Benedito Otavio (poesia)
- O valor de um símbolo – Euclides da Cunha (prosa)
- A Bandeira do Brasil – Aquino Correia (poesia)
- À Bandeira – Leoncio Correa (poesia)
- Oração à Bandeira – Olavo Bilac (prosa)
- À Bandeira – Mario de Lima (poesia)
- A Bandeira – Reis Carvalho (poesia)
- A nossa Bandeira – Julia Lopes de Almeida (prosa)
- A Bandeira do Brasil – Antonio Pena (cena)
- Saudação à Bandeira – Freitas Guimarães (poesia)
- A nossa Bandeira – Generino dos Santos (poesia)
- A Bandeira da Pátria – Daltro Santos (poesia)
- Saudação à Bandeira – Coelho Netto (prosa)
- Versos à Bandeira – Reis Carvalho (poesia)
- Símbolo – Brant Horta (poesia)
- Pátria... Bandeira – Felix Pacheco (prosa)
- Ante a Bandeira – Alipio Bandeira (poesia)
- Culto à Bandeira – Saudação lida nas escolas da capital da República (prosa)
- Em defesa da Bandeira – Dulce Carneiro (diálogo)
- Canto de terra e mar – Alipio Bandeira (poesia)
- Salve Bandeira Santa – Aloisio de Carvalho (poesia)
- Festa da Bandeira – Coelho Netto (prosa)
- A Bandeira – Brant Horta (poesia)
- Ao Brasil – Henrique de Magalhães (poesia)
- Narrativa Histórica – Carlos Góes (prosa)
- Nossa Bandeira – Arnaldo Barreto (poesia)
- O pequeno patriota – Luiz Pistarini (poesia)
- Festa da Bandeira – Euclides Luz (cena)
- A nossa Bandeira – Franco Vaz (poesia)
- Bandeira Nacional – Romão Puigari (prosa)
- Beijando a Bandeira – Mariano Correia (poesia)
- Oração à Bandeira – Olegario Mariano (prosa)
- Auri-verde pendão – Leoncio Correia (poesia)
- Pendão glorioso – Xavier Pinheiro (poesia)

- Antonio João – Escragnole Taunnay (prosa)
- Saudação – Alipio Bandeira (poesia)
- A Bandeira do Brasil – Antonio Faria (poesia)
- A Bandeira Nacional – José Escobar (cena)
- Ave, bandeira – José A. Fernandes (poesia)
- A Bandeira – Freitas Guimarães (poesia)
- Minha Bandeira – João Pinto e Silva (prosa)
- Ao Brasil – Fagundes Varela (poesia)
- Bandeira do Brasil – Renato Travassos (poesia)
- A Bandeira – Coelho Netto (prosa)
- Hino à Bandeira – Enes de Sousa (poesia)
- Brasil – Manuel Duarte (poesia)
- A Bandeira – M. Jací Monteiro (poesia)
- A Bandeira Nacional – Carlos Góes (comedia)
- Saudação à Bandeira – Aquino Correia (poesia)
- Dia da Bandeira – Floriano T. Homem (prosa)
- A Bandeira da República – Bernardo Passos (poesia)
- A Bandeira – Xavier Pinheiro (poesia)
- Saudação à Bandeira – Firmino Costa (prosa)
- Imagem do Brasil – B. Resende (poesia)
- À Bandeira – Brant Horta (poesia)
- 19 de Novembro – Assis Cintra (prosa)
- A Bandeira Brasileira – P. João de Deus (poesia)
- A Bandeira do Brasil – José Alves de Camargo (poesia)
- Sugestões de um símbolo – José Escobar (poema)
- Antonio Chagas – Coelho Netto (prosa)
- A Bandeira Nacional – Antonio G. Oliveira (poesia)
- Um jovem herói – Gomes Cardim (prosa)
- A volta da Bandeira – Henrique de Magalhães (poesia)
- Saudação à Bandeira – Mario de Lima (poesia)
- A Bandeira – jogo ginástico (prosa)
- Hino à Bandeira Nacional – Olavo Bilac (poesia)
- Hino à Bandeira Nacional – Francisco Braga (música)

Fonte: GOMES, Francisco. *O Dia da Bandeira*. São Paulo: Anchieta, 1941.

Apêndice 3 - Lista de textos que compõem *O Dia da Pátria*, de Francisco Gomes.

- O berço da liberdade – Bernardo Guimarães (poesia)
- A liberdade – Antonio Ribeiro de Andrada (poesia)
- No alto do Ipiranga – Batista Cepelo (poesia)
- Salve, 7 de Setembro (prosa)
- Sete de Setembro – Antonio Peixoto (poesia)
- 7 de Setembro – Carlota Ramos (diálogo)
- Andrada – Castro Rebelo (poesia)
- Independência do Brasil – Coelho Netto (prosa)
- 7 de Setembro – Tobias Barreto (poesia)
- O grito do Ipiranga – Henrique Magalhães (poesia)
- Independência ou morte – D. Aquino Correa (poesia)
- Setembro – Olavo Bilac (poesia)
- O Dia da Pátria – Graça Leite (prosa)
- Sete de Setembro – Fagundes Varela (poesia)
- Sete de Setembro – Gusmão Rosa (poesia)
- Hino ao dia 7 de Setembro – Gonçalves Dias (poesia)
- José Bonifácio de Andrada e Silva – Pinheiro Chagas (prosa)
- Independência – José Eloi Otoni (poesia)
- 7 de Setembro – J. Jobim (poesia)
- A data da Independência – Luiza Neri de Souza (diálogo)
- 7 de Setembro – Laurindo Rabelo (poesia)
- Liberdade – Teles de Mireles (poesia)
- O Ipiranga – Freitas Gonçalves (poesia)
- 7 de Setembro – Rodrigo Otavio (prosa)
- 7 de Setembro – Antonio Faria (poesia)
- 7 de Setembro – Carlos Góes (comédia infantil)
- José Bonifácio de Andrada e Silva – Maria E. de Alvarenga Costa (poesia)
- A' Liberdade – Evaristo Ferreira da Veiga (poesia)
- A D. Pedro I – Januário da Cunha Barbosa (poesia)
- No Ipiranga – João de Toledo (prosa)
- Sete de Setembro – Julio Martins (Diálogo)
- 7 de Setembro – Henrique de Magalhães (poesia)
- Ao dia Sete de Setembro – Antonio Joaquim Franco de Sá (poesia)
- José Bonifácio – M. Vaz de Carvalho (poesia)
- Ave, libertas! – Rozendo Muniz (poesia)
- Independência ou Morte – Oscar Brisola (poesia)
- A São Paulo – Fagundes Varela (poesia)
- Gonçalves Ledo – Leoncio Correia (poesia)
- Como fizeram a Independência – Dulce Carneiro (poesia)
- Independência ou morte – João B. Alencar (poesia)

- Independência ou morrer – Evaristo Ferreira da Veiga (poesia)
- O 7 de Setembro – Joaquim A. Ladeira (pequena comédia em que entram três meninas)
- Sete de Setembro – Ana Cesar (poesia)
- D. Pedro I – Freitas Gonçalves (poesia)
- Sete de Setembro – J. G. Magalhães (poesia)
- Hino Patriótico – Evaristo Ferreira da Veiga (poesia)
- Sete de Setembro – Casemiro de Abreu (poesia)
- 7 de Setembro – Assis Cintra (prosa)
- 7 de Setembro – Felix da Cunha (poesia)
- Sete de Setembro – Luiza P. C. Branco (cena escolar)
- Liberdade – Silvio Galvão (poesia)
- José Bonifácio – Machado de Assis (poesia)
- José Bonifácio de Andrada e Silva – Tancredo do Amaral (prosa)
- 7 de Setembro – Freitas Guimarães (poesia)
- Festa Nacional – Leona Pereira Guilherme (comédia)
- Sete de Setembro – Felix Xavier da Cunha (poesia)
- A liberdade – D. Antonio da Costa (prosa)
- 7 de Setembro – Pedro de Melo (poesia)
- Ao Ipiranga – Bernardo Guimarães (poesia)
- 7 de Setembro – Bezerra Leite (poesia)
- D. Pedro vinha de Santos – Dulce Carneiro (poesia)
- Sete de Setembro – Leôncio Correia (poesia)
- Hino da Independência – Francisco Lagreca (prosa)

Fonte: GOMES, Francisco. *O Dia da Pátria*. São Paulo: Anchieta, 1942.

Anexos

Anexo 1 - Programa do Liceu Brasil em comemoração ao Dia da Bandeira de 1941.



Fonte: *A Tribuna*, 20 nov. 1941, p. 3.

Anexo 2 - Convite publicado pela Prefeitura Municipal e pela Delegacia Regional de Ensino para o desfile do Dia da Juventude de 1943.



Fonte: *A Tribuna*, 4 set. 1943, capa.

Anexo 3 - Extrato do Relatório anual da Delegacia Regional de Ensino de Santos referente ao ano letivo de 1939.

.35.

Monteiro Lobato, isso por ordem da Chefia de Serviço das Instituições Auxiliares da Escola, a cuja disposição se encontram na delegacia.

COMEMORAÇÕES ESCOLARES

Continuou o assunto sendo objeto de nossa carinhosa atenção.

Uma praxe se vai generalizando aqui, cujo estudo julgamos interessante; por isso temos consentido nela. E é que vai sendo comum o reunirem-se tres e mais escolas isoladas proximas para a realização de festas escolares, sobretudo nas grandes datas nacionais.

De principio pensámos em que o deslocamento de algumas escolas, do seu bairro, privaria a população local da festa escolar. Depois, como nos informaram os inspetores, verificamos que isso não se dava. Foi comum que os pais dos alunos os acompanhassem, fazendo assim, da festa escolar, uma festa sua. Neste bairro a comemoração se cifrava no hastear da Bandeira, á hora da partida. Mas, note-se desde já, uma solenidade que passou a contar com assistencia, quando antes era feita friamente, não raro na presença de meia duzia de alunos. Toda a caravana agora a assiste. Depois, considere-se que as festas, principalmente nas escolas isoladas, nunca atraíram assistencia. E, como vamos fazendo, ha, em dado bairro, festa de verdade, pois ali se reúne publico mais numeroso e interessado; começam, é certo, se interessando pelos filhos, a quem devem acompanhar e a cujas representações devem assistir; acabarão se interessando pela escola e pelo fato historico e civico. Em muitas dessas reuniões estiveram presentes os proprios snrs. inspetores, que por ali se encontravam em viagem.

Das comemorações diversas efetuadas este ano devemos destacar duas: a festa de 7 de setembro, em Registro, feita pelos grupos

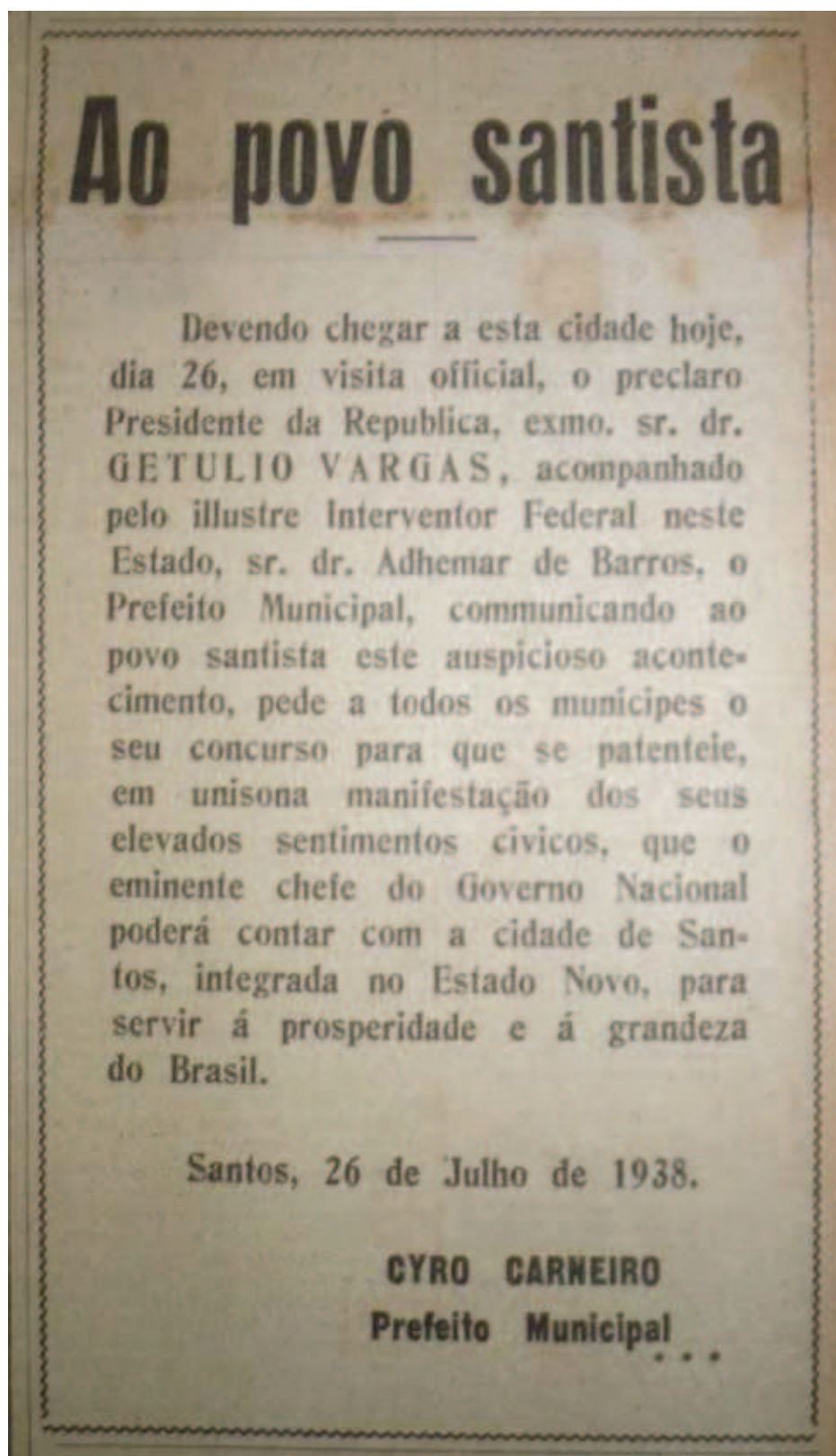
.36.

escolares de Registro, de Campo de Experiencia, de Taquarussá, de Carapiranga, de Raposa e pelo Colegio Padre Frederico, com participação de cerca de 1.200 escolares e a cujo respeito já tive oportunidade de endereçar a Vossa Senhoria relatório especial; e a comemoração do cincoentenário da proclamação da Republica, efetuada em toda a região e com especial brilhantismo nesta cidade, onde foi considerada festa oficial da Prefeitura, tendo mesmo merecido a honra de ter como orador Sua Excelencia o Senhor Doutor Prefeito Municipal. Sua Senhoria, que teve a bondade de se fazer representar, já foi convenientemente informado de quanto se passou pelo seu representante, o Snr. Prof. Francisco Lopes de Azevedo, hoje digno chefe do Serviço do Ensino Primario. Não quero nem posso deixar de fazer referência à extrema dedicação e conhecida maestria com que o Professor Fabiano Lozano preparou e levou a efeito a brilhantíssima audição orfeônica - um dos maiores conjuntos corais escolares que se terão exibido no Estado, pois reunia 2.200 executantes - , devendo iguais referencias ao snr. Atagí Herminio de Melo Doin, inspetor do Departamento de Educação Fisica nesta cidade, que preparou a demonstração de educação fisica, infelizmente transferida devido ao mau tempo. Todo o professorado, estadual, municipal e particular, interessado na execução da magnifica solenidade, merece os mais francos elogios.

Como foi recomendado pelo Departamento, os estabelecimentos de ensino secundario da cidade, em plena harmonia de vistas com a delegacia, desenvolveram nas duas emissoras locais, Radio Clube de Santos e Sociedade Radio Atlantica, um programa, que preencheu toda uma semana, de palestras, a cargo de alunos e professores, sobre a importancia do fato historico que se comemorava. O Ginasio do Estado deu ainda na noite de 19 de novembro um espetaculo radiofônico nos estudos do Radio Clube de Santos, constante de conferência, declamação e escolhido programa orfeônico.

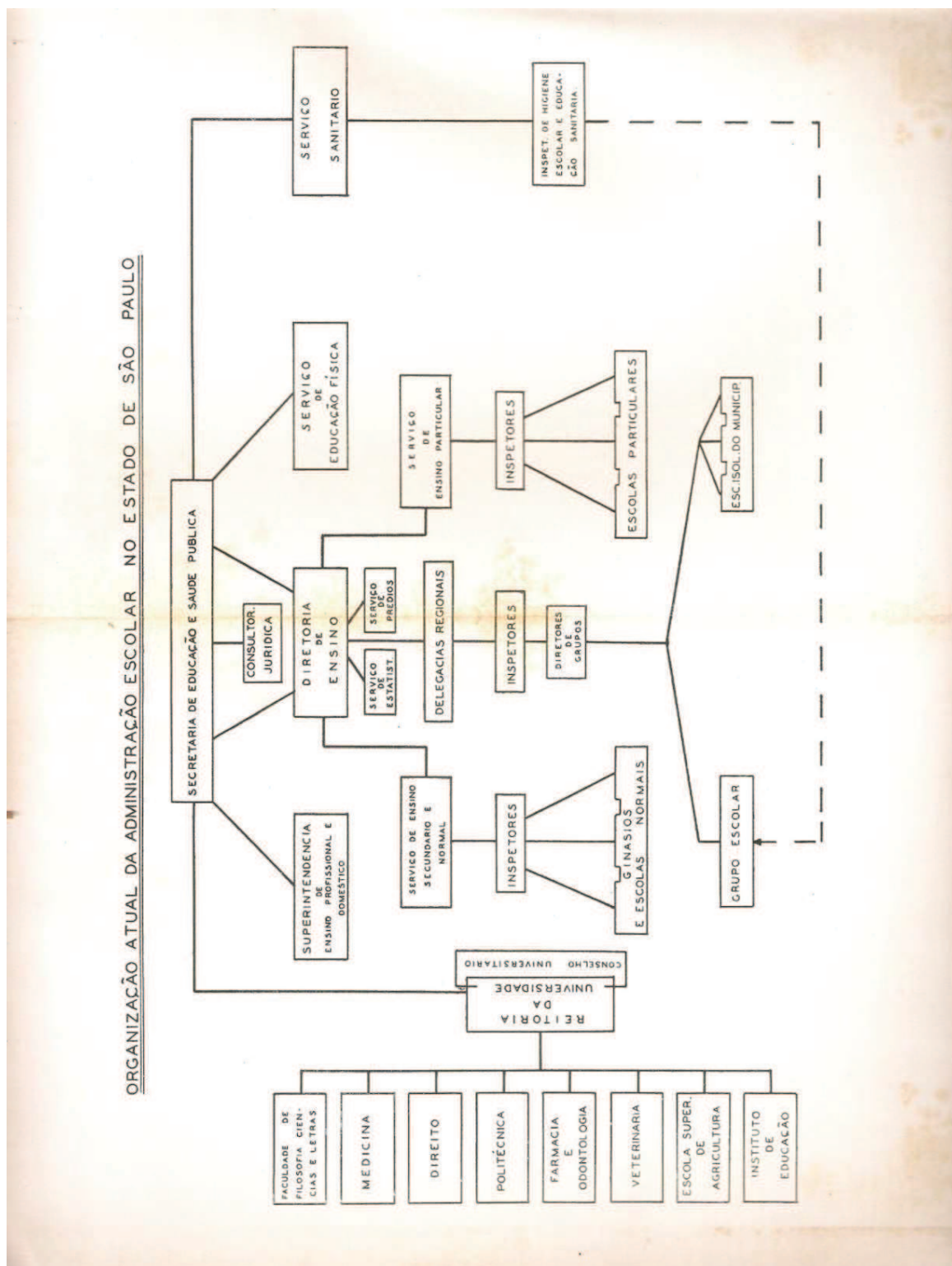
Fonte: _____. Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. Relatório anual da Delegacia Regional de Ensino de Santos referente ao ano letivo de 1939. [Elaborado por Luiz Damasco Penna] 1940. pp. 35/36

Anexo 4 - Convocação à população para saudar Getúlio Vargas em sua breve passagem pela cidade de Santos em julho de 1938.

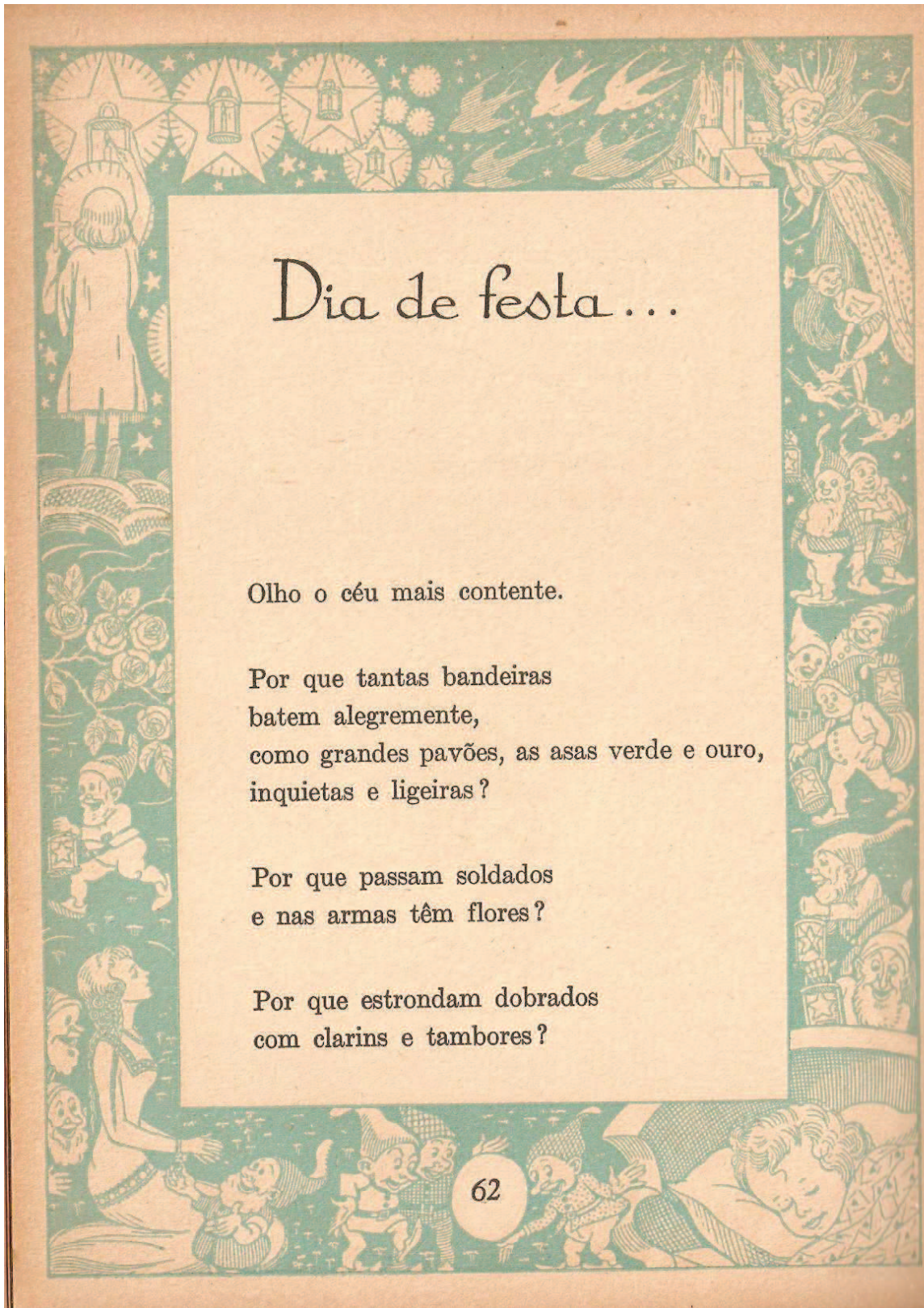


Fonte: *A Tribuna*, 26 jul. 1938, capa.

Anexo 5 - Quadro da organização da administração escolar no Estado de São Paulo.



Fonte: BARROS, Mikitta Moraes. *A autoridade e a hierarquia escolar nas organizações escolares*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938. s/n.

Anexo 6 - Poesia *Dia de festa...* de Murilo Araújo.

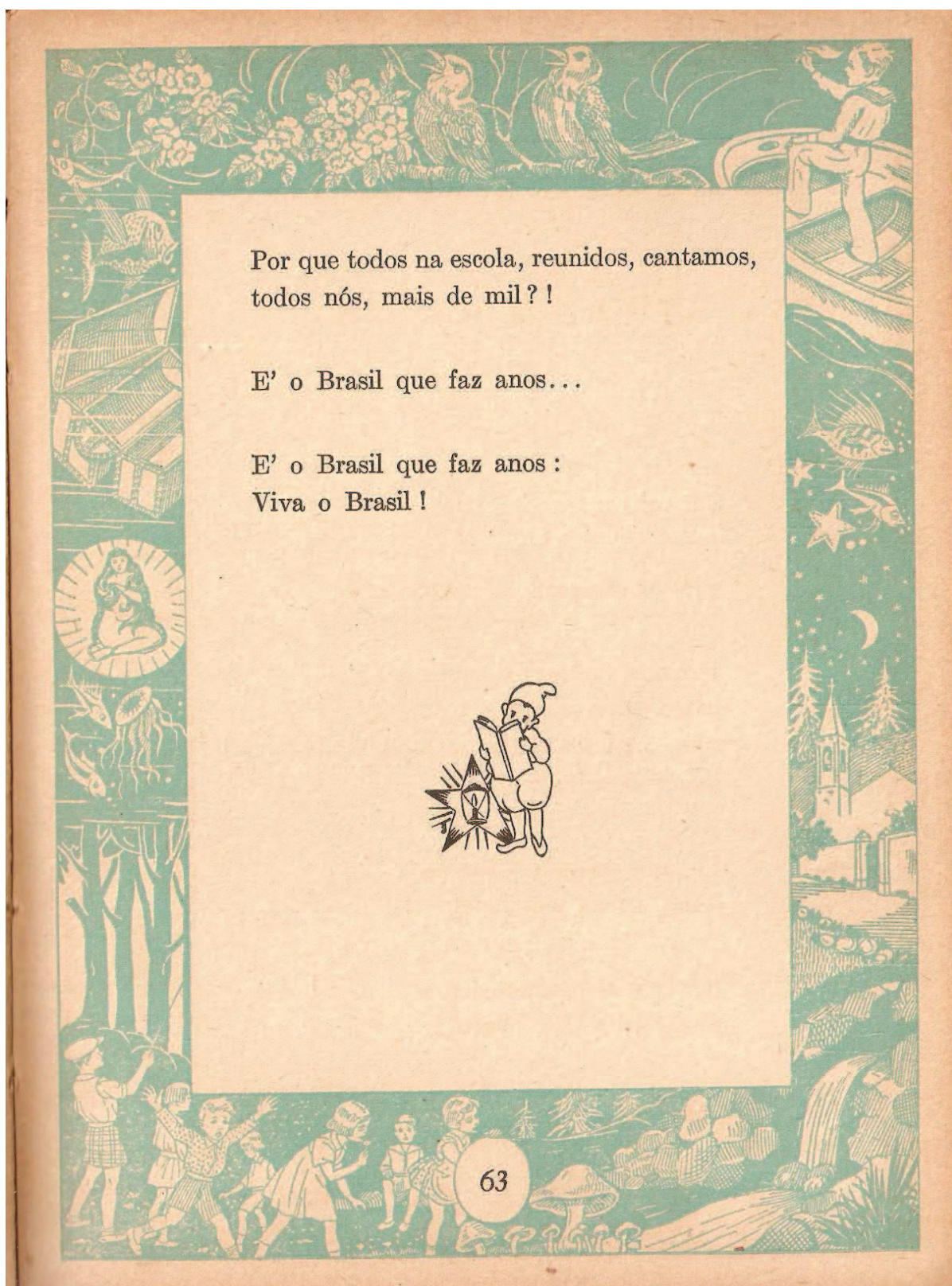
Dia de festa...

Olho o céu mais contente.

Por que tantas bandeiras
batem alegremente,
como grandes pavões, as asas verde e ouro,
inquieta e ligeiras?

Por que passam soldados
e nas armas têm flores?

Por que estrondam dobrados
com clarins e tambores?



Anexo 7 - Programa das comemorações do 5.º Aniversário do Estado Novo na Associação Instrutiva José Bonifácio.

**ASSOCIAÇÃO INSTRUTIVA
"JOSÉ BONIFÁCIO"**

**Comemoração do 5.º aniversário
do Estado Novo**

No próximo dia 10, data em que se comemora o 5.º aniversário do Estado Novo, a Associação Instrutiva "José Bonifácio" fará realizar uma solenidade alusiva à data, com início às 9,30 horas da manhã, que constará do seguinte:

1.ª PARTE:

- 1 — Recepção no Salão Nobre da Associação às autoridades especialmente convidadas, bem como à distinta e luzida oficialidade do 4.º B. C., atualmente sediado nesta cidade;
- 2 — Abertura da sessão pelo Diretor da Associação;
- 3 — Hino da Escola cantado pelo Orfeão Acadêmico da Escola Normal;
- 4 — Discurso sobre o tema: Estado Novo, pelo aluno do C. Ginásial, Eduardo José Oliveira;
- 5 — "Quem sabe?", modinha brasileira de Carlos Gomes, cantado pelo Orfeão;
- 6 — Saudação do Dr. Amazonas Duarte ao Dr. Afonso Celso de Paula Lima;
- 7 — "Flores ao vento", canção, pelo Orfeão;
- 8 — Oração cívica do Dr. Afonso Celso de Paula Lima, d. d. Delegado Auxiliar;
- 9 — "Canta Brasil", pelo Orfeão;
- 10 — Encerramento da sessão com o Hino Nacional, cantado pelo Orfeão Acadêmico da Escola Normal, sob a regência de D. Nina Mazagão.

2.ª PARTE:

- 1 — Recepção à oficialidade do 4.º B. C., no Salão da Biblioteca da Escola Normal, promovida pelo Diretor da Escola Normal, prof. André Freire, com o concurso de todas as alunas e corpo docente;
- 2 — Saudação aos oficiais pela aluna do 1.º ano profissional, Noah Arruda.

A oficialidade e autoridades presentes, será oferecida lanta mesa de doces e salgados, com o Cocktail ofertado, gentilmente, pela Cia. Antártica. Outrossim, à oficialidade do 4.º B. C. será ofertada uma lembrança, confeccionada pelas alunas da Escola Normal.

* * *

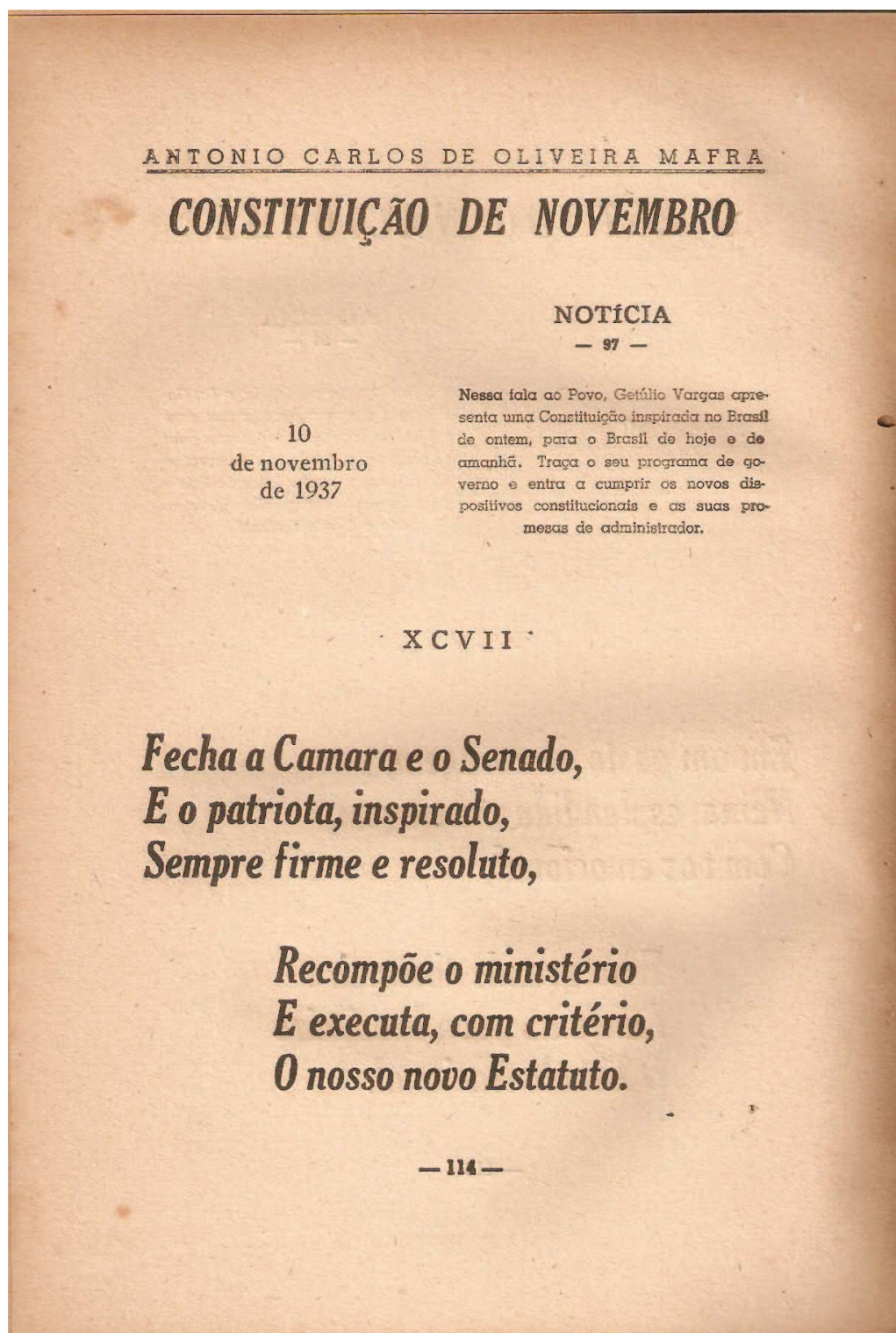
Fonte: A Tribuna, 8 nov. 1942, p. 3.

Anexo 8 - Capa do livro *Episódios da História do Brasil em versos e legendas para crianças (ilustrado)* (1944), de autoria de Antonio Carlos de Oliveira Mafra.



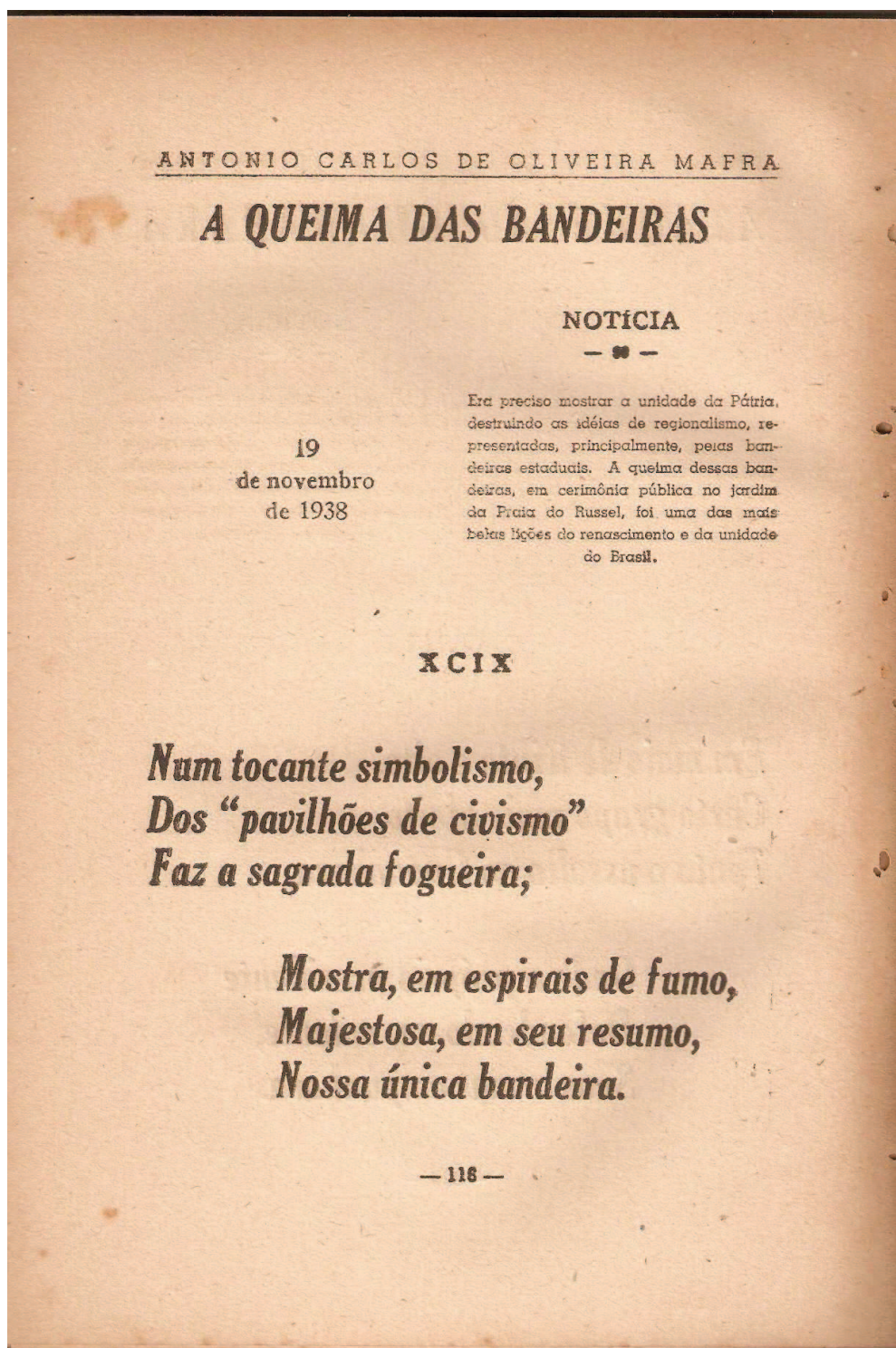
Fonte: MAFRA, Antonio Carlos de Oliveira. *Episódios da História do Brasil em versos e legendas para crianças (ilustrado)*. 5. ed. São Paulo: Gráfica Perfecta, 1944.

Anexo 9 - A constituição de 1937 segundo *Episódios da História do Brasil em versos e legendas para crianças (ilustrado)* (1944), de Antonio Carlos de Oliveira Mafra.



Fonte: MAFRA, Antonio Carlos de Oliveira. *Episódios da História do Brasil em versos e legendas para crianças (ilustrado)*. 5. ed. São Paulo: Gráfica Perfecta, 1944. p. 114.

Anexo 10 - A cerimônia da queima das bandeiras estaduais segundo *Episódios da História do Brasil em versos e legendas para crianças (ilustrado)* (1944), de Antonio Carlos de Oliveira Mafra.



Fonte: MAFRA, Antonio Carlos de Oliveira. *Episódios da História do Brasil em versos e legendas para crianças (ilustrado)*. 5. ed. São Paulo: Gráfica Perfecta, 1944. p. 116.

Anexo 11 - Contracapa do livro *O Dia da Pátria* de Francisco Gomes.

O DIA DA BANDEIRA

A Bandeira, como símbolo da Pátria, tem o condão de sacudir todas as energias da Alma e do Coração, e de reuni-las para os grandes empreendimentos, e as grandes arrancadas onde é mister denodo e coragem...

Numa época como esta em que nos agitamos, em que as Forças do Mal se congregam para destruir os sentimentos mais alevantados dos Povos como o Brasileiro, que ainda está em caldeamento e formação, — constitue autentico patriotismo despertar entre aqueles que tiveram a ventura de nascer sob o signo do Cruzeiro do Sul, o amor, o respeito e a veneração por esse pedaço de pano auriverde, que ainda é a nossa esperança e é o nosso orgulho!

Insuflar na alma da Criança de Hoje, que será o Homem de Amanhã, esses sentimentos nobres pela Bandeira, — pela Bandeira Auriverde que é o resumo de todas as grandezas da terra que começa nas rumorosas barrancas do Oiapóque e vai terminar nos plácidos banhados do Chui; instilar no coração da Criança esse amor à Bandeira que representa toda essa grandeza, e não apenas o pedacinho de chão em que teve a ventura de nascer, constitue obra digna e merecedora de aplauso e de amparo.

O Prof. Francisco Gomes, velho educador e condutor de corações juvenis, autentico Sacerdote no seio do Honrado Magistério Paulista, reuniu em livro aquilo que de mais belo e encantador se tem dito e escrito relativamente à Bandeira Brasileira, e a "EDITORA ANCHIETA LIMITADA", sempre bem inspirada, bem orientada, e sobretudo preocupada em bem "SERVIR", — lançou à publicidade esse livro, — O DIA DA BANDEIRA.

O DIA DA BANDEIRA é o livro da Criança e é o livro do Professor: — da Criança porque a ensina a amar e a venerar o Símbolo da Pátria, e do Professor, porque o ajuda e o auxilia a organizar as festas escolares, proprias do dia 19 de Novembro, em que se comemora a instituição da Bandeira Nacional.

O DIA DA BANDEIRA é um livro que deve figurar nas estantes de todas as Escolas do Brasil. — Volume 8\$000.

Anexo 12 - Interpretação da letra do Hino à Bandeira Nacional no livro didático *O pequeno escolar para alunos do 3.º ano primário*.



HYMNO À BANDEIRA NACIONAL (INTERPRETAÇÃO)

O hymno á bandeira nacional foi escripto por Olavo Bilac, já fallecido, considerado o príncipe dos poetas brasileiros. A musica foi composta pelo grande maestro Francisco Braga.

Consta o hymno á bandeira de cinco estrophes, cada uma com quatro versos. Uma dellas é 'o estribilho ou côro, isto é, serve para ser cantada após cada uma das outras.

No estribilho pede-se á bandeira que receba todo o affecto dos peitos juvenis, isto é, recorda-se o amor de todos os meninos pela nossa bandeira.

A primeira estrophe encerra duas saudações á bandeira, considerada como emblema da esperança e da paz.

A segunda estrophe allude ao symbolismo do nosso pendão, cujo verde recorda as mattas do Brasil e no qual se representa o Cruzeiro do Sul.

A terceira estrophe evoca os nossos deveres para com a Patria e com a Bandeira; nos seus versos existe a affirmação de que, pelos nossos esforços, faremos do Brasil um paiz poderoso e feliz.

A ultima estrophe exprime o desejo de que a nossa bandeira tremule sempre, como representação de nossa terra e de nossa gente, nos bons e nos maus momentos, e sempre como symbolo de um povo que venera a justiça e que tem o culto do amor.

VOCABULARIO

estrophes — partes de uma poesia, conjunto de versos.

versos — linhas que compõem as estrophes de uma poesia.

após — depois, em seguida.

allude — faz referencia.

symbolismo — representação por symbolos ou emblemas.

evoca — chama, relembra.

tremúle — agite-se, mova-se.

exprime — manifesta, declara.

venera — respeita, acata.

culto — adoração, veneração.

Cruzeiro do Sul — constellação,

grupo de estrellas com a forma de cruz e que é visível no

ceu do Brasil e regiões do Sul.

Fica em uma mancha clara do

ceu, chamada Via-Lactea.

Anexo 13 - Quadros do ensino primário fundamental e do ensino geral no Brasil em 1933.

QUADRO GERAL DO ENSINO NO BRASIL EM 1933				
Unidades Políticas da Federação	Cursos	Corpo docente	Matricula	Conclusões de curso
Distrito Federal	1.495	9.664	232.819	13.786
Alagoas	518	818	23.681	1.063
Amazonas	582	1.043	21.772	2.104
Bahia	1.835	3.413	105.759	4.730
Ceará	928	1.809	60.663	2.223
Espirito Santo	808	1.247	45.925	1.412
Goyaz	416	744	22.655	856
Maranhão	976	1.453	31.956	839
Matto Grosso	256	597	18.221	1.613
Minas Geraes	3.993	12.674	360.593	29.354
Pará	759	1.637	58.144	2.284
Parahyba	576	1.036	40.572	989
Paraná	1.174	2.212	68.046	3.722
Pernambuco	1.953	3.803	117.391	4.976
Piauí	199	490	16.242	1.155
Rio de Janeiro	1.583	2.660	127.395	3.875
Rio Grande do Norte	511	811	28.174	850
Rio Grande do Sul	4.742	8.125	275.924	28.054
Santa Catharina	1.593	2.202	82.729	5.789
São Paulo	4.554	17.324	508.201	37.930
Sergipe	401	630	22.935	805
Território do Acre	96	142	4.416	56
BRASIL.....	29.948	76.025	2.274.213	148.445

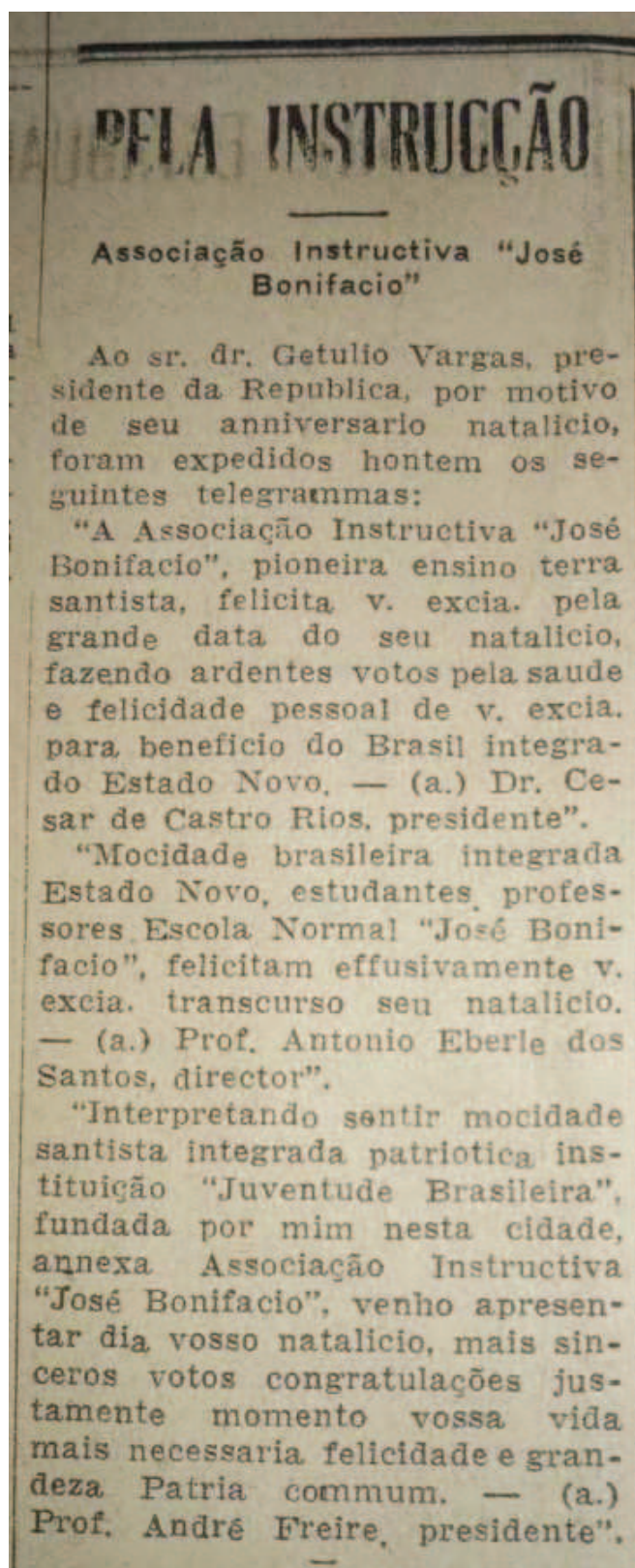
D. G. I. E. D. — 1935

ENSINO PRIMARIO FUNDAMENTAL (COMMUN E SUPLETIVO) 1933				
Unidades Políticas da Federação	Cursos	Corpo docente	Matricula geral	Conclusões de curso
Distrito Federal	946	5.245	174.146	5.370
Alagoas	478	624	21.090	684
Amazonas	533	797	18.816	1.688
Bahia	1.727	2.583	95.683	2.994
Ceará	877	1.371	56.492	1.516
Espirito Santo	752	988	42.574	899
Goyaz	381	499	21.282	700
Maranhão	941	1.151	29.327	548
Matto Grosso	238	439	16.407	1.453
Minas Geraes	3.671	9.413	333.734	25.565
Pará	700	1.178	53.392	1.598
Parahyba	544	750	38.209	705
Paraná	1.103	1.700	61.179	2.714
Pernambuco	1.714	2.443	103.435	3.126
Piauí	157	292	14.268	761
Rio de Janeiro	1.472	2.527	116.733	2.956
Rio Grande do Norte	463	583	25.909	564
Rio Grande do Sul	4.515	6.623	255.073	26.205
Santa Catharina	1.511	1.779	78.037	5.249
São Paulo	3.789	12.292	447.547	28.969
Sergipe	380	482	21.029	516
Território do Acre	84	125	3.850	50
BRASIL.....	26.876	53.884	2.028.212	114.830

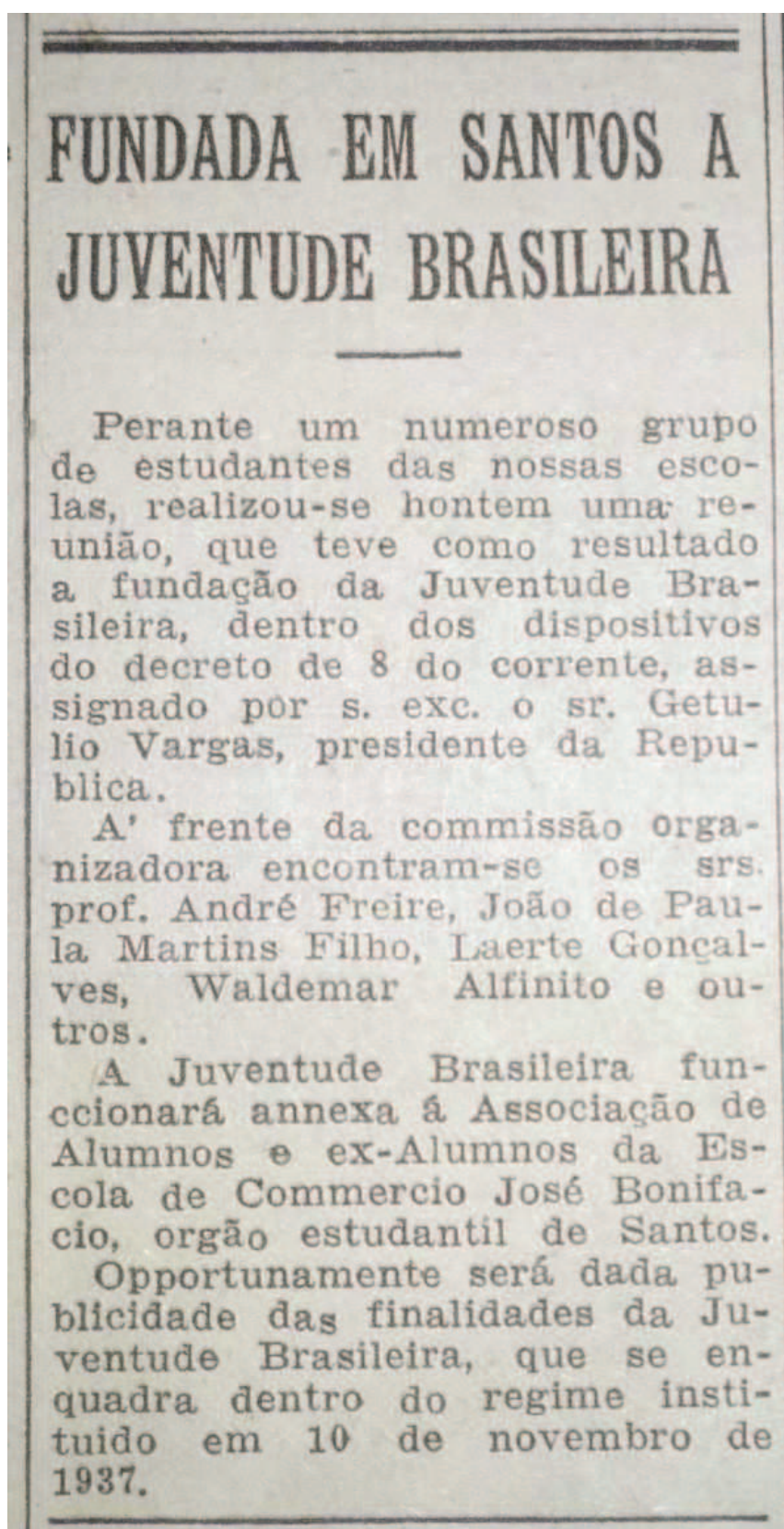
D. G. I. E. D. — 1935

Fonte: *BRASIL 1935* - Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. p. 128.

Anexo 14 - Reprodução de telegramas enviados pela A. I. Instructiva José Bonifácio por ocasião do aniversário do Presidente Vargas, em abril de 1940.

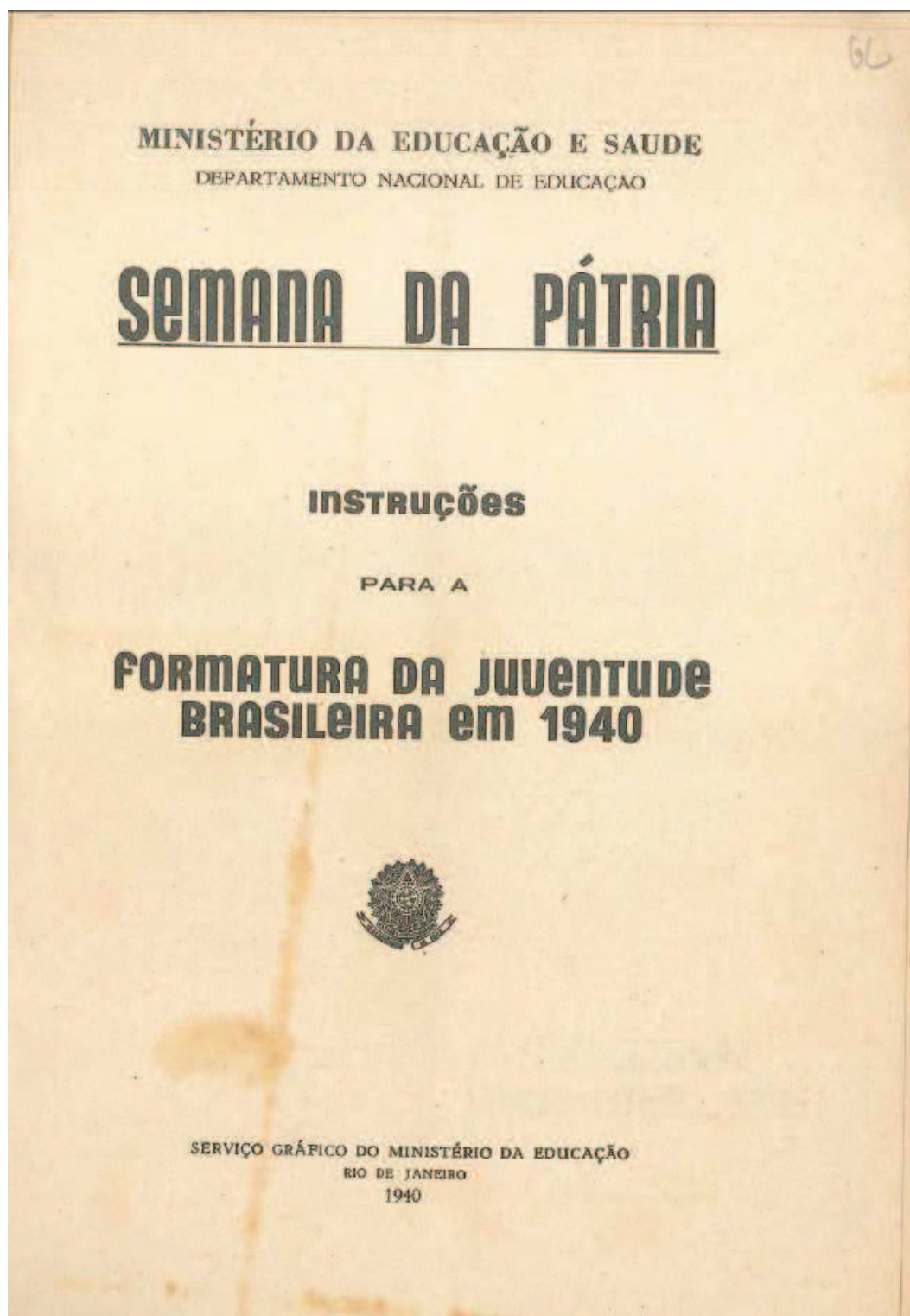


Fonte: *A Tribuna*, 20 mar. 1940, p. 4.

Anexo 15 - Notícia da fundação da Juventude Brasileira em Santos.

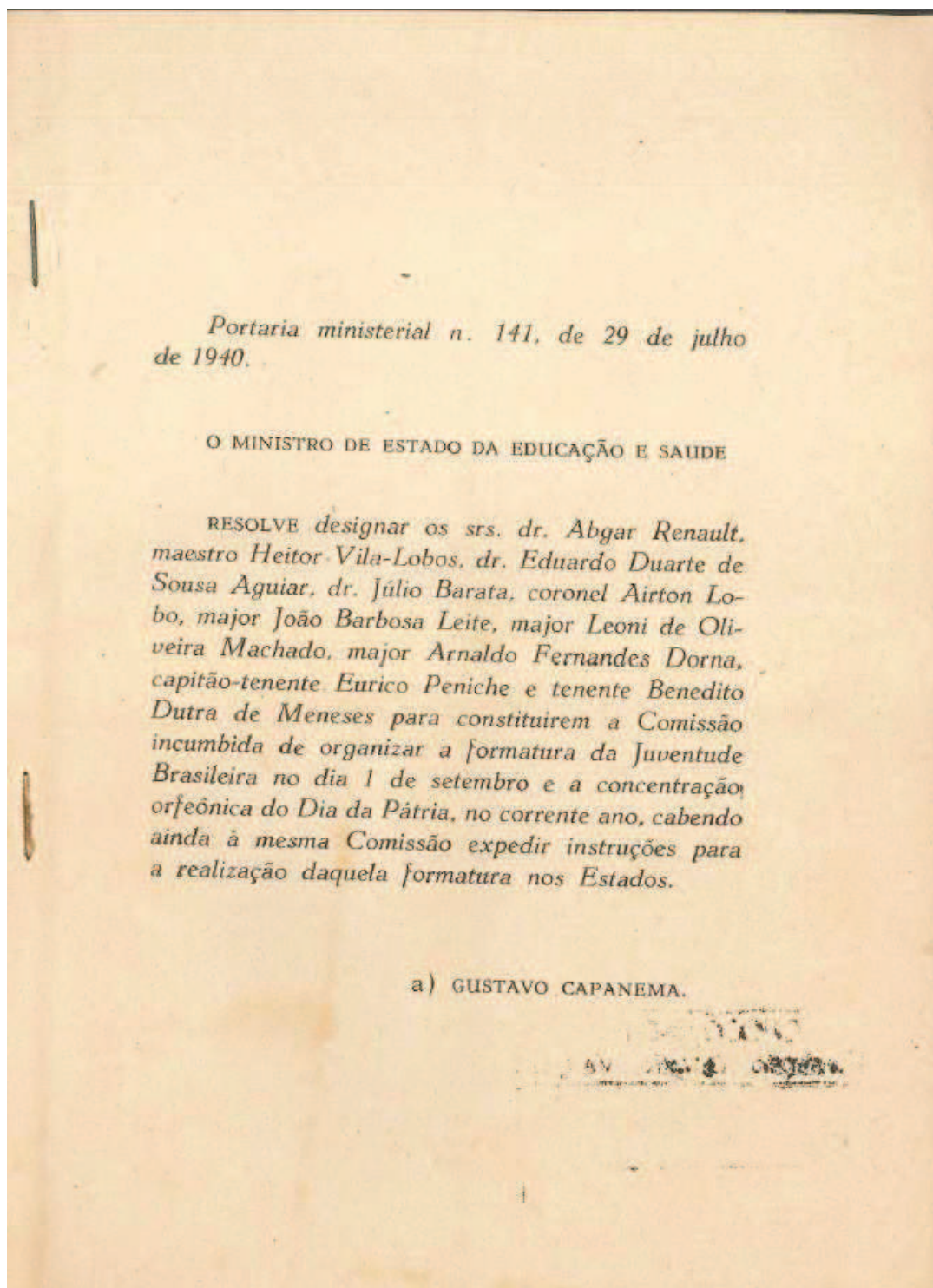
Fonte: *A Tribuna*, 17 mar. 1940, p. 5.

Anexo 16 - Instruções para a Formatura da Juventude Brasileira em 1940 na Capital Federal. Capa.



Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Departamento Nacional de Educação Divisão de Educação Cívica. Semana da Pátria - Instruções para a formatura da Juventude Brasileira em 1940. Rio de Janeiro, 1940. CPDOC da FGV, GC 787.

Anexo 17 - Instruções para a Formatura da Juventude Brasileira em 1940 na Capital Federal. Portaria ministerial n.º 141, de 29 de julho de 1940.



Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Departamento Nacional de Educação Divisão de Educação Cívica. Semana da Pátria - Instruções para a formatura da Juventude Brasileira em 1940. Rio de Janeiro, 1940. CPDOC da FGV, GC 787.

Anexo 18 - Instruções para a Formatura da Juventude Brasileira em 1940 na capital federal. Guia do chefe de representação.

GUIA DO CHEFE DE REPRESENTAÇÃO

Minha representação tem o n.º.....

Pertence ao Agrupamento

Meus transportes tem o n.º em fundo de cor

Meus transportes devem ir atrás dos de n.º

Minhas conduções devem estar na sede ou ponto de embarque às e devem entrar no eixo do Agrupamento às ou partir da sede às

Meus transportes devem seguir o seguinte itinerário:

.....

.....

.....

Devo chegar ao ponto de desembarque em às

Após o desembarque rápido e organizado minha representação destinar-se-á ao ponto de concentração em entre as representações dos estabelecimentos n.º e n.º

Deve a minha representação estar pronta para o desfile às

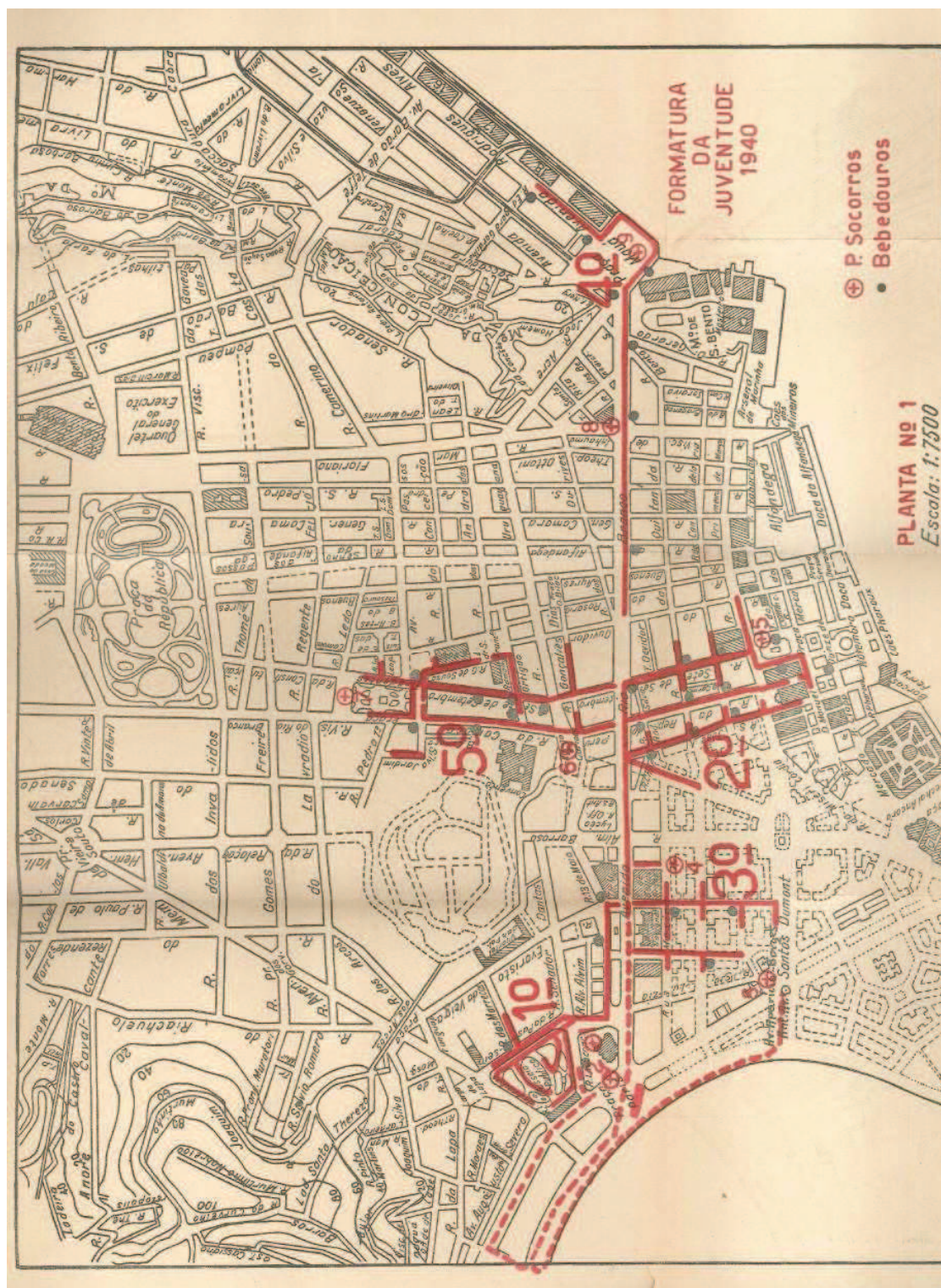
No desfile devo esforçar-me para que não sejam alongadas as distâncias e para que sejam mantidas a velocidade de 2 quilômetros por hora e a formação por 9.

Após o desfile seguirá minha representação o seguinte itinerário

..... e reembarcará na

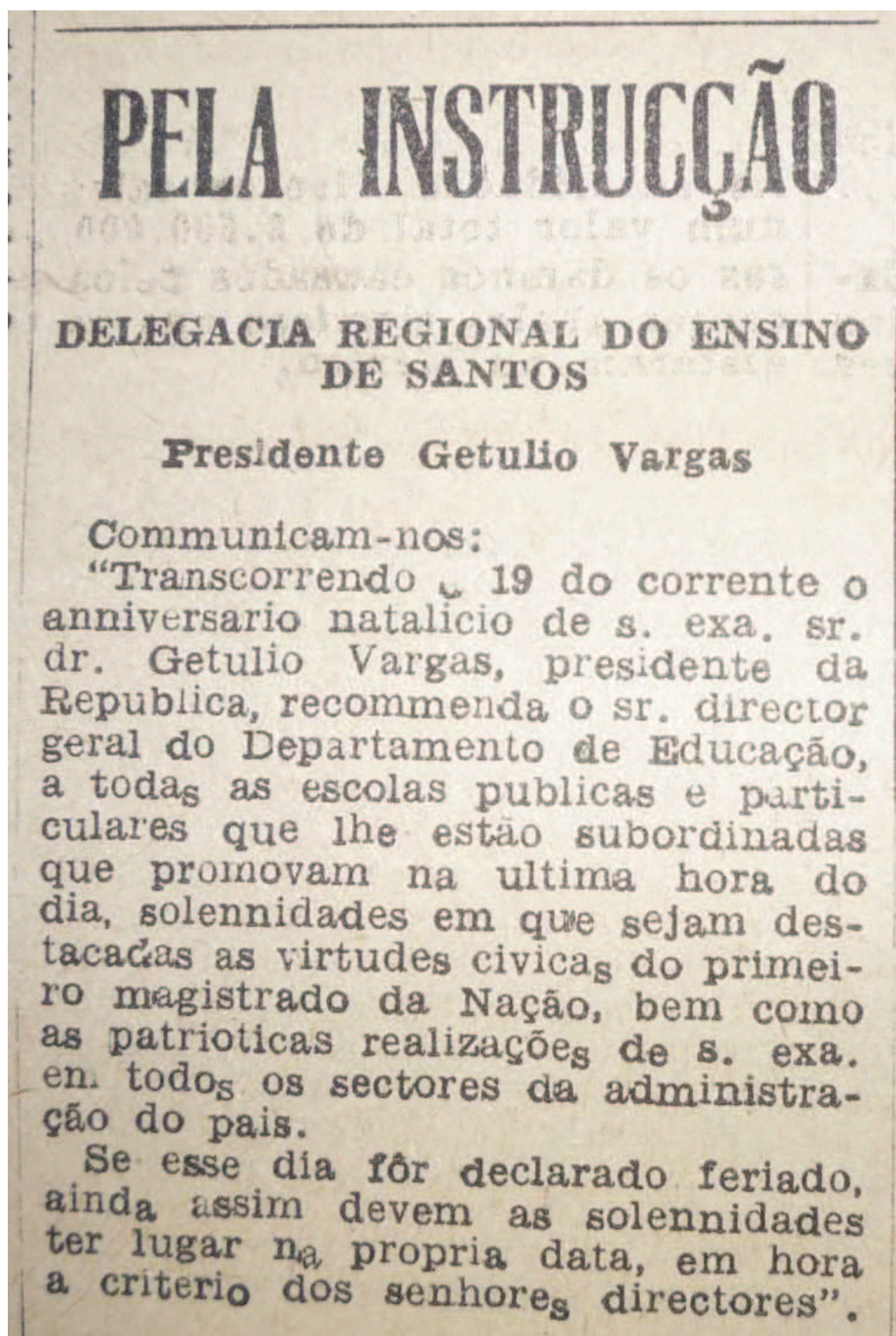
Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Departamento Nacional de Educação Divisão de Educação Cívica. Semana da Pátria - Instruções para a formatura da Juventude Brasileira em 1940. Rio de Janeiro, 1940. CPDOC da FGV, GC 787.

Anexo 19 - Instruções para a Formatura da Juventude Brasileira em 1940 na Capital Federal. Mapa do trajeto.



Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Departamento Nacional de Educação Divisão de Educação Cívica. Semana da Pátria - Instruções para a formatura da Juventude Brasileira em 1940. Rio de Janeiro, 1940. CPDOC da FGV, GC 787.

Anexo 20 - Recomendações da Delegacia Regional de Ensino para as comemorações do aniversário do Presidente Vargas nas escolas em 1941.



Fonte: A Tribuna, 18 abr. 1941, p. 4.

Anexo 21 - Convite público para missa celebrada em comemoração ao aniversário do Presidente Vargas em 1941.

**ANIVERSARIO DO PRESIDENTE
GETULIO VARGAS**

— CONVITE —

Transcorrendo a 19 do corrente o aniversario natalicio do Exmo. Snr. Dr. Getulio Dornelas Vargas, D.D. Presidente da Republica, as autoridades federais, estaduais, municipais e eclesiasticas abaixo firmadas, associando-se ás manifestações que nesse dia serão tributadas a S. Excia. em todo o territorio brasileiro, convidam as demais autoridades publicas, associações de classe, sindicatos, instituições culturais, escolas, associações esportivas e o publico, em geral, para assistirem á Missa em acção de graças, que será celebrada por S. Excia. Revma. D. Paulo de Tarso Campos, mui digno Bispo Diocesano, no sabado, 19 do corrente, ás 8,30, na Catedral.

CYRO CARNEIRO — Prefeito Municipal.
CAP. DE MAR E GUERRA TEOBALDO GONÇALVES PEREIRA — Capitão dos Portos e Delegado do Trabalho Marítimo.
DR. FRANCISCO CORDEIRO GUARANA' — Inspetor da Alfandega.
DR. EUCLIDES DE CAMPOS — Juiz de Direito da 2.^a Vara, Diretor do Forum.
MONS. LUIS GONZAGA RIZZO — Vigario Geral da Diocese.
MAJOR ANTONIO DE AZEVEDO CASTRO LIMA — Comandante da Base de Aviação Naval.
CAP. EVARISTO RODRIGUES TEIXEIRA — Comandante do Forte de Itaipú.
DR. LUIS GONZAGA MENDES DE ALMEIDA — Delegado Regional de Policia.
DR. PEDRO TEODORO DA CUNHA — Chefe da Divisão do Departamento Estadual do Trabalho.
HENRIQUE SOLER — Guarda-Mor da Alfandega.
PROF. LUIS DAMASCO PENNA — Delegado Regional do Ensino.
DR. JOSE' DIAS DE MORAES — Inspetor da Saúde do Porto.
DR. MARIO GRACCHO P. LIMA — Medico Chefe do Centro de Saúde.
DR. PLINIO PENTEADO WHITACKER — Diretor da Repartição de Saneamento.
JOÃO MELLÃO — Presidente da Associação Comercial.
JULIO CARDOSO — Agente Postal e Telegrafico.
MARIO FONTES — Administrador da Recebedoria de Rendas.
FRANCISCO M. RODRIGUES ALVES — Agente do Departamento Nacional do Café.
HEITOR MUNIZ — Presidente da Bolsa Oficial de Café.
COM. JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA — Inspetor de Imigração.

* * *

Fonte: *A Tribuna*, 17 mar. 1941, capa.



Natural de Santos, Prof. Manoel Pereira de Souza atuou por vários anos como empresário e tradutor da língua inglesa antes de graduar-se no Curso de Licenciatura em História da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS – no ano de 2010. Sua monografia, apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, foi premiada no 1.º Concurso Garimpo Cultural, promovido pela Fundação Arquivo e Memória de Santos, e publicada na forma de livro em agosto de 2012. Intitulada *Soldados da Retaguarda: a formação de um front interno em Santos durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945)*, ela tem como tema a mobilização civil em função do conflito e a ruptura que este acarretou à vida cotidiana da cidade. A presente dissertação é apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.